

O QUE CARACTERIZA O MILITANTE É A DETERMINAÇÃO EM TRANSFORMAR
O MUNDO E, NO PROCESSO, TRANSFORMAR-SE

—Presidente Samora Machel, na sessão de abertura da reunião
com os antigos prisioneiros políticos

A luta de libertação do Povo moçambicano contra a dominação colonial, realizou-se não só de armas na mão, nos campos de batalha, mas também através da resistência clandestina nas zonas ocupadas pelo inimigo.

A Direcção Central da FRELIMO convocou, recentemente, em Maputo, um encontro com alguns daqueles resistentes que, no processo da Luta de Libertação, foram descobertos e presos pela PIDE.

Neste encontro, que se desenrolou em duas fases, a primeira de 21 a 24 de Março e a segunda de 4 a 8 de Maio, foram profundamente analisados os diversos tipos de comportamento dos presos políticos no interior das prisões do colonial-fascismo.

Foi uma reunião política. Uma reunião de crítica e autocrítica, dentro de uma tradição de purificação das fileiras, de há muito criada na FRELIMO. O seu objectivo foi chegar à libertação total e profunda dos antigos presos políticos, através de um debate público dos actos de heroísmo cometidos frente à repressão, das dúvidas e vacilações a que muitos estiveram sujeitos e até das traições a que outros acabaram por chegar. Através da crítica e da autocrítica,

a libertação deve começar no interior de cada homem, de modo a permitir a sua integração na Sociedade Nova que estamos a construir.

Para que os objectivos e resultados deste encontro sejam amplamente conhecidos e estudados, publicaremos cinco textos dedicados ao assunto. Entre estes, além das palavras proferidas pelo Presidente Samora Machel na primeira reunião, e que constituem o texto de hoje, apresentaremos alguns casos que são exemplo dos tipos de comportamento e de acção assumidos pelos milhares de presos que passaram pela Machava, Mabalane, Ibo e outros redutos de morte. Os referidos textos serão publicados em dias alternados, com início na edição de hoje. Chamamos ainda a atenção dos nossos leitores para os programas da Rádio Moçambique, dedicados também a este encontro e que começaram a ser transmitidos ontem, às 20.00 horas. Os restantes programas da R. M. serão emitidos também em dias alternados e à mesma hora que o de ontem. Assim, o próximo trabalho dedicado a este assunto, será transmitido pela R. M. amanhã, às 20.00 horas, e publicado na nossa edição de depois de amanhã.

A Luta de Libertação Nacional, ela própria, já é História. Portanto, falar da Luta de Libertação Nacional, é falar da vida do Povo, é falar de resistência do Povo Moçambicano, é falar da vida de cada um de nós.

É por isso que neste encontro estão pessoas de Cabo Delgado, de Niassa e de Tete, estão pessoas da Zambézia, de Nampula, de Sofala, de Manica, de Inhambane, de Gaza e de Maputo. A resistência ao colonialismo manifestou-se em toda a parte em

Moçambique e assumiu as mais diferentes formas. Resistimos com armas, resistimos mantendo a nossa personalidade, resistimos afirmando a nossa arte e cultura, resistimos cantando e dançando, escrevendo, pintando, esculpindo, resistimos transmitindo oralmente a tradição das lutas heróicas contra a conquista colonial. Os que vivem hoje são os continuadores desta história, os que virão depois de nós continuá-la-ão.

Não fomos nós que iniciámos a história da Luta de Libertação Nacional. Nós somos os continuadores da luta dos nossos antepassados; outros prosseguirão o combate revolucionário depois de nós.

Somos os resistentes e sobreviventes. Quem tem 500 anos no nosso País? É o Povo. Só o Povo nunca morre.

Como homens, como indivíduos, fomos forçados a separarmo-nos. Uns participaram na luta armada, outros na luta clandestina. Nestes duros anos de luta vimos cair companheiros de combate, presenciámos prisões, assassinatos, traições. Neste duros anos de luta conhecemos os melhores filhos do nosso Povo, conhecemos os nossos heróis.

Reencontrámo-nos após o dia da vitória, depois da capitulação inimiga em 7 de Setembro de 1974. Precisamos de trocar as nossas experiências, conhecermos a trajectória e a contribuição de cada grupo, cada indivíduo. Devemos apresentar o relatório do nosso trabalho ao Povo, ao Partido, à História.

Este é um encontro com alguns dos Camaradas que no processo da Luta de Libertação Nacional foram feitos prisioneiros pelo inimigo. Foram prisioneiros políticos.

Queremos saudar os prisioneiros políticos presentes nesta reunião, porque eles exprimiram a determinação em libertar a Pátria no tempo em que pertencíamos a um País sem nome.

Porque exprimiram a capacidade de sacrifício do nosso Povo, capacidade de renunciar ao conforto, à vida tranquila, eles renunciaram a uma vida «sem história» para se consagrarem à libertação da sua Pátria.

Os 350 elementos aqui presentes são poucos, representam uma pequena fracção dos muitos milhares que, da Machava ao Ibo, fizeram da sua determinação a ponte que conduziu à libertação da Pátria. São poucos os presentes, mas esses poucos totalizam várias centenas de anos de prisão. Foram anos de luto e de miséria para os familiares, anos de lágrimas e amargura para os pais e esposas, para os filhos, os familiares e os amigos. Anos em que, amigos, ou pessoas que se diziam amigas, temiam até levar uma palavra de conforto aos próprios entes queridos. Anos de tortura, anos em que se viram morrer e enterrar companheiros, anos de ameaças constantes.

Os presentes são sobreviventes da legião de patriotas que anonimamente foi assassinada nos cárceres e campos de concentração e de tortura.

Em memória de todos aqueles que, anonimamente foram assassinados, em memória de todos os que ofereceram as suas vidas preciosas para que a Pátria se libertasse, guardemos um minuto de silêncio.

OS PRISIONEIRO POLITICOS, COMBATENTES DA LIBERTAÇÃO NACIONAL

Os prisioneiros políticos são combatentes da causa da Libertação Nacional, entregaram-se à causa da Pátria.

Os prisioneiros políticos surgem na nossa Pátria com a guerra de resistência à conquista colonial, à ocupação estrangeira de Moçambique. Por isso não podemos situar os prisioneiros políticos a partir da fundação da FRELIMO. Prisioneiro político foi já

NGUNCUNHANA, deportado e morto no exílio. Prisioneiro político foi ROBERT MACHAVA, em 1912. Prisioneiros políticos foram os muitos milhares de compatriotas forçados à deportação para Angola e S. Tomé e Príncipe por resistirem ao colonialismo. Prisioneiros políticos foram todos aqueles que, por se oporem à exploração e ocupação da Pátria, por exigirem a liberdade e a independência, conheceram a deportação, o exílio, a prisão e a tortura. Foram prisioneiros políticos os grevistas sobreviventes de Xina-vane, de Lourenço Marques, da Beira. Foram prisioneiros políticos os camponeses que sobreviveram em Mueda, todos os que foram encarcerados em masmorras por se oporem à opressão, à humilhação, à discriminação.

Se os guerrilheiros foram os que se entregaram à causa da Pátria de armas na mão, combatendo o exército colonialista, abatendo as tropas agressoras, os prisioneiros políticos foram combatentes individuais ou organizados, que, nas zonas ocupadas e dominadas pelo inimigo, criaram condições favoráveis para o alastramento da guerra de libertação. No silêncio e no anonimato da clandestinidade trabalhavam para o despertar das consciências, estimulando o espírito patriótico, fazendo propaganda, organizando fugas das zonas ocupadas, enviando militantes para a guerrilha e transmitindo informações sobre o inimigo. Quando detectados e capturados, a PIDE despechava contra eles o ódio acumulado contra a FRELIMO.

As prisões em massa e o barbarismo colonial intensificaram-se a partir de 1964, quando desencadeámos a luta armada, quando passámos à forma superior de resistência à dominação estrangeira.

POTENCIALIDADES E LIMITES DE COMBATE DOS PRISIONEIRO POLITICOS

Praticamente a FRELIMO, constituída em 1962, foi a primeira organização patriótica no nosso país, a primeira organização política que concebia a libertação de Moçambique do Rovuma ao Maputo, que oferecia um programa e estruturas consequentes com esse objectivo.

Quer isto dizer que na nossa Pátria não existia uma tradição de luta política patriótica organizada. Não existia uma tradição organizativa de luta clandestina. Os militantes políticos, os militantes clandestinos, não tinham sido educados, não possuíam uma cultura de resistência firme à polícia e à tortura. Esta cultura e tradição surgem como resultado de lutas de resistência e de lutas revolucionárias desenvolvidas durante décadas por forças sociais organizadas e estruturadas.

Este é um factor importante no estudo das pequenas e grandes capitulações, deserções e traições que se verificaram no processo da guerra popular de libertação. Foi um fenómeno que igualmente se verificou na luta de guerrilha e na luta clandestina.

A falta de experiência de luta, a falta duma tradição cultural de resistência a manobras e seduções pífidas do inimigo, levou militantes clandestinos e guerrilheiros a desertarem, a capitularem, a traírem.

A fraqueza do engajamento de alguns tem as suas causas nas insuficiências políticas e ideológicas, que abriram as portas para vacilações e capitulações.

Ao nível dos camponeses pobres, dos trabalhadores analfabetos, dos operários, muitos se engajaram na base de experiências pessoais, resultantes da opressão brutal, da humilhação extrema que era natureza do colonialismo. Engajaram-se com um ódio objectivo autêntico ao sistema de exploração. Ódio objectivo, não consciência! Sabiam que não queriam mais o colono, mas não compreendiam a complexidade e a natureza do colonialismo, ignoravam que o colonialismo era apenas uma face, ainda que a mais cruel, do capitalismo. No processo da luta, no processo do estudo da nossa linha, do aprofundamento da prática, muitos destes militantes vindos das classes mais exploradas, tornaram-se conscientes, transformaram o ódio pessoal em ódio de classe, cresceram, ficaram adultos, militantes da revolução, militantes da causa socialista.

Outros, sobretudo da pequena burguesia, vieram para as nossas fileiras por causa das ambições e expectativas quotidianamente frustradas pelo colonialismo.

Vinham alguns desejando estudar, desejando bolsas, queriam ser médicos, engenheiros, economistas. Não era possível no quadro do colonialismo. Vieram para a FRELIMO. Muitos destes desertaram, traíram, até se juntaram ao colonialismo. A motivação era ser médico, engenheiro, alguém que participava na exploração do Povo. Não tinham campo na FRELIMO, e quando o colonialismo lhes abriu as portas para serem sócios, ainda que subalternos, da exploração capitalista, correm a apanhar o comboio.

Houve os que vieram para a FRELIMO porque o colonialismo português era de tal modo primitivo e atrasado, que não tolerava que um preto tivesse uma pequena loja, habitasse no cimento, fosse funcionário qualificado. Para o preto, o máximo permitido era ser enfermeiro, professor indígena, intérprete, contínuo! Trouxeram as suas frustrações e pequenas ambições desiludidas. Quando na FRELIMO não encontravam campo capitulavam, desertavam. Quando o colonialismo, por causa da guerra, lhes abriu perspectivas de chamadas promoções económicas e sociais, colaboraram, traíram.

Havia os que desejavam ardentemente uma vitória rápida, sem possuírem a paciência e capacidade revolucionárias de, passo a passo, edificar a vitória. Queriam a vitória rápida, para eles, não para o Povo. Vitória rápida que lhes trouxesse postos e ministérios e gerências e propriedades e prédios e bens. A vitória constrói-se e, no processo, muitos são os momentos longos, sem sucessos e avanços espectaculares. Então desistiram, desertaram, capitularam, traíram. Vieram meninas porque os noivos estavam na FRELIMO, queriam casar rapidamente, garantir o seu futuro estatuto de esposa de dirigente. Mas o caminho era a luta, o seu quotidiano, difícil. Fraquejaram.

A situação específica de Moçambique, em que se combinavam simultaneamente o colonialismo, o racismo e o fascismo pesaram cruelmente sobre o prisioneiro político. A repressão tradicional própria do colonialismo, acrescentavam-se a crueldade refinada, o terror e o silêncio impostos pela PIDE, as indiferenças e ódios suscitados pelo racismo contra o negro contestatário. Assim, enquanto o militante branco, ainda que trabalhador, podia beneficiar de alguma protecção ou publicidade devido à cor da sua pele, o negro, especialmente quando operário ou camponês, particularmente quando analfabeto, podia impunemente ser assassi-

nado e enterrado como cadáver anónimo que ninguém reclamava, sem temor de qualquer reacção da opinião no plano Moçambicano e muito menos Internacional.

Tudo isto aconteceu no processo da guerra de libertação, no processo da luta clandestina, no processo da resistência no interior das prisões.

SUCESSOS E FRACASSOS

A PIDE era um aparelho refinado e experimentado na repressão, na infiltração e subversão. Para Moçambique e as outras colónias foram enviados os agentes mais pérfidos, mais astuciosos, mais cruéis, mais sádicos. Com a protecção do exército colonial e do silêncio imposto pela guerra, eles davam liberdade aos seus instintos mais brutais com inteira impunidade.

A história dos nossos combatentes clandestinos presos pelo inimigo tem numerosas páginas de determinação e firmeza revolucionárias, páginas de glória e de heroísmo.

Houve os que a tudo resistiram, houve momentos sublimes de ajuda mútua na prisão, momentos em que a dor de cada um se tornou fonte de novas forças para salvar um companheiro ou para salvar o próprio grupo.

Foi na prisão que muitos moçambicanos descobriram a FRELIMO, compreenderam a essência real da luta e aprofundaram o conteúdo do seu patriotismo.

A prisão foi a Universidade política e uma forja do carácter.

A prisão transformou-se em baluarte de resistência. Nela se formaram novas redes clandestinas que, com esforço sobre-humano, conseguiram restabelecer a ligação com a Direcção da FRELIMO, transmitir informações e receber orientações.

Porém, paralelamente à história da resistência e do heroísmo, encontramos a história da fraqueza humana, a história da vergonha, do colaboracionismo, da traição.

A falta de qualquer protecção legal ao patriota encarcerado, permitia à PIDE agir com toda a brutalidade. Não havia qualquer limite. O objectivo era levar o prisioneiro a sentir-se perdido e só, a desesperadamente aceitar a capitulação em troca da sobrevivência.

Sabemos que foram diversos os factores que levaram os prisioneiros políticos a capitular, a fraquejar. Enquanto a grande maioria dos membros da família e dos amigos estimulavam a coragem do ente querido sequestrado pela PIDE, houve também casos em que familiares e amigos pressionaram o prisioneiro a capitular, a falar, a colaborar com o inimigo.

Os métodos refinados de «recuperação», a combinação da brutalidade mais animalésca e sádica com a persuasão delicada, as promessas tentadoras, quebraram, por vezes, a resistência e o patriotismo, e abriram as portas à traição.

O conjunto destes fenómenos, não foi exclusivo dos prisioneiros políticos. Surgiu igualmente entre os prisioneiros de guerra, surgiu também em combatentes que capitularam.

As causas, os sucessos, os fracassos, foram idênticos em toda a parte. Esta é a nossa experiência.

A capitulação, o colaboracionismo, a traição nas prisões não são fenómenos exclusivos da revolução moçambicana. São fenómenos conhecidos por todas as revoluções, por todos os partidos, mesmo pelos partidos mais sólidos e mais duramente forjados.

A experiência histórica da nossa luta e de todos os povos é de que, uma vez fracassada a repressão destinada a aniquilar o movimento libertador, as polícias progressivamente tentam recuperar os militantes presos, para infiltrá-los já como agentes seus nas fileiras do Movimento de Libertação ou do Partido Revolucionário. Alguns para utilização imediata como informadores, outros para uma acção a longo termo, uma acção de sabotagem e desagregação das fileiras patrióticas e revolucionárias.

Isto aconteceu na história de todas as revoluções socialistas. Aconteceu no próprio partido de Lenine, que conduziu ao triunfo da Revolução Soviética.

No processo revolucionário chinês, rico da extraordinária experiência da 1.ª guerra prolongada da nossa época que o Partido Comunista da China dirigiu durante 22 anos pela libertação da Pátria e do Povo, a traição envolveu até o pequeno grupo de militantes fundadores do Partido.

Na China, os traidores juntaram-se aos exploradores do Povo e, sob a protecção dos seus patrões imperialistas, ocuparam ilegalmente Taiwan, onde proclamaram a república fantoche, a república da traição.

Mais recentemente, se olharmos à situação em Portugal, constatamos que alguns de entre os que mais resolutamente combatem hoje contra a causa dos trabalhadores democratas portugueses, são antigos prisioneiros políticos recuperados no Tarrafal, Peniche, Caxias e outras prisões.

No grupo que dirigiu o assassinato do Camarada AMÍLCAR CABRAL, encontramos destacados dirigentes e militantes do PAIGC que tinham sido recuperados pela PIDE nas prisões: é o caso do próprio RAFAEL BARBOSA e MOMO TOURÉ.

Entre os dirigentes da conspiração criminosa contra o Povo Angolano que teve lugar em 27 de Maio de 1977, encontramos uma rede de antigos prisioneiros políticos recuperados pela PIDE no campo de S. Nicolau e outras prisões.

Finalmente, na luta do povo irmão do Zimbabwe, o colaboracionismo e a traição estão na origem dos principais reveses que se verificaram, do sacrifício dos melhores combatentes, dos massacres mais horrorosos perpetrados pelos colonos.

O chamado «acordo interno» é o mais clamoroso momento desta história de traição. O reverendo Nda-banangi Sithole, ex-dirigente nacionalista, «recuperado» durante os largos anos de cadeia e infiltrado no movimento nacionalista, é o exemplo mais perfeito de quantos aqui referimos.

O heroísmo e a traição caminham juntos. Nós temos uma experiência muito rica que o demonstra: é a experiência da própria luta e, em particular, da luta que travámos contra o inimigo infiltrado no nosso seio.

INFILTRAÇÃO COMO MÉTODO DO INIMIGO

Para nos combater, o inimigo não usa apenas a repressão aberta. Esta é fundamental na fase inicial do movimento, quando ele ainda não está consolidado. Mas uma vez o movimento enraizado nas massas e com uma linha política correcta, quando as massas apreendem o sentido do combate, a repressão, embora importante, deixa de ser o instrumento principal do

inimigo. Mais do que liquidar combatentes ou população importa-lhe destruir a própria organização. Doutro modo, sempre surgirão militantes para empunhar com mais determinação ainda a arma do companheiro caído.

O inimigo procura duas coisas:

- Infiltrar-nos para obter informações imediatas sobre as nossas actividades, de maneira a neutralizá-las;
- Infiltrar elementos seus com o objectivo de agirem, a longo termo, para a desagregação da organização, quer pela introdução de desvios à linha política, quer mesmo pela criação e agudização de contradições de diversa natureza.

No nosso caso, a mais importante infiltração foi na própria Direcção da FRELIMO. Por ocasião do assassinato do companheiro EDUARDO MONDLANE, descobrimos que havia membros do Comité Central da FRELIMO que eram da PIDE. Constatámos que o inimigo se conseguira infiltrar nas várias estruturas da Organização.

Ele estava presente nas nossas Escolas Secundárias mobilizando os nossos estudantes para a ambição, o oportunismo, a traição. O objectivo da sua acção era secar a fonte dos quadros revolucionários e preparar elementos com ideologia reaccionária para, na eventualidade da independência, assegurarem a via neo-colonial.

O inimigo estava presente também no seio do Exército para destruir a resistência e o espírito patriótico, para destruir a luta armada. Os seus agentes infiltravam-se nas nossas fileiras desertando do exército colonial com equipamento militar sofisticado para se fazerem passar por verdadeiros patriotas.

Em 1964, por exemplo, o inimigo infiltrou nas nossas fileiras o PASCOAL NYAMPULO ou ANTÓNIO ALMEIDA. Era seu agente, vinha com objectivo de ficar nas nossas fileiras, utilizando a máscara de patriota e combatente resolutos para ascender à Direcção. Só foi efectivamente desmascarado em 1973. A sua acção lenta e desagregadora, a sua acção de sabotagem desenvolvera-se durante 10 anos nas Províncias de Tete e Cabo Delgado. Quando finalmente foi exposto, era o Comandante Provincial de Cabo Delgado.

Tivemos também deserções de combatentes que abandonaram a arma e se entregaram ao inimigo. Não resistiam à fome, não resistiam às longas marchas que tinham de fazer descalços, não resistiam aos meses de chuva com falta de roupa, às feridas sem tratamento, aos bombardeamentos constantes. Era preciso coragem. Mas paralelamente a estes desertores, havia as heróicas mulheres que marchavam 3 meses, desde Kassuende, na fronteira com a Zâmbia, até perto da Beira, transportando material, suportando a fome e a sede, sujeitas às emboscadas do inimigo, aos bombardeamentos.

Tivemos entre nós agentes do inimigo que vieram com as tarefas mais variadas.

Tivemos os casos das «moças bonitas» que foram infiltradas pelo colonialismo para atingirem certas bases e tentarem seduzir os comandantes. Houve casos de bases em que não se combateu durante várias

semanas, desmobilizando deste modo os guerrilheiros e tornando a base vulnerável. Quando os portugueses atacavam as bases, a «moça bonita» nunca era capturada. Ela «escapava» para continuar a sua tarefa numa nova base.

Tivemos casos de quadros que recebiam comida proveniente dos quartéis do inimigo com o compromisso de não os atacar. Eram os infiltrados que estabeleciam estes verdadeiros contratos. O objectivo fundamental do inimigo com esta acção não era tanto a neutralização da nossa força militar mas sim obter o primeiro compromisso, que abria a estrada para a traição daquele responsável.

Tivemos casos de agentes que foram infiltrados para fomentarem o tribalismo e provocarem a divisão entre os combatentes e o comandante, quando os portugueses sabiam que o comandante era originário de uma provincia diferente.

Tivemos casos de elementos que se ofereciam como voluntários para o transporte de material, com o objectivo de localizar as bases, detectar os itinerários, inventariar os depósitos, descobrir as escolas e hospitais e conhecer os nossos hábitos de vida.

O inimigo tentou destruir a FRELIMO em 1965 mobilizando os religiosos que militavam na Organização. Cada grupo religioso veio pedir-nos para que a Direcção do nosso campo de treino militar permitisse a celebração do seu culto. Os maometanos queriam observar a sexta-feira; os Adventistas do 7.º Dia pediam o sábado; os cristãos pretendiam o domingo. Assim, os dias efectivos de trabalho no campo ficariam reduzidos a quatro, e os nossos combatentes ficariam divididos na base da religião que professassem.

A partir de 1967, a subversão da FRELIMO começou-se o tornar cada vez mais prioritária. A destruição pelas armas mostrava-se impossível. Era imperativo liquidar a linha correcta, o que exigia a mudança da Direcção. Com esse objectivo o inimigo infiltrou agentes como MATEUS PINHO GWENGERE para promover divisões tribais, regionais, religiosas. A sua acção encontrou apoio nas forças reaccionárias internas dos novos exploradores, encabeçados por LAZARO KAVANDAME e nos ambiciosos políticos dirigidos pelo reaccionário URIAS SIMANGO. O colonialismo e a PIDE, na prática, criavam a frente contra a natureza e linha popular da FRELIMO.

Derrotado politicamente no II Congresso, o inimigo envereda pela via aberta do crime. O assassinato do Presidente EDUARDO MONDLANE, contrariamente à expectativa dos criminosos, não instala a reacção no posto do comando da FRELIMO.

Contudo, o inimigo fica convencido de que a situação interna da FRELIMO é de divisão e de fraqueza, de que a desagregação do nosso movimento está iminente. Por isso, lança a grande operação militar a que chamou NÓ GÓRDIO e que deveria constituir o golpe de misericórdia na FRELIMO.

Porém, o NÓ GÓRDIO transforma-se numa derrota estratégica militar dos colonialistas e abre o caminho para o esmagamento final das forças coloniais de agressão.

É então concebido um novo plano de infiltração com o objectivo supremo de bloquear o avanço do povo moçambicano rumo ao socialismo mesmo em caso de independência nacional.

São libertados nesta fase, prisioneiros políticos já

recuperados. São enviados para as zonas libertadas: alguns para assassinar responsáveis; a grande maioria, para desviar-nos da nossa linha de unidade nacional e revolução democrática popular. Outros prisioneiros são deliberadamente deixados nas zonas ocupadas para controlarem as actividades clandestinas e sobretudo, capitalizando o prestígio de patriota e prisioneiro político, serem lançados como alternativa revestida de crédito, à Direcção da FRELIMO. Este último caso pode ser ilustrado pela história sórdida do DOMINGOS AROUCA.

Ao apresentarmos estes exemplos de infiltrações detectadas no passado, queremos contribuir para a compreensão da manobra complexa de «recuperação» que a PIDE desencadeia na Machava. Depois do II Congresso da FRELIMO, e particularmente após o assassinato do Camarada EDUARDO MONDLANE, após o fracasso na tentativa de destruição e subversão das nossas forças armadas, impunha-se ao inimigo a criação de novas alternativas.

RAZÕES DA NOSSA REUNIAO

Podemos situar a vários níveis os nossos objectivos:

- Conhecermo-nos correctamente para definirmos, para cada um, as tarefas a cumprir na fase presente do processo revolucionário;
- Integrarmos todos os antigos militantes que foram prisioneiros do inimigo, que foram privados de viver e participar no processo interno de transformação da FRELIMO;
- Libertarmos, cada um, das pequenas capitulações que porventura teve; prestigiarmos a condição de antigo prisioneiro político, purificando as nossas fileiras dos agentes infiltrados, isolando e desmascarando o punhado dos grandes criminosos e traidores que se camuflam sob a máscara de antigo prisioneiro político.

Alguns dos que estão aqui presentes têm a consciência pesada. Para que se libertem é preciso que falem. Isso exige coragem.

Na prisão houve os que a tudo resistiram. Viviam nas mesmas celas com os que tiveram fraquezas e com os que traíram.

Já nos referimos a algumas das causas, mas muitas mais se poderiam apontar. Elas vão desde a inexperiência ao medo, do oportunismo à cobardia, da ignorância à corrupção.

Estamos todos misturados numa mesma designação de antigos prisioneiros políticos. As fraquezas e as traições são conhecidas. São conhecidas pelo inimigo, como o são por aqueles que as testemunharam, pelos que delas foram vítimas.

São guardadas como se constituíssem segredo. Mas, na verdade, são segredos públicos. Se formos perguntar ao povo, o povo sabe. Porque o povo está em toda a parte, não existem segredos para o povo. O processo eleitoral constituiu a prova definitiva.

Durante as eleições constatámos em muitos casos as massas rejeitarem antigos prisioneiros políticos como agentes da PIDE. Verificámos que em muitos sítios dizer-se antigo prisioneiro político significava para as massas, infiltrado. Esta não é uma situação correcta, o nosso povo deve respeitar a qualidade de antigo prisioneiro político, antigo combatente da causa da liber-

tação nacional. As nossas crianças devem aprender e orgulhar-se do heroísmo dos que resistiram nos campos de morte da PIDE, devem-se inspirar também desses exemplos para forjar o seu carácter e determinação revolucionárias.

Discutirmos entre nós estes problemas é libertarmos-nos. Libertarmos-nos em vários aspectos.

Recusarmos-nos a falar deles, não abordarmos com franqueza estes problemas, conduz inevitavelmente à desconfiança entre nós, ao desprestígio dos antigos combatentes que foram prisioneiros políticos.

Por causa de alguns, todos os antigos prisioneiros políticos são desprestigiados. Todos os sacrifícios, todos os sofrimentos, todas as privações não terão qualquer valor enquanto nos recusarmos a falar destes erros, destes falsos segredos.

Calarmos-nos, conduz a compromissos graves em que o delinvente ou o oportunista, explorando as fraquezas deste ou as traições daquele, obriga à violação da linha da FRELIMO, a uma nova traição dos interesses do Povo e do Estado em seu próprio benefício.

Não discutirmos claramente estas questões conduz à possibilidade de o inimigo fazer dos erros do passado, a porta por onde penetra para de novo vos recrutar, para vos manter sob o seu domínio e vos levar a novas e maiores traições.

Tornar conhecidas as próprias fraquezas e a própria traição, fazer a autocritica sincera dos erros do passado é tirar de cima de cada um o peso que o oprime, o asfixia e o leva a afundar-se sempre mais no pântano dos problemas e das contradições.

A traição, o crime, são como o cadáver que por mais que lancemos à água acaba sempre por vir à superfície.

Esta reunião não é um julgamento, não nos reunimos para julgar e condenar. A Direcção do Partido e do Estado não se reúne com os prisioneiros políticos para perseguir e punir. Reunimo-nos para nos libertarmos. Se entre nós, nesta reunião, estiver algum agente da PIDE, então trata-se de inimigo. O traidor, o criminoso, o agente do inimigo, esse nós combatemos em qualquer circunstância e lugar.

DESENCADRAR O PROCESSO DE TRANSFORMAÇÃO

A adesão à causa de libertação não implica necessariamente a transformação do patriota em militante revolucionário.

Antigos combatentes da guerrilha, tiveram, em todas as fases da luta, que ser afastados das nossas fileiras por se terem revelado corruptos, venais, violadores dos interesses das massas populares. Quer dizer, não assumiram a tarefa básica de se transformarem no Homem Novo.

O mesmo acontece com antigos combatentes da clandestinidade, com antigos prisioneiros políticos.

Contudo, há factores específicos da situação dos prisioneiros políticos. Eles viveram sempre na zona ocupada pelo inimigo, o que significa que tiveram uma prática muito restrita do combate de massas, devido às restrições da luta clandestina no nosso país.

Não puderam participar na guerra popular. E a luta armada de libertação nacional é a forma superior de luta, o instrumento que liberta e transforma os homens, o instrumento que liberta e transforma as

consciências, o instrumento que liberta e transforma a terra.

Os prisioneiros políticos não puderam, pois, participar na grande luta contra os novos exploradores, contra o sistema de exploração do homem pelo homem. Não participaram na luta pela demarcação entre a posição puramente nacionalista e a posição revolucionária. Estiveram à margem do combate contra os vestígios da sociedade feudal e colonial, do combate contra a poligamia, os casamentos prematuros e o lobolo, do combate contra o individualismo, contra o paternalismo, contra o liberalismo e a politiquice. Não estiveram na principal frente do combate contra o tribalismo e o regionalismo, o racismo e do grande combate contra a ambição.

Os prisioneiros políticos estiveram à margem do processo da conquista da vida colectiva, dos valores colectivos, da valorização do trabalho da classe operária e do campesinato, da libertação da energia criadora das massas que conduzia o povo a superar as dificuldades e sacrifícios para vencer o inimigo.

Os prisioneiros políticos estiveram, pela força das circunstâncias privados de viver esta experiência, privados de participar no processo do nascimento da Nova Sociedade, no processo histórico e político que conduz à criação do Partido de vanguarda marxista-leninista.

Neste momento vivemos as grandes campanhas para pôr em aplicação o programa e as resoluções aprovadas pelo III Congresso.

Isso implica nomeadamente a estruturação do Partido e edificação do Aparelho de Estado da ditadura democrática revolucionária, a criação do aparelho de direcção da economia, o cumprimento das Directivas Económicas e Sociais.

A satisfação destas necessidades exige quadros, exige que os militantes, que em momentos difíceis deram provas de fidelidade ao Povo, à Pátria, se transformem em militantes da causa da revolução socialista. Temos que seleccionar os quadros que possam assumir responsabilidades nos postos-chave do Partido, do Estado e da Economia, após uma reciclagem política e um estudo técnico.

É nas fileiras dos combatentes veteranos da guerrilha e da clandestinidade que nesta fase virão prioritariamente os homens necessários.

Conhecermos e discutirmos a história de cada um, a sua evolução, permite-nos determinar com precisão as missões a serem cumpridas por cada indivíduo.

É importante ainda que todos os militantes, todos os quadros adquiram e vivam o pensamento comum, o pensamento do Partido. Esta aquisição não é resultado dum milagre ou inspiração divina, não é provocado por uma labareda que desce do céu para nos iluminar subitamente. É a prática do estudo e do trabalho colectivo, é a prática colectiva da crítica e autocritica que progressivamente nos transforma, nos educa como patriotas consequentes e militantes dedicados à causa do socialismo.

Esta primeira discussão da experiência dos cárceres, do comportamento de cada um, a crítica e o elogio que colectivamente faremos é um primeiro passo para todos adquirirem um mesmo pensamento e sensibilidade.

Assim em conjunto tiraremos as lições das vitórias

e dos erros e fracassos, colectivamente descobriremos como reforçar a determinação conducente à vitória, como combater as hesitações e limitações que provocam o fracasso.

VALORIZEMOS AS NOSSAS EXPERIÊNCIAS

No combate clandestino, na resistência ao inimigo, dentro das prisões, os prisioneiros políticos adquiriram experiências ricas, experiência directa da brutalidade criminosa do colonial-fascismo. Eles conheceram a verdadeira face do colonialismo, a natureza terrorista do fascismo, ganharam a experiência da solidariedade e ajuda mútua entre os presos e humilhados, nos momentos difíceis da tortura e sofrimento, nos momentos em que as fracas forças de cada um se juntam para amparar, acarinhar e salvar aquele que vai capitular. Eles conheceram a experiência de descobrir a FRELIMO por trás das grades impostas pelo colonialismo, experiência dos métodos do inimigo e de como lhes resistir.

Importa valorizar as experiências e as capacidades existentes em cada um de nós através da síntese das experiências do nosso povo.

As novas gerações necessitam de aprender dessas experiências. O povo deve conhecer a realidade do combate de resistência.

Este trabalho exige organização, exige planificação, unidade e exige, sobretudo, conhecermo-nos previamente. Estes são os meios para nós podermos continuar o combate.

A Pátria ficou independente, mas os interesses fundamentais do povo não estão satisfeitos. A fome, a doença, a nudez, a miséria, a ignorância, o obscurantismo, a dependência do imperialismo, ainda existem na nossa sociedade. Para vencermos esses males, é necessário situarmos histórica e politicamente o nosso combate actual.

Ser antigo combatente, resistente, prisioneiro político, não nos confere um diploma, uma garantia de privilégios, o direito de cavalgar o povo. Não lutamos para ser os novos exploradores. A nossa luta foi e é expressão do próprio povo. Nós somos expressão do Povo moçambicano. E o novo combate em que estamos engajados é o combate para prosseguir a libertação do povo e da Pátria do subdesenvolvimento a que nos condenara o colonialismo e para construir as bases materiais e ideológicas da sociedade socialista.

Situar histórica e politicamente o nosso combate actual é compreender e assumir a necessidade do combate pela estruturação da vanguarda que é a FRELIMO. Partido das classes trabalhadoras, Partido Marxista-Leninista. Se não aceitamos este novo tipo de combate, não construiremos a nossa Pátria livre e soberana; teremos traído o sangue já derramado e os sacrifícios até hoje consentidos; seremos os traidores, os desertores, os que recusam continuar o combate.

Situar histórica e politicamente o nosso combate actual é saber definir a tarefa principal.

No passado, a tarefa principal, prioritária e decisiva foi a luta armada. A luta armada foi a principal forja de quadros durante a Luta de Libertação Nacional. A luta de classes no nosso seio, nas zonas libertadas, produziu os quadros mais temperados, aqueles

que constituem o núcleo do Partido marxista-leninista.

Actualmente, a tarefa principal é a produção. A nossa forja é a luta para o aumento da produção em cada sector. A convicção, o entusiasmo, a dedicação com que cada um de nós se engaja na tarefa principal, determinam a nossa capacidade de nos continuarmos forjando e temperando como revolucionários.

Temos insuficiências e dificuldades em realizar os nossos trabalhos porque fomos temperados em forjas diferentes. Fervemos a diferentes temperaturas. Se todos nós tivéssemos fervido a 100°C, o processo revolucionário teria sido menos difícil. Contudo, se soubermos agora valorizar as nossas experiências, se soubermos assumir com coerência e determinação o nosso combate, se nos soubermos engajar na tarefa principal da luta, nós avançaremos como militantes revolucionários, nós daremos uma contribuição válida para a libertação total da Pátria.

A luta pelo aumento de produção significa a socialização, a industrialização do campo, a batalha das aldeias comunais. A batalha das aldeias comunais, a batalha das fábricas, a batalha da indústria pesada são as novas forjas dos quadros do nosso país e da nossa revolução.

Para este grandioso combate precisamos de direcção e dos instrumentos, das armas. Estes são os elementos fundamentais.

A Direcção é Partido. O Partido existe através dos militantes que dedicam a sua vida à realização dos interesses do povo trabalhador.

É entre os antigos combatentes, guerrilheiros, prisioneiros políticos que se encontra o núcleo de base do Partido. São estes, os que já deram provas, quem constitui nesta fase a coluna vertebral do nosso Partido de vanguarda.

Temos que nos conhecer. Só amamos os que conhecemos, aqueles com quem temos profunda identidade. Não se ama em abstracto. Temos que nos conhecer para podermos seleccionar, no nosso seio, os que podem entrar no Partido. É com eles que vamos estruturar o Partido de vanguarda.

O nosso instrumento é o Estado. Necessitamos de completar o processo de edificação do Estado Democrático Popular.

Muitos sectores estatais, tanto administrativos como económicos, têm grande falta de quadros de confiança, quadros em que o povo confia, quadros que sirvam o povo e possam exercer a ditadura democrática revolucionária rumo ao Socialismo.

PERSPECTIVAR O FUTURO

Para darmos a nossa contribuição válida e consciente no progresso da nossa revolução popular temos, portanto, a obrigação de saber de onde viemos, para onde vamos e quais os meios de que dispomos.

Analisámos já estes pontos no decurso desta intervenção. Contudo, é essencial que saibamos aprofundá-los.

É preciso compreender como fomos presos.

Uns foram presos porque o inimigo, devido a insuficiências do trabalho clandestino, conseguiu descobrir as redes em que operavam. Outros foram presos devido à denúncia de infiltrados ou à traição de com-

panheiros.

Nesta reunião devemos clarificar estes pontos, devemos esclarecer como cada um de nós se comportou na prisão.

Porque resistimos? Os que fraquejaram devem explicar quais as causas e como se manifestaram essas fraquezas. Os que traíram devem dar a conhecer os motivos por que o fizeram e qual a traição cometida quando saíram da prisão.

Qual a actividade após a saída da prisão? Em que circunstâncias foram libertados e porquê? Que compromissos ou traições cometeram para serem libertados? Qual a actividade de cada um de 25 de Abril a 7 de Setembro de 1974, Dia da Vitória? Como agiu cada um face à intensificação das manobras do inimigo nessa época? Qual tem sido a nossa contribuição após a vitória? Qual a actividade até Mocuba e depois de Mocuba?

Se nos retraímos, se não participámos activamente, é preciso saber porquê. Por isso, chamamos a esta reunião um debate político.

Onde militámos e qual tem sido a nossa militância? Devemos saber, individual e colectivamente, responder a estas perguntas. É a base para definirmos como e onde devemos continuar a lutar, como continuarmos a ser combatentes, como formar as novas gerações dos continuadores das nossa tradições revolucionárias.

Finalmente, devemos saber utilizar a oportunidade existente de nos conhecermos para definirmos tarefas, individual e colectivamente. Devemos discutir como, de maneira organizada, valorizaremos as experiências, como as transmitiremos às novas gerações. Para formarmos estas gerações é imperativo que discutamos como nos integraremos no Novo Processo Revolucionário.

No nosso debate político, devemos ter presentes os princípios que distinguem o militante da causa do socialismo, dos outros homens. Não são qualidades ou virtudes superiores, mas apenas a determinação em servir o Povo, em transformar o Mundo, e, no processo, em transformar-se a si próprio.

A grande conquista e tradição da FRELIMO, a crítica e a autocrítica, são processos de libertação e transformação, e nunca instrumentos de vingança mesquinha ou de destruição.

É através da corrupção, do divisionismo e da desconfiança que o inimigo se infiltra. O nosso combate aqui é restabelecermos a confiança entre nós, e erradicarmos o que está podre no nosso seio, é reencontrarmos a nossa unidade nas fileiras da Revolução.

A LUTA CONTINUA!

(De: "Notícias", Maputo, 1978-07-11)

PÁGINAS DA RESISTÊNCIA-5

REFORÇAR A VIGILÂNCIA, GANHAR NOVAS FORÇAS, SALVAR OS HESITANTES
E DESALOJAR OS INFILTRADOS

—Presidente Samora Machel, na sessão de encerramento da reunião com os ex-presos políticos

Ao encerrar a reunião entre a Direcção da FRELIMO e os ex-presos políticos, que decorreu de 21 a 24 de Março e de 4 a 8 de Maio, o Presidente Samora Machel lançou o seguinte apelo:

«Reforcemos a nossa vigilância, saibamos continuamente ganhar novas for-

ças, salvar os hesitantes, isolar os recalcitrantes, desalojar os infiltrados, reprimir os reaccionários». A análise feita pelo dirigente máximo da Revolução moçambicana, que terminou com aquele apelo, constitui o último dos cinco textos que temos vindo a divulgar em «Páginas da Resistência».

Terminamos hoje a reunião com os ex-presos políticos.

Durante sete dias, em sessões de trabalho que se prolongaram muitas vezes por 10 horas consecutivas, a Direcção da FRELIMO esteve aqui nesta sala, com trezentos nacionalistas. Nacionalistas que têm em comum entre eles a experiência dura das prisões da PIDE, para onde foram atirados ao descobrir-se o seu engajamento na Luta de Libertação Nacional.

Nas duas etapas do nosso trabalho — de 21 a 24 de Março e de 4 a 8 de Maio, escutámos o relato dos sofrimentos, dos sacrifícios, das torturas, das humilhações, da brutalização dos nacionalistas que, de mãos nuas, na profundidade da zona ocupada pelo inimigo, lutaram pela causa da libertação da nossa Pátria do jugo colonialista.

De mãos nuas e sem grande experiência política, de mãos nuas e sem tradição de luta clandestina, estes nacionalistas ousaram enfrentar as armas, o aparelho repressivo, a propaganda e os batalhões de informadores do inimigo, para difundirem os Estatutos e Programa da FRELIMO, estabeleceram células e redes clandestinas

O que aqui ouvimos é a história de uma das várias frentes em que se desenvolveu a luta de Libertação Nacional. História contada pelos seus protagonistas, história contada pelos sobreviventes.

O que aqui ouvimos é um testemunho fundamental da determinação heróica do nosso povo, de se libertar e tomar nas mãos o seu próprio destino.

Os trezentos moçambicanos que connosco estão nesta sala representam e sintetizam com a sua experiência o percurso de centenas de milhar de nacionalistas espalhados por todo o país e de largas dezenas de milhar de antigos prisioneiros políticos que desde o início da luta armada até à vitória final passaram

pelos prisões da Sommerschield, Jamanguana, Mabalane, Nhangau, Ibo, Ilha de Moçambique e por outros redutos da morte.

O Comité Político Permanente da FRELIMO participou activamente nesta reunião.

Moveu-nos o objectivo de tornar património comum do nosso Povo a experiência dos companheiros da Resistência e luta clandestina.

Moveu-nos a necessidade de reafirmar o carácter unitário das várias formas de resistência e de luta anti-colonial e de sublinhar dessas várias formas, as exigências comuns de militância, capacidade de sacrifício e profundo desejo de servir os interesses do Povo.

A luta armada foi o motor do processo de transformação histórica do nosso País, foi a forma suprema de resistência, de afirmação da nacionalidade, preservação da nossa cultura, o campo prisional da confrontação das forças da libertação com as forças da opressão. Mas em todas as frentes de luta foram de igual valor os sacrifícios, os heroísmos, e identicamente abjectas as deserções e as traições. Em todas as frentes foi o mesmo sangue dos melhores de entre nós que se verteu para fertilizar a vitória.

1978 é o Ano da Estruturação do Partido.

A Estruturação do Partido é o passo fundamental para o cumprimento das directivas do III Congresso e para a criação das bases ideológicas e materiais para a passagem ao socialismo.

Estruturar o Partido é organizar os militantes da causa do socialismo, dar-lhes tarefas precisas para implementar as decisões do III Congresso.

Precisamos por isso de seleccionar militantes para implantar as estruturas do Partido em todos os níveis, da escola ao quartel e à empresa, da fábrica à cooperativa, do bairro à localidade e ao círculo.

Este é um novo combate em que nos lançamos. Importa uma vez mais reagrupar as forças, reforçar a unidade no pensamento comum e, sobretudo, mobilizar quadros de militância comprovada.

Foi também este o objectivo desta reunião: conhecermos mais profundamente os militantes da clandestinidade para, de entre eles, afectarmos às novas tarefas aqueles que sob as duras condições das prisões da PIDE revelaram a sua firmeza, a sua resistência ao inimigo, a sua dedicação à causa do Povo.

A razão de ser dos nossos sacrifícios consentidos foi a nossa vontade de construir uma nova vida para o nosso Povo.

Esta nova vida só é possível com a sociedade socialista.

Foi a consciência desta realidade que determinou por parte do inimigo uma acção constante quer por via armada quer por via subversiva, com o objectivo de destruir o conteúdo revolucionário da FRELIMO.

Nesta fase, em que abertamente iniciamos a construção do socialismo, necessitamos de um processo de clarificação para seleccionarmos os militantes. Saber distinguir os que superaram todas as dificuldades daqueles que tiveram fraquezas ou traíram, é o método seguro para dotar o Partido de uma coluna vertebral sólida.

Demos provas na luta, demos prova na luta clandestina. De entre nós há aqueles que já são capazes de levar o processo revolucionário a seu termo.

Há outros que precisam de uma ajuda para se transformarem, que precisam de elevar a consciência patriótica ao nível de uma consciência socialista.

A forja actual dos quadros, o catalizador que acelera a formação da nossa consciência, encontra-se hoje na luta de classes, na batalha pela construção das bases ideológicas do socialismo.

Esta reunião, através dos debates e discussões que assistimos, revelou-nos o grau da maturidade de cada um, a preparação de cada um para a batalha em curso.

Igualmente os debates enriqueceram a nossa experiência sobre os métodos utilizados pelo inimigo para nos desagregar e subverter.

Em cada etapa há uma forma da acção determinada do inimigo:

Numa primeira fase, toda e qualquer manifestação ou sintoma de nacionalismo é reprimida feroz e violentamente (prisões em massa, repressões violentas das manifestações reivindicativas, repressão das greves de Xinavane, Estiva, Massacre de Mueda, encarceramento do Centro Associativo, etc. ...).

Numa segunda fase, por volta dos anos de 1968, a luta armada ganha um novo impacto e sofre uma transformação qualitativa. O II Congresso foi o momento em que as Forças Progressistas no seio da FRELIMO definem a estratégia correcta da Luta Armada, que se impõe à totalidade do movimento.

Em consequência, os sentimentos patrióticos desenvolveram-se, o fervor nacionalista ganha novas forças e novos adeptos, a derrota militar já se prevê, e o fim do colonialismo aparece como inevitável.

O inimigo adopta então novas táticas: não desconfecendo que há um movimento irreversível para a Independência, os sectores mais esclarecidos do colonial-capitalismo e do imperialismo procuram conservar os seus privilégios e as suas posições mas agora em moldes novos, buscando captar e chamar para o seu

lado a pequena burguesia nacional, patriótica, recrutando essencialmente os seus agentes e aliados de entre aquela camada social. A nova política de liberalização de Marcelo Caetano, a promoção de negros e mestiços inicia-se. São abertas algumas portas no Estado: Administradores de Posto, na Banca, entram negras e mestiças para hospedeiras da DETA.

O inimigo já não dá prioridade aos laiaos públicos e convictos do colonialismo, os quais servem apenas para as tradicionais manifestações de propaganda e de repúdio. A Igreja inicia «cursos de cristandade» para formação ideológica dos quadros nacionalistas do próximo futuro. Os conflitos são grandes entre os tradicionais ultras e os promotores da chamada política de «abertura». Os conflitos criam a ilusão de dinâmica e progresso.

É neste contexto que se situa a nova tática do inimigo: a de ganhar e recrutar elementos de evocação burguesa com credenciais patrióticas e nacionalistas, dedicados à mesma causa — à Independência nacional e ao anticomunismo.

Estes são os elementos que garantem a neutralização do carácter popular da linha da FRELIMO.

E é nesta nova estratégia que o inimigo utiliza aqueles que no seio da Luta Armada representam as novas classes exploradoras: os Lázarus, Gwenjere, os Simangos.

Paralelamente, age com as mesmas intenções entre a burguesia nacional interna nascente, que gravita em torno da luta clandestina. Igual acção de «recuperação» desencadeia no seio das prisões políticas. Com a queda do colonialismo, rapidamente a burguesia colonial promove os seus elementos de reserva. Vai tentar buscar nos prisioneiros políticos os intermediários entre uma suposta FRELIMO de dentro, a quem pretende transmitir o poder, com o apoio dos sectores esclarecidos da burguesia colonial. A força das armas, a continuação da guerra popular e o apoio do Povo provocam o desmoronamento desta grosseira manobra.

É ainda neste quadro que, após a vitória da FRELIMO, a burguesia nacionalista se lança ao assalto dos Grupos Dinamizadores, buscando febrilmente ocupar posições de relevo nas estruturas políticas, governamentais e nas empresas, para, por um lado, herdar os privilégios dos colonialistas e, por outro, manter as estruturas capitalistas.

A manobra das duas FRELIMOS surge agora em novos moldes: uma, a FRELIMO do pé descalço, estarrapada, irresponsável, ignorante dos problemas de gestão estatal e económica. Outra, a FRELIMO responsável, pequeno-burguesa, realista, ponderada, capaz de tranquilizar o capital internacional.

É assim que alguns ex-presos políticos ditos «recuperados» adoptam uma conduta idêntica, buscando ocupar determinadas posições dentro da organização da FRELIMO (Grupos Dinamizadores, Sede Provincial, etc.) e também dentro do Aparelho do Estado e na economia.

Em nome da primazia do Partido sobre o Estado, este grupo procura dividir e marginalizar a Direcção da FRELIMO, procura destrinçar os responsáveis do Partido e Estado em moderados e extremistas, competentes e incompetentes, esperando assim criar brechas na unidade monolítica da nossa Direcção.

O ITINERÁRIO DA TRAIÇÃO

Estudar-se o processo que conduziu elementos ini-

cialmente patriotas a fazerem o jogo do colonialismo e do imperialismo permite-nos, simultaneamente, conhecer os que se mantiveram sempre firmes, resolutos, propor os métodos de reeducar os que caíram e bloquear o caminho para novas traições.

Nesta reunião prestamos homenagem àqueles que nos momentos difíceis levantaram a bandeira da Independência da Pátria, levantaram a bandeira da FRELIMO. Eles exprimiram a determinação da luta para a libertação da Pátria no tempo em que pertenciamos a um País sem nome. Eles ganharam para sempre um mérito histórico que nunca lhes poderá ser negado. E é para valorizar essa sua acção que importa aqui também identificar os fracassos e traições que surgiram entre alguns, entre uma minoria.

No início desta Reunião, em Março, situámos as causas que conduziram aos fracassos e deserções no seio de guerrilheiros e militantes clandestinos.

Depois da nossa discussão podemos ampliar a nossa análise. Falamos de fraquezas ideológicas e de consciência de classe extremamente débil.

Predominava também o conceito da vitória rápida. Vimos quem tivesse defendido a tese de que bastaria matar alguns brancos para que o colonialismo caísse em Moçambique. Existia a ingénua expectativa de uma intervenção exterior do imperialismo ou mesmo de exércitos africanos ou outros, que forçasse a capitulação do colonialismo. Havia a procura de sucessos espectaculares, particularmente nas zonas urbanas, que criassem uma repercussão conducente ao desmoronamento da dominação estrangeira. Em certos sectores até se confiava na intervenção de forças sobrenaturais, quer por via de curandeiros, quer por milagre divino.

Estas manifestações surgiram igualmente no seio dos guerrilheiros e militantes clandestinos.

A perspectiva de guerra popular prolongada, combinada com as dificuldades e sacrifícios exigidos pela luta, provocam sentimentos de frustração e desespero nos elementos politicamente fracos. Esta situação é particularmente aguda no seio dos prisioneiros políticos que se encontram privados, anos e anos, de qualquer contacto com a Direcção, de qualquer informação sobre o desenvolvimento efectivo da luta. A isto se aliam as acções sistemáticas de desinformação. A PIDE, para agravar a pressão psicológica sobre o prisioneiro, explorava as dificuldades económicas e sociais, perseguindo as famílias, recusando-lhes emprego, fazendo chantagem aos naturais sentimentos familiares de maneira a levar a família a fazer pressão sobre o preso político. A tudo isto se juntava a campanha terrorista, a tortura, o espectáculo acabrunhante da morte quotidiana de numerosos companheiros, pela fome, pela sede, pela falta de cuidados médicos elementares, o assassinato puro e simples. Mortes anónimas, crimes impunes. O sentimento de abandono. Constitui-se assim um campo fértil para as fraquezas que se transformaram em actos cobardes, e daqui à deserção e traição foi um pequeno passo para alguns.

Iniciado o caminho de deserção e da delação, a PIDE, explorando os compromissos e as ambições frustradas, conduz estes elementos para o caminho da traição e do crime. O desertor guerrilheiro denuncia a base; o desertor clandestino denuncia os companheiros. Esta primeira acção divorciou-o do Povo e da FRELIMO, desarmou-o moralmente, pô-lo à mercê do

inimigo.

A PIDE paga com pequenos favores: uma cela melhor, visitas, comida, um passeio ao exterior para uma festa familiar, ou a um jogo de futebol.

Engrena-se assim na dialéctica dos compromissos. As ambições frustradas vão encontrar novas perspectivas nos novos compromissos. De prisioneiro físico da PIDE, transformou-se em prisioneiro moral da PIDE, aberto a todas as chantagens e até à traição e ao crime.

O processo de «recuperação», a transformação de militantes da FRELIMO em militantes da PIDE está desencadeado. É entre estes prisioneiros políticos ditos «recuperados» que se discute o nome que vai ter o jornal da Vergonha e de Traição. O debate já não é resistir ou capitular, o debate é saber se a traição aparecerá sob o título de «Eco», «Arouca», «A Recuperação Avança», «O Ressurgimento».

Mas a grande maioria resiste. O núcleo da FRELIMO permanece firme a todas as degradações, torturas e vexames. A sua confiança na FRELIMO, a certeza da vitória final da causa do povo, dá-lhes força e alimenta a sua determinação. A vida destes companheiros, a sua resistência ao sofrimento, à chantagem, a todo o tipo de pressões, a própria ameaça de morte que os acompanhava em cada dia e a cada passo, constitui exemplo para todos nós. Foi preocupação da PIDE isolá-los, destruí-los. Mas foi interesse também não consagrar o heroísmo nem criar mártires. Mais que a eliminação física, importa à PIDE denegrir a FRELIMO.

Para justificar o brutal assassinato de um núcleo de resistentes na cadeia, a PIDE fomenta a versão de que esse núcleo havia criado um partido anti-FRELIMO dentro da cadeia. Para melhor camuflar este crime, ela utiliza a cumplicidade repugnante dos traidores ditos «recuperados».

Em paga das traições e dos crimes, estes elementos são libertados com missões diversas. Uns são enviados para as zonas libertadas com a tarefa de infiltração imediata na FRELIMO. Outros são mantidos nas zonas urbanas, como reserva voluntária ou involuntária para novas manobras. Sobre todos eles pesam os compromissos assumidos, sobre todos eles a PIDE dispõe de instrumentos eficazes de chantagem, instrumentos para os reactivar no momento que foi julgado propício.

Quando se desagrega o colonialismo, heróis e traidores igualmente erguem a bandeira da FRELIMO. Os traidores ligados de uma rede forte de compromissos entre eles, surgem como grupo coeso, com direcção própria. Esta coesão dá-lhes força para usurparem o nome da FRELIMO, aparecem como porta-vozes, defensores e representantes dos ex-prisioneiros políticos, distribuidores de favores e postos. Criam assim uma clientela que tende a englobar a totalidade dos ex-presos políticos a nível de todo o País.

A dinâmica do processo revolucionário força o desaparecimento da PIDE enquanto instituição, mas os seus principais responsáveis, os seus dossiers, são imediatamente recuperados pelos quadros centrais da subversão imperialista.

Assim, mesmo os traidores que tinham intenção de refazer uma nova vida, mantendo escondidos os seus crimes, continuam acorrentados ao seu passado e passíveis, por consequência, de reactivação.

É mérito desta reunião ter revelado a verdadeira face de cada um. Descobrimos os verdadeiros heróis, vivos ou mortos. Compreendemos as pequenas fraquezas e capitulações de alguns. Eles fizeram a sua auto-

crítica. Eles libertaram-se do peso que os sufocava, libertaram-se sobretudo da pressão e chantagem que o inimigo podia exercer.

Detectámos também no nosso debate a face dos traidores. Eles foram desmascarados publicamente, os seus crimes foram revelados; levantámos assim as minas que o inimigo tinha plantado no caminho da nossa Revolução Socialista. Sabemos agora como e a quem confiar as tarefas. É nos quadros provados que vamos seleccionar aqueles que deverão exercer funções no aparelho do Partido, no Aparelho do Estado, no Aparelho de Direcção Económica. Muitos destes, necessitarão previamente de um processo de elevação dos conhecimentos políticos e técnicos. Outros, para fortalecimento do seu engajamento, para aquisição de uma consciência proletária de classe, precisarão de ir aprender com a classe operária e os camponeses cooperativistas. Nas fábricas, nas empresas estatais agrícolas, nas cooperativas e, fundamentalmente, nas aldeias comunais, irão praticar directamente na luta de classes, na luta pela produção. Os criminosos e os traidores, aqueles que contraíram uma dívida de sangue, deverão prestar contas, e competirá aos Órgãos do Poder Popular, de acordo com a legalidade revolucionária, determinar as medidas adequadas.

Purificadas as nossas fileiras, encontramos-nos unidos e prontos para avançar resolutamente rumo ao socialismo.

Reforcemos a nossa vigilância, saibamos continuamente ganhar novas forças, salvar os hesitantes, isolar os recalitrantes, desalojar os infiltrados, reprimir os reaccionários.»

(De: "Notícias", Maputo, 1978-07-19)

A ALFABETIZAÇÃO É UMA BATALHA PARA A LIBERTAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

As orientações anteontem traçadas pelo Presidente da FRELIMO e da República Popular de Moçambique, Samora Machel, quando, ao desencadear a Campanha Nacional de Alfabetização, falava aos cerca de quatro mil trabalhadores dos Portos e Caminhos de Ferro em Maputo, constituem um precioso instrumento de estudo, particularmente para os que estão empenhados na batalha contra o analfabetismo. Dado que ontem começaram já, em todo o País, reuniões orientadas por membros da Direcção do Partido, iniciando-se portanto uma ampla mobilização popular que tem por objectivo imediato levar ao conhecimento de todo o Povo os objectivos desta campanha, à luz das orientações do Presidente Samora Machel, divulgamos aqui o discurso anteontem proferido:

Começa hoje a Campanha Nacional de Alfabetização. Viemos aos Portos e Caminhos de Ferro para, com a classe operária, desencadearmos esta nova e fundamental batalha. Fundamental, porque o nosso desenvolvimento político, económico, cultural, social e ideológico, depende, em definitivo, da nossa vitória nesta batalha.

É uma batalha que exigirá a concentração das nossas energias, dos nossos esforços, da nossa inteligência, e, particularmente, da nossa paciência.

É uma batalha longa, é uma guerra prolongada, a batalha que vamos hoje desencadear a partir dos Portos e Caminhos de Ferro.

Se nós não formos capazes de vencer esta nova batalha, o nosso progresso e o nosso desenvolvimento ficarão totalmente comprometidos.

Se nós não formos capazes de vencer esta batalha que hoje desencadearmos, viveremos pobres, miseráveis, permaneceremos dependentes do imperialismo. Portanto esta batalha exige energia, inteligência, esforço. Exige particularmente paciência, porque a paciência é o berço da vitória. Ao lado da impaciência está, como irmã gémea, a preguiça. O impaciente é preguiçoso, o preguiçoso é impaciente. São gémeos.

Mas há também o espírito derrotista. Há aqueles que dizem: «Não posso aprender porque já sou velho. Nasci, cresci, lutei, com a minha ignorância, com o meu analfabetismo, o meu obscurantismo, por que é que agora é necessário que eu aprenda?» Isto é espírito derrotista.

O que envelhece nos homens é o organismo. A inteligência, o cérebro, a nossa consciência, esses permanecem jovens. A nossa inteligência não envelhece, a nossa consciência de explorados não envelhece.

Devemos fazer duas perguntas.

A primeira é: porquê uma Campanha Nacional de Alfabetização? A segunda: por que é que a lançamos a partir dos Portos e Caminhos de Ferro?

O ANALFABETISMO É UM CANCRO PARA O NOSSO DESENVOLVIMENTO

Terminámos há pouco tempo as eleições para as Assembleias do Povo. Neste momento vivemos em todo o país a Campanha de Estruturação do Partido. Por que razão então desencadear uma nova campanha? A resposta é que não há contradição. Todas estas campanhas se completam. Cada uma delas depende das outras.

O nosso país é um país de analfabetos, um país em que a maioria esmagadora dos cidadãos moçambicanos, dos cidadãos nacionais, não é capaz de ler uma resolução da Assembleia do Povo; não é capaz de ler uma directriz do Partido; não é capaz de ler as instruções que acompanham a máquina no local do trabalho; não é capaz de ler as normas que acompanham as sementes seleccionadas para a cooperativa; não é capaz de ler os preços afixados na loja.

Muitos dos nossos deputados das Assembleias do Povo não podem sequer ler a Constituição da República. Quer dizer, não conhecem os seus deveres, não conhecem as suas obrigações e não conhecem os seus direitos. Não são capazes de compreender quando é justo, quando é injusto.

Muitos dos militantes do Partido não são capazes de ler os Estatutos e o Programa do Partido.

Muitos dos membros dos Conselhos de Produção não estão em condições de ler o programa de produção da sua própria empresa, de poder conhecer as metas.

Se não souber ler, como irá o nosso camponês diversificar a produção no campo? Como irá o nosso camponês, o nosso cidadão, lutar contra os maus hábitos alimentares, os maus hábitos higiénicos?

Como será capaz de ler quando está escrito que é proibido, ou que há um perigo? Como será capaz de ler as regras mais elementares? Como é que, fundamentalmente, será capaz de diversificar a produção, de melhorar a qualidade da produção, de melhorar a qualidade do seu trabalho?

O analfabetismo é um cancro para a sociedade, é um cancro para a humanidade. O analfabetismo é um cancro para o nosso desenvolvimento.

Fixámos metas fundamentais para o nosso povo, que correspondem aos interesses principais de cada homem e mulher no nosso país: Queremos acabar com a fome, queremos acabar com a nudez, queremos acabar com a doença. Queremos acabar, em definitivo, com a miséria e com a pobreza.

Para acabar com a fome e a nudez temos que produzir mais, melhor, mais depressa, mais barato. Para acabar com a doença temos que saber viver melhor, comer melhor.

Por que continuamos a ter fome se a nossa terra é generosa para todos nós? A nossa terra dá-nos milho, arroz, trigo, açúcar, feijão, girassol, gergelim, dá-nos todo o tipo de fruta. Dá-nos laranja, abacate, toranja, tangerina, ananás, manga, caju. Dá-nos mafurra, tomate, alface, cenoura e cebola. É isto que liquida a fome.

O nosso mar também é generoso. Dá-nos camarão, peixe,

lagosta, lagostim e atum. Dá-nos amêijoia, mexilhão, tartaruga e baleia.

Mas se formos analfabetos como podemos tirar proveito e rendimento de tudo isto?

A nossa terra dá-nos ouro, cobre, urânio, ferro, asbestos. A nossa terra dá-nos carvão e das madeiras mais preciosas do mundo. Como utilizar tudo isto em benefício do progresso, em benefício do desenvolvimento social, cultural e económico, quando somos analfabetos?

O estudo significa a organização, significa adquirirmos conhecimentos. O estudo significa conhecimento sistematizado. Não é somente ler. Há um objectivo essencial, há um objectivo traçado que nós queremos atingir.

A SABEDORIA É UM INSTRUMENTO DE LIBERTAÇÃO

Quando desencadeámos a luta armada tivemos que responder a estas perguntas todas: Quanto tempo vai durar a guerra? E dissemos: «O tempo que for necessário.» Quem participará na guerra? São apenas os jovens? Dissemos: «Não, porque se trata da libertação de todos, porque se trata essencialmente de libertar os homens e a terra.» Era o País inteiro que estava em causa. Hoje, de novo, a 3 de Julho de 1978, necessitamos de um novo engajamento para lutarmos contra o analfabetismo, a ignorância, o obscurantismo. Portanto também agora é necessária a participação massiva dos homens, das mulheres, das crianças, dos velhos. Essencialmente é necessária a participação dos velhos.

A luta contra o analfabetismo é também uma luta contra os preconceitos herdados. É fundamentalmente, uma luta política. Temos de lutar contra os preconceitos, lutar contra os tabus estabelecidos, lutar contra os sistemas herdados, sistemas que foram sendo aperfeiçoados pelos nossos inimigos.

A ciência nas mãos do inimigo é um instrumento para a morte. O nosso inimigo, utiliza a ciência para oprimir, para semear a morte, para semear a miséria. Para nós, a sabedoria, é um instrumento para a libertação, um instrumento para o nosso desenvolvimento.

O analfabetismo, a ignorância, o obscurantismo, são os inimigos da nossa organização, do nosso conhecimento. Saber ler e escrever, saber sintetizar as nossas experiências e dominar a ciência, são as nossas armas para vencer esta guerra.

Fundamentalmente é necessário que vocês compreendam a ligação destas oficinas com os outros sectores de produção do nosso País. É necessário saber que esta oficina está ligada à agricultura e à indústria, ao hospital, à escola, à Universidade, às escolas secundárias, às escolas primárias. É necessário saber que a vossa oficina está ligada ao hotel, à pensão, à empresa de construção; saber que se a vossa oficina não funciona, não há abastecimento na cidade, se a vossa oficina não funciona, se não está organizada, os funcionários chegam tarde ao serviço, prejudicam a chegada dos alunos a tempo à escola; saber que a oficina está ligada a todos os sectores: transportes aéreos, ferroviários, rodoviários e marítimos; a vossa oficina está ligada ao tractor que cultiva a terra, à machamba, à enxada que fere a terra.

Mas compreender isso exige conhecimento. Onde estão essas ligações, como se fazem essas ligações? Para sabermos isso é preciso saber ler e escrever. Em 20 de Setembro de 1974, na tomada de posse do Governo de Transição, dissemos: «Colocar a instrução, a educação e a cultura ao alcance e ao serviço das largas massas, combatendo enérgica e sistematicamente a pesada herança que nos foi legada pelo colonialismo: o analfabetismo, a ignorância, o obscuranismo.» No III Congresso dissemos: «Orientar e controlar o sistema de ensino, dando prioridade à alfabetização do nosso Povo.» Estamos, portanto, a cumprir essas orientações, vejamos em concreto: numa machamba onde trabalhamos com muito esforço, ao nível da agricultura familiar, produzíamos 300 a 400 quilos de comida por hectare. Quatrocentos quilos, são quatro sacos de cem quilos.

Para comer, comprar leite, comprar vestido, comprar capulana, comprar blusa, comprar sapatos para domingo e sapatos para o trabalho, comprar saia, vestir os filhos, ter cobertor, comprar cama, comprar boa colcha... quatrocentos quilos é suficiente? Não.

Mas isto é a realidade em todo o nosso País. Num país em que os trabalhadores agrícolas, os camponeses, dominam a ciência e a técnica, com um esforço idêntico eles produzem sete toneladas de arroz ou milho por hectare! Vejam a diferença: Sete toneladas significa setenta sacos, num hectare. A China já produz dez toneladas por hectare, a República Popular e Democrática da Coreia produz também dez toneladas por hectare. Significa cem sacos por hectare, enquanto nós produzimos quatro sacos apenas.

Quando dizemos produzir, dizemos produzir melhor, mais depressa, mais barato. Diremos melhor: mais depressa, mais eficientemente, mais rápido.

Este ano, o Vale do Limpopo vai produzir trinta e cinco mil toneladas de arroz! Sabem quantos sacos são? São 350 mil sacos de arroz! Mas se já dominássemos a ciência teríamos produzido oitenta ou noventa mil toneladas no Vale do Limpopo. Noventa mil toneladas significa 900 mil sacos! No nosso país, comemos 120 mil toneladas, o que significa um milhão e duzentos mil sacos de arroz, e ainda não é toda a gente que come arroz. Nós queremos que, em todos os produtos, sejamos produtores, consumidores e exportadores. Temos que produzir, comer e exportar.

Quando dou este exemplo quero dizer que se produzíssemos o que poderíamos produzir só nas zonas que já cultivamos, estaríamos em condições de ter arroz quase para as necessidades de todo o País.

O mesmo acontece em relação ao algodão. Se produzíssemos o que poderíamos produzir, teríamos algodão para vestir o nosso Povo, do Rovuma ao Maputo, e ainda sobrava para vender. Mas se nós não compreendermos o valor do algodão continuaremos nus. E teremos que comprar algodão para as nossas fábricas poderem trabalhar. Com esse dinheiro poderíamos comprar outras máquinas.

Não tem sentido estarmos a comprar peixe quando temos uma costa com três mil e quinhentos quilómetros.

Não tem sentido termos que comprar castanha de caju, quando somos um dos maiores produtores de castanha do mundo,

O ano passado, tivemos que comprar à Tanzânia trinta e cinco mil toneladas de castanha de caju, para as nossas fábricas.

A causa disto é o nosso analfabetismo, a nossa ignorância, o nosso osbcurantismo. É um cancro, para o nosso desenvolvimento.

É preciso acabar com o analfabetismo. É preciso destruir esse cancro, é preciso aceitarmos ir ao médico e dizer: «Corte-me este braço, porque não quero que a doença que existe neste braço me atinja o corpo inteiro.» Temos que aceitar ir à Educação e dizer: «Tirem-me a ignorância, o analfabetismo.»

Encontraremos algumas resistências, do Rovuma ao Maputo. Haverá alguns que dirão: «Você agora quer ir estudar com esta idade?». Não tenhamos ilusões. Vamos encontrar esses desmobilizadores. Além disso, pessoas com mentalidade capitalista, quando vêem outras adquirir conhecimentos pensarão: «Se este aprende, eu vou perder o emprego.» Isto é errado, é falso. Na sociedade socialista quanto mais pessoas há com conhecimentos, melhor, porque vamos produzir mais e melhor, vamos viver melhor. Essa é a sociedade nova.

DOMINAR A TÉCNICA E A CIENCIA É ESTUDAR E NÃO IMITAR

Vejamos outros exemplos:

A fruta é vida para as crianças. Em muitas zonas do nosso país produzimos fruta, mas não comemos. Noutras, apesar de haver condições favoráveis, não produzimos. Temos ovos mas poucas são as mulheres grávidas que comem ovos, apesar disso ser indispensável para a saúde da mãe e para o desenvolvimento saudável do bebé que está para nascer. As vacas, ovelhas e cabras que existem no nosso País, embora em quantidade muito insuficiente, dão leite, que as crianças não aproveitam. Não sabemos aproveitar o que temos, nem melhorar a nossa vida. Estes são os tristes resultados do analfabetismo, da ignorância.

A guerra que agora vamos desencadear contra o analfabetismo é parte integrante da nossa luta contra a fome, contra a doença e contra a miséria. É parte integrante da nossa luta para tornar eficaz o exercício do Poder Popular. É necessária para que o Partido, através dos seus militantes, possa na prática quotidiana assumir o papel dirigente da sociedade e do Estado.

Esta não é uma batalha nova. Já a tínhamos travado durante a guerra, quando começámos a alfabetizar os soldados, para que eles pudessem tirar o rendimento devido da sua arma, para que eles pudessem assumir a estratégia e a tática do desenvolvimento da luta armada de Libertação Nacional.

Quando nós não sabemos, corremos sempre o risco de cometermos mais erros. Os acidentes nos Caminhos de Ferro são frequentes. Os comboios, em Nampula, Beira, Maputo, Tete e Mutarara, ainda têm desastres, porque a ignorância dá incompetência. O ignorante é incompetente. O incompetente julga saber tudo.

Em Maputo, hoje, é um perigo andar nas estradas. Os machimbombos vão contra os postes, galgam os passeios, vão contra as árvores, vão contra as lojas, contra os prédios, contra as casas. Os machimbombos vão contra mulheres, contra crianças e contra nós. Há machimbombos que saem daqui para Gaza,

Inhambane e Beira, e duram uma semana pelo caminho, transportam cem pessoas mas é como se transportassem dez toneladas de lenha. Não há consciência de que transportar pessoas, seres humanos, velhos, crianças, mulheres, é uma grande responsabilidade. Há mesmo os que conduzem machimbombos quando estão totalmente embriagados. Isto não é somente ignorância, nem incompetência, é irresponsabilidade e inconsciência que, em muitos casos, nasceu da ignorância, do analfabetismo, do obscurantismo.

Tivemos acidentes aqui no cais de minério, no porto de Maputo, por causa dessa inconsciência e irresponsabilidade, por causa da ignorância.

Tudo isto me faz lembrar a história de um macaco que, uma vez, estava em cima duma árvore perto da residência de um homem que fazia a barba com uma navalha todos os dias. O macaco quis imitá-lo e arranjou uma navalha, espelho e água. Molhou o focinho e pegou na navalha e começou a cortar o pescoço, pensando que estava a fazer a barba.

Dominar a técnica e a ciência é estudá-la, não é imitar os técnicos e cientistas.

OS OBJECTIVOS ESSENCIAIS DA CAMPANHA

Para a batalha do nosso desenvolvimento, o objectivo da Campanha Nacional de Alfabetização de Adultos, é libertar a iniciativa dos nossos trabalhadores, fornecendo-lhes conhecimentos científicos básicos e instrumentos de análise, que lhes permitam a sua completa participação no processo revolucionário.

Alfabetizar, é produzir melhor, é preparar o trabalhador para aumentar conscientemente a qualidade da nossa produção, é o primeiro passo para materializarmos o princípio de que o estudo deve ser permanente, no nosso País. Alfabetizar é vencer o maior obstáculo ao rápido desenvolvimento da economia nacional, através do aproveitamento racional dos nossos recursos, com os meios que dispomos. Alfabetizar é preparar para dominar a técnica, as máquinas com que trabalhamos, para dominar a ciência e conhecer como dominar as leis do desenvolvimento da sociedade e da natureza, para controlar e transformar a sociedade e a natureza. Alfabetizar é criar e consolidar condições para podermos planificar a vida e a produção, para que o Povo possa, efectivamente, tomar o poder e construir uma sociedade nova.

O objectivo da alfabetização, é armar ideologicamente, armar cientificamente, dar os conhecimentos e meios de análise ao trabalhador moçambicano e libertar os adultos e velhos do passado; é libertar a iniciativa criadora, é liquidar o obscurantismo e a ignorância.

A Campanha de Alfabetização, é o primeiro passo de um processo longo e permanente, para aumentar cada vez mais os nossos conhecimentos e conquistar a ciência.

O nosso objectivo, nesta campanha é, também, diminuir os desastres, acabar com os acidentes nas ruas e nas fábricas, por causa da ignorância. O nosso objectivo é diminuir o desperdício de matérias-primas, de tempo, de trabalho, desperdício, portanto, da nossa riqueza. E diminuir a mortalidade infantil, é liqui-

dar a fome e a nudez, é produzir mais e melhor, é acabar com as bichas que surgem quando não produzimos.

Alfabetizar é fortalecer a nossa consciência política, é solidificar a aliança que liga o operário ao camponês, é compreender a interligação que existe entre o operário e a Função Pública, entre o operário e o hospital, entre o operário e a escola.

Alfabetizar significa transmitir novos esquemas de compreensão dos fenómenos da natureza, significa aumentar a autoconfiança nas nossas próprias forças. O dever da alfabetização é preparar para poder assumir conscientemente as interligações que existem entre o nosso país e o mundo, as relações que existem entre os Povos, a solidariedade que há entre os oprimidos, a solidariedade dos proletários de todo o mundo.

A generalização da língua portuguesa, é um meio importante de comunicação entre todos os moçambicanos, veículo importante do nosso futuro comum. Alguns perguntavam durante a guerra: «Para quê continuarmos com a língua portuguesa?» Alguns vão dizer que a Campanha Nacional de Alfabetização é para valorizar a língua portuguesa. Em que língua é que vocês gostariam que nós desencadeássemos a Campanha de Alfabetização? Em Macua, em Maconde, em Nyanja, em Changane, em Ronga, Bitonga, Ndaou, em Chuabo?

Estes são os objectivos essenciais da Campanha Nacional de Alfabetização.

A CONSCIÊNCIA OPERÁRIA DOS TRABALHADORES DOS PORTOS E CAMINHOS DE FERRO

Proclamamos o desencadeamento desta batalha nesta reunião com os trabalhadores dos Portos e Caminhos de Ferro porque nos Portos e Caminhos de Ferro se encontra a maior e mais antiga concentração de operários do nosso País.

Nos operários dos Portos e Caminhos de Ferro encontramos os problemas principais a que fazemos face. Nesta reunião estão trabalhadores das Oficinas Gerais que na sua grande maioria sabem ler e escrever, e trabalhadores da Via e Obras entre os quais é elevada a percentagem de analfabetos.

Uns fazem funcionar as máquinas outros permitem às máquinas circular. Os trabalhadores das oficinas estão concentrados, os trabalhadores da Via e Obras estão dispersos ao longo dos 3000 Kms de linha férrea existente no nosso País.

Queremos aumentar a produção de carvão em Moatize. Transportar o carvão para os portos depende das locomotivas, depende dos vagões, depende do estado da via. Queremos que os morangos da Angónia não apodreçam. Quem é que conhece o que é morango? São muitos, mas os morangos estão a apodrecer na Angónia. Queremos cultivar 80 000 hectares de cereais na Angónia. Como escoar a produção para o País?

Em Niassa existe muita terra fértil. Estamos a preparar dezenas de milhar de hectares para a produção de trigo. Temos indicação de importantes jazigos minerais nessa Província. Como fazer com que a produção de Niassa sirva todo o País?

Inicia-se agora a construção do complexo têxtil em Cabo Delgado. Ele precisa de receber algodão para nos dar roupa.

Estão a ser construídas barragens em Cabo Delgado que

deverão fornecer mais comida ao País. Como fazer com que o esforço de produção beneficie o nosso Povo?

O caju e o algodão de Nampula devem chegar às nossas fábricas para se transformarem em óleo e roupa.

A copra e o chá da Zambézia devem ser vendidos ao estrangeiro para podermos comprar os tractores e máquinas que ainda não produzimos.

Em Manica vai-se erguer o grande complexo da produção do papel. Vai-se valorizar a nossa madeira. Desenvolve-se a produção da fruta. Sabemos que o ano passado tivemos que enterrar laranjas que apodreceram. Eram mais de 100 toneladas.

Em Sofala os trabalhadores engajaram-se resolutamente na tarefa de aumentar a produção do açúcar. Precisamos de mais açúcar para o nosso consumo interno, precisamos de mais açúcar para exportação.

Inhambane é rico em madeiras que podem abastecer o nosso mercado nacional e o internacional. Inhambane tem grandes possibilidades de indústria química a partir do gás. Mas é preciso liquidar o analfabetismo.

O Vale do Limpopo deve-se tornar rapidamente no Celeiro Nacional, mas o Celeiro só é útil quando os produtos podem ser distribuídos.

Em Maputo concentra-se uma grande parte da indústria nacional que deve abastecer o País.

São os trabalhadores dos Portos e Caminhos de Ferro quem tem a tarefa de assegurar a circulação dos nossos produtos. São os trabalhadores dos Portos e Caminhos de Ferro que devem levar as charruas e os adubos para as zonas agrícolas, trazer a comida para as zonas urbanas, garantir a saída das nossas exportações para o estrangeiro.

Estão aqui reunidos os trabalhadores das Oficinas Gerais dos Caminhos de Ferro. Do eficaz funcionamento das Oficinas depende a regularidade do comboio. O atraso de um comboio implica a perda da coincidência com os machimbombos, implica perda de inúmeras horas para grande número de cidadãos.

Se o comboio que atrasa é de mercadorias implica a imobilização de camiões ou o atraso injustificado de navios, fazendo a economia nacional perder milhares de contos.

Estão aqui presentes também os trabalhadores de Via, que de sol a sol, zelam pela segurança da circulação dos nossos comboios. Temos conhecimento de que a maioria que trabalha na Via e Obras é analfabeta. Mas sabemos também que eles têm um alto sentido de responsabilidade. Por isso dizemos aos companheiros que estão aqui e a todos os outros, que eles não trabalham porque o fiscal, ou capataz os vigia constantemente. Não. Eles trabalham porque para eles o capataz é fundamentalmente a sua consciência. A responsabilidade da sua acção não se resume àqueles 1000 metros de linha onde ele exerce directamente a sua tarefa — ele é um elemento decisivo num dos sectores determinantes da economia nacional.

DEFINIÇÃO DOS SECTORES PRIORITÁRIOS

O nosso princípio de trabalho é concentrarmos forças para aniquilar o inimigo. Quer isto dizer concentrar os que sabem ler

e escrever para que estes unam os seus esforços com aqueles que são analfabetos de modo a liquidar o analfabetismo. Na batalha, porque os objectivos são muitos, devemos definir prioridades.

As nossas prioridades neste momento são as Forças Populares de Libertação de Moçambique. Temos o Serviço Militar Obrigatório. Os jovens vão estar dois anos nas Forças Armadas. Não podemos tolerar que alguém saia das Forças Armadas sem saber ler nem escrever. Um soldado que não sabe ler nem escrever não sabe tirar todo o rendimento da sua arma, não sabe estudar o inimigo, tem dificuldade em compreender a grandeza da sua tarefa, as razões do seu combate. Ensinar a ler e escrever aos soldados das Forças Populares de Libertação de Moçambique é fazer das Forças Populares uma escola que forma quadros para a economia nacional, é fazer do Serviço Militar Obrigatório um veículo de transformação do nosso País.

Temos as empresas estatais agrícolas e industriais. Temos fábricas, temos cooperativas, temos aldeias comunais. Estes são os sectores de vanguarda da nossa economia nacional, são a grande força que transformará o nosso País. É aí que se desenrola a batalha principal da produção e pelo aumento da produtividade. Liquidar o analfabetismo nestes sectores é permitir o desenvolvimento rápido da economia nacional.

Quando liquidamos o analfabetismo criamos as condições para liquidar a ignorância. A ignorância é a incapacidade de compreender um fenómeno em todas as suas dimensões. O ignorante pode saber ler e escrever mas do seu trabalho e do seu País, da sua vida mesmo em casa só tem uma visão empírica, uma visão imediata e rotineira. Por exemplo, ao reparar a biela da locomotiva não tem consciência do que é que significa o seu trabalho para a empresa do Vale do Limpopo que necessita de trazer o arroz para o Maputo e precisa de receber o cimento para o regadio. Por exemplo, o ignorante ao urinar fora da retrete não tem consciência que está a criar condições para o seu filho apanhar a bilharziose.

Aprendendo a ler e a escrever, aprendendo a ter uma visão do conjunto, o sabermos integrar aquilo que fazemos no esforço de todos, criamos condições para obtermos uma visão científica e materialista do mundo, para derrubarmos o inimigo da ciência, o obscurantismo.

O obscurantista embora muitas vezes saiba ler e escrever e embora às vezes até tenha feito cursos de Filosofia e Teologia é incapaz de compreender a relação dos fenómenos da natureza e da sociedade.

Por exemplo, um obscurantista pensa que a miséria, a existência de classes, quer dizer a exploração do homem pelo homem, resulta dum plano divino, ele considera a morte e o sofrimento

como uma fatalidade necessária. A seca e as inundações, a saraivada, são para ele coisas contra as quais não podemos lutar.

A luta pelo socialismo derruba as classes exploradoras. A luta pelo aumento da produção acaba com a miséria. A utilização da ciência médica faz recuar a doença e a morte. As barragens e o regadio impedem as secas e as inundações. As técnicas modernas podem impedir os granizos e as saraivadas. Por uma alimentação mais cuidada das mulheres grávidas e das crianças podemos salvar muita gente. Mas nós sabemos que os obscurantistas frequentemente lutam contra o consumo de leite, ovos, peixe, carne, em nome de tabus e tradições. Um exemplo: os descendentes do Gungunhana não comem peixe, mas este possui o fósforo necessário ao cérebro. Outros não comem carne de porco em nome de proibições divinas, quando esta é uma carne extremamente rica. Há os que proíbem mulheres, jovens e crianças de comerem ovos, quando o ovo é um dos elementos indispensáveis à boa saúde.

A construção da sociedade socialista, a criação do homem socialista são incompatíveis com a existência do obscurantismo, da ignorância e do analfabetismo.

Vamos começar a nossa Campanha de Alfabetização. Que os que sabem aprendam mais e ensinem aos que não sabem. Que aqueles que não sabem aceitem aprender. Que todos e cada um se torne elemento activo da transformação do nosso País. Que todos e cada um se engaje no combate duro, longo, mas exaltante para pôr a ciência ao serviço do nosso progresso. cada um aprenda a sentir a dor do outro como uma dor de todos nós. E dizemos: «FAÇAMOS DO PAÍS UMA ESCOLA EM QUE TODOS APRENDEMOS E TODOS ENsinAMOS».

(De: "Notícias", Maputo, 1978-07-05)

Nesta fase de reconstrução nacional continuamos juntos em direcção ao futuro

— discurso do Presidente Samora Machel no banquete de Estado em honra do Presidente Luís Cabral

Estimado e Respeitado Camarada Luís Cabral, Secretário-Geral Adjunto do PAIGC e Presidente do Conselho de Estado da República da Guiné-Bissau; Camaradas Membros do Governo da República da Guiné-Bissau:
Excelências,
Camaradas,
Amigos,

Em nome do Comité Central da FRELIMO e do Conselho de Ministros da República Popular de Moçambique, em nome do nosso Partido e do Povo moçambicano, exprimo ao camarada Luís Cabral e a todos os membros da sua Delegação as mais cordiais e fraternas boas-vindas. É com grande honra e alegria que vos saudamos no nosso país, trincheira de combate situada na linha de demarcação entre a liberdade e a opressão, entre a dignidade humana e o racismo. A vossa presença entre nós significa que os nossos Povos e os nossos Partidos estão decididamente dispostos a continuar um combate comum que há muito iniciámos com objectivos comuns.

A História da luta de libertação do Povo moçambicano está indissolúvelmente ligada à História da libertação dos Povos da Guiné-Bissau e Cabo Verde.

Durante séculos, os nossos povos estiveram sujeitos a uma mesma experiência de sofrimento e de revolta, foram vítimas da brutalidade, da escravatura, do trabalho forçado, da humilhação e da negação sistemática das suas personalidades e culturas, foram submetidos à mais cruel e desenfreada exploração.

Durante séculos, a criminoso acção do colonialismo devastou os nossos países, espalhando a miséria, a fome, a doença e a nudez. Durante séculos, a resistência constante e inabalável dos nossos povos contra o ocupante estrangeiro e a exploração, criou as condições que levaram à fundação do PAIGC e da FRELIMO, forças indestrutíveis da unidade e luta. Dirigidos pelos nossos Partidos, o combate armado dos povos irmãos da Guiné-Bissau e Moçambique materializou-se na libertação dos nossos países e levou à destruição do colonial-fascismo português. Foi nesse combate duro e sem tréguas que consolidámos e desenvolvemos as ideologias de vanguarda dos nossos Partidos e construímos a nossa unidade anticolonialista e anti-imperialista.

Nas circunstâncias específicas da República da Guiné-Bissau e da República Popular de Moçambique, continuamos hoje a enfrentar muitas situações e problemas semelhantes, porque determinados pela pesada herança que recebemos e pela posição inequívoca que assumimos contra todas as formas de exploração, contra o imperialismo e pela construção do socialismo.

Forjados nos combates e conquistas da dura e prolongada luta contra o colonialismo português, o Camarada Luís Cabral soube assumir as suas responsabilidades na direcção do PAIGC, cumprindo o mandato que lhe foi entregue pelo Povo irmão da Guiné-Bissau. Consolidando e valorizando as conquistas revolucionárias da luta de libertação nacional, ele afirma-se como um destacado combatente pela emancipação e liberdade dos povos oprimidos. Sob a direcção do Camarada Luís Cabral, o Povo da Guiné-Bissau engajou-se com entusiasmo na batalha da reconstrução nacional, na edificação de uma sociedade nova e na luta pela independência económica e social.

Ao saudarmos fraternalmente o Camarada Luís Cabral e toda a sua delegação, não podemos deixar de evocar a memória inesquecível do grande herói africano da libertação nacional, que foi Amílcar Cabral. Fundador do PAIGC, primeiro combatente dos povos da Guiné-Bissau e Cabo Verde, companheiro de armas e revolucionário, o exemplo de vida e de luta de Amílcar Cabral é fonte inesgotável de inspiração para os nossos povos, para todos os povos do Mundo. Através de uma obra notável de análise e denúncia das características do colonialismo, Amílcar Cabral soube perspectivar a luta armada anticolonialista em todos os seus aspectos, definindo-a como matriz para o aparecimento do Homem Novo numa sociedade justa e sem exploração.

Este é o objectivo por que lutamos nos nossos países. Ele fundamenta a nossa concepção de desenvolvimento e porque aliado a uma acção permanente de mobilização política das massas, define a luta que travamos contra todos os vestígios da herança colonial, e contra o aparecimento de novos exploradores, interessados em substituir-se à burguesia colonial na exploração do Povo. Mais do que as palavras, é o sentido e a determinação desta luta que constitui a melhor homenagem à memória de Amílcar Cabral.

Estimado Camarada Luis Cabral,

A sua visita ao nosso País tem lugar num momento em que decorre a campanha de Estruturação do Partido, condição primeira para a concretização frutuosa dos objectivos traçados no III Congresso da FRELIMO. Em todas as Províncias se procede à admissão de novos membros do Partido e à criação das suas estruturas de base, materializando assim a presença dirigente do Partido em cada bairro, fábrica, cooperativa, aldeia comunal.

O III Congresso da FRELIMO, realizado em Fevereiro do ano passado, viu a institucionalização da FRELIMO, Partido de Vanguarda marxista-leninista, como resultante de longos anos de prática revolucionária. Nele foram definidas as directivas económicas e sociais e a estratégia para a edificação das bases materiais e ideológicas da construção do Socialismo.

A recuperação da terra, as nacionalizações do ensino, da saúde e dos prédios de rendimento, criaram as condições objectivas para acabar com a situação de discriminação económica e social de que o nosso Povo fora sempre vítima.

A socialização da medicina tornou acessível a todo o Povo a assistência médico-sanitária e criou condições para o engajamento colectivo na defesa e promoção da saúde.

Para a construção de uma economia sólida e independente tomámos importantes medidas como a reestruturação da Banca, a nacionalização de sectores económicos estratégicos, ao mesmo tempo que se desenvolve a planificação na direcção da economia.

Grandes passos foram dados na destruição do aparelho de Estado colonial-fascista e no desmantelamento das suas estruturas. As primeiras eleições verdadeiramente livres e democráticas realizadas no nosso País conduziram ao estabelecimento das Assembleias do Povo, órgãos supremos do Poder Popular. A experiência do processo eleitoral representou um momento importante na elevação da consciência política das massas populares.

Estimado Camarada Luis Cabral,

A estratégia do imperialismo define-se hoje por uma acção de intervenção directa e de desestabilização dos regimes progressistas através de tentativas de dividir os países africanos e de suscitar conflitos armados entre Estados irmãos. No coroamento desta acção, o projecto imperialista de recente criação da chamada força de intervenção pan-africana constitui uma ameaça grave para os países africanos soberanos e independentes.

Isto significa que, mais uma vez, o imperialismo se prepara para escalar a sua intervenção militar e pela violência em África. Procurando consolidar a sua posição, o imperialismo procura assim bloquear o desenvolvimento político, económico e social dos países africanos que escolherem o socialismo.

Ao mesmo tempo, o imperialismo procura desviar as atenções da comunidade internacional do que é hoje inadiável e prioritário em África: a situação na África Austral, nomeadamente no Zimbabwe, na Namíbia e na África do Sul. É para apoio aos regimes racistas e agressores da África Austral que o imperialismo procura agravar as situações de tensão que criou noutras regiões do nosso continente. É também com esse objectivo que ele apoia e fomenta os massacres brutais que a soldadesca racista e criminosa a soldo do regime da Rodésia do Sul está perpetuando nas regiões fronteiriças com o nosso país.

A determinação inabalável dos nossos Povos é uma frente indestrutível contra todas as novas e antigas manobras do imperialismo. Ela fundamenta-se e consolida a nossa soberania de nações independentes e não alinhadas. As relações de amizade e solidariedade entre os nossos Povos e Partidos, bem assim como com os países e partidos progressistas africanos, com o campo socialista e com o movimento operário e progressista mundial, fortalece a frente mundial anti-imperialista de que somos parte integrante e constitui resposta inequívoca a todas as manobras imperialistas.

O desenvolvimento da luta de libertação nacional no nosso continente e em particular na África Austral, leva o imperialismo a manobras tendentes a dividir e recuperar os movimentos de libertação e a promover facções ditas moderadas que são apresentadas como alternativas para a resolução dos conflitos a seu favor. A República Popular de Moçambique reafirma mais uma vez o seu apoio indefectível à luta dos Povos do Zimbabwe, da Namíbia e da África do Sul sob a direcção das suas vanguardas, respectivamente, a Frente Patriótica, a SWAPO e o ANC.

Fiel ao princípio de autodeterminação e independência dos povos, a República Popular de Moçambique reitera o seu apoio firme aos Povos Sariano, Palestino e Maubere na sua luta pela recuperação da terra usurpada, cujo combate libertador prossegue sob a direcção, respectivamente, da Frente POLISARIO, da OLP e da FRETILIN.

Estimado e Respeitado Camarada,

A sua visita simboliza bem o desejo comum de reforçar os laços de amizade, solidariedade e cooperação entre os nossos dois Partidos, Povos e Governos. O nosso encontro permitirá o estreitamento da nossa unidade e o estabelecimento dos mecanismos adequados para uma cooperação mutuamente vantajosa.

Trilhámos, com frequência juntos, no passado, os mesmos caminhos de luta. Por isso somos companheiros de armas. Nos nossos dias, nesta fase exaltante de reconstrução nacional, continuamos igualmente juntos em direcção ao futuro, em direcção à felicidade e bem-estar dos nossos Povos.

Excelências,
Camaradas,
Amigos,

Permitam-me que a todos convide para um brinde:

À saúde do nosso grande amigo e camarada Luis Cabral, Secretário-Geral Adjunto do PAIGC e Presidente do Conselho de Estado da República da Guiné-Bissau.

A saúde dos dirigentes do PAIGC e do Governo da República da Guiné-Bissau.

Ao reforço da amizade e cooperação entre a FRELIMO e o PAIGC, o Governo da República Popular de Moçambique e da República da Guiné-Bissau, entre os Povos Moçambicano e Guineense.

Ao reforço da luta anti-imperialista mundial.

A LUTA CONTINUA!

(De: "Notícias", Maputo, 1978-07-09)

A TAREFA DA OUA É TERMINAR A BATALHA PELA

LIBERTAÇÃO POLITICA DOS POVOS DE ÁFRICA

— Presidente Samora Machel na 15.ª Cimeira da Organização da Unidade Africana

Durante a 15.ª Cimeira dos Chefes de Estado da Organização da Unidade Africana (OUA) realizada em Cartum, onde os problemas mais agudos que se vivem em África foram discutidos em várias sessões, o Presidente Samora Machel proferiu, na tarde do passado dia 19, o seguinte discurso:

Em nome do Povo e da República Popular de Moçambique, desejamos apresentá-las mais fraternais saudações a todos os Chefes de Estado e de Governo, a todos os delegados aqui presentes e, através deles, aos heróicos povos que representam.

Gostaríamos de apresentar uma saudação especial ao Povo e ao Governo do Sudão, pela sua hospitalidade calorosa e bem africana, que criaram as condições para a realização desta Cimeira. Esperamos que ela venha a contribuir para uma maior Unidade da África na luta anti-imperialista pela independência total do nosso continente.

Queremos nesta saudação felicitar Sua Excelência o Presidente Gaafar Numeiry, da República Democrática do Sudão, pela sua eleição para o cargo de Presidente em exercício da Organização da Unidade Africana, e afirmar-lhe que neste momento difícil da vida da nossa Organização e do destino do nosso continente, poderá contar com o nosso apoio total em todos os empreendimentos que sirvam a causa dos nossos Povos, a causa da Liberdade, do Progresso, da Paz e da Unidade da África.

A tradição de luta anticolonialista do Povo do Sudão, que em 1956 conquistou a sua independência contra o colonialismo britânico, é uma garantia de que

o Presidente Numeiry desempenhará um papel relevante na luta contra os últimos bastiões do colonialismo, contra o «apartheid» e contra as ameaças imperialistas que neste momento pesam sobre nós.

Desejamos agradecer ao Povo do Gabão pela solidariedade que demonstrou para com toda a África, ao organizar a última Cimeira da nossa Organização em Libreville. Os esforços empreendidos pelo Povo do Gabão para servir a causa da África, estimulam-nos a continuar o caminho da nossa emancipação total.

Excelências,

Quinze anos passaram desde que em 1963 a Organização da Unidade Africana foi constituída.

Neste espaço de quinze anos o número de Estados independentes no nosso continente cresceu de trinta e dois para quarenta e nove.

Estas vitórias não são o resultado de uma «benevolência» do colonialismo, ou de uma «boa-vontade» do imperialismo. Elas são o resultado do sangue vertido e dos sacrifícios consentidos no combate resolute dos nossos povos contra a dominação colonial e na luta pela construção da unidade entre os nossos Estados. Elas exprimem a realidade de que a OUA foi e conti-

nua a ser um instrumento efectivo de luta pela libertação do nosso continente. Estas vitórias são também o resultado da solidariedade e apoio daqueles que não sendo africanos sempre estiveram ao lado da África. Estas são por isso, também, e particularmente, vitórias dos países socialistas, de quem numerosas vezes a nossa Organização salientou o carácter exemplar da sua ajuda desinteressada. Estas são vitórias para nós e todos os nossos aliados. São, por consequência, derrotas para o colonialismo, o racismo e o «apartheid» em África, e para todas as forças que fora da África sempre apoiaram os nossos inimigos.

Nos últimos anos vencemos novas e decisivas batalhas. Esmagámos o colonialismo português depois de longos anos de guerra popular. Desmascarámos e neutralizámos a cumplicidade militar da OTAN, o apoio económico, político e diplomático do imperialismo ao colonialismo português.

Impusemos uma derrota aos racistas sul-africanos em Angola, e aí também desmascarámos os agentes da África do Sul e do imperialismo que se camuflavam de patriotas.

No apoio à luta pela independência e pela integridade territorial de Angola, porque ele correspondia às exigências dos interesses da África e do Povo Angolano, preservámos e consolidámos a nossa unidade e a nossa Organização. Quando o imperialismo nos quis dividir entre cúmplices da invasão sul-africana em Angola e defensores da independência de Angola, a África inteira rejeitou a aliança vergonhosa com a África do Sul, reconheceu e apoiou o Governo legítimo da República Popular de Angola. A África inteira orgulhou-se e apoiou os combatentes da Guiné-Bissau, da Nigéria, do Congo, da República da Guiné, que em terra angolana fertilizaram com o seu sangue a vitória da África contra os racistas de Pretória.

Os povos africanos igualmente apreciaram e valorizaram o sacrifício internacionalista do Povo Cubano, que unindo-se à determinação dos Povos Africanos, contribuiu para que, pela primeira vez, se impusesse uma derrota militar às tropas da África do Sul.

Os Povos Africanos souberam também valorizar os sacrifícios exemplarmente consentidos pela União Soviética e por outros países socialistas, pelo conjunto das forças democráticas e progressistas do Mundo, para edificar a vitória do Povo angolano.

Face à atitude de dignidade dos Povos Africanos, face à resolução dos nossos Estados na luta contra o colonialismo e o «apartheid», aparece, vergonhosa e mesquinha, a atitude de alguns que ainda pretendem continuar a abrigar e acarinhar os fantoches de Pretória, camuflados de patriotas.

Excelências,

O imperialismo não se resigna perante as vitórias da África. O imperialismo recusa-se a aceitar que os Povos do Zimbabwe, da Namíbia, da África do Sul, se tornem efectivamente independentes, senhores dos seus destinos e dos seus recursos.

O imperialismo opõe-se a que os Estados soberanos de África recuperem e utilizem a favor dos seus povos os seus recursos naturais, a sua força de trabalho e talento.

O imperialismo não se resigna — a sua natureza fundamental é a exploração. Para garantir esta explo-

ração, ele utiliza diferentes táticas: da agressão aberta a subversão, da desestabilização política à desestabilização económica, da corrupção, suborno e sedução, ao assassinato. Mas, subjacente a todas as manobras, ele utiliza como arma fundamental a divisão. Divisão dentro de cada país, divisão entre os Estados africanos, divisão entre a África e os seus aliados.

É nesta estratégia geral que hoje ele promove a tática de entre nós recrutar fantoches, com o objectivo de recolonizar a África. Esta foi a experiência de Angola quando traidores e renegados foram promovidos à categoria de dirigentes da causa de libertação. Esta foi e é a experiência do Zimbabwe, onde Smith necessita de se camuflar por detrás da cor negra de fantoches a fim de preservar a supremacia dos racistas brancos.

Neste aspecto saudamos os nossos ministros dos Negócios Estrangeiros por não terem permitido a presença dos fantoches do regime racista, na sua Conferência, e terem reconhecido na Frente Patriótica, o único e legítimo representante do Povo do Zimbabwe, assim afirmando a dignidade da África.

Na Comores, encontramos o exemplo da aliança despudorada entre fantoches e mercenários que conduz à legalização do desmembramento do país e permite que mercenários tristemente bem conhecidos se apresentem como membros dum governo africano. Gostaríamos também aqui de felicitar os nossos ministros dos Negócios Estrangeiros, que souberam afastar da sua Conferência a presença degradante dos representantes dos mercenários.

É dentro desta estratégia global de divisão que o imperialismo procura lançar os povos africanos uns contra os outros para a todos poder dominar.

Nos tempos da conquista e da partilha da África os colonizadores tentavam dividir-nos e comprar-nos com missangas e espelhos. Agora utilizam para nos dividir conceitos como a Francofonia, a Anglofonia e até mesmo a Lusofonia; jogam com promessas de ajuda, o suborno e a corrupção, o expansionismo, o chauvinismo, as guerras de conquista.

Quando isto não acontece, o imperialismo instiga, financia e promove os que considera moderados e realistas. Moderados significando subordinação aos interesses do imperialismo. Realistas implicando a capitulação nos princípios, o sacrifício dos interesses fundamentais de África e dos nossos povos.

Para recuperar as posições perdidas no continente, o imperialismo lança uma poderosa contra-ofensiva destinada a dividir a OUA, transformando alguns dos membros da OUA, alguns dos membros do grupo dos países não-alinhados, em seus representantes e agentes da OTAN.

Excelências,

O fundamento da OUA, o que une os Estados africanos, não deve ser a língua deixada pelos colonizadores, não devem ser as alianças com o imperialismo.

Une-nos, a experiência comum do sofrimento imposto aos nossos povos pelos colonialistas portugueses, franceses, belgas, ingleses, alemães, italianos e espanhóis. Une-nos, a humilhação, a miséria, a degradação moral e social, a pilhagem a que fomos submetidos pelos colonialistas portugueses, franceses, ingleses, belgas, alemães, italianos e espanhóis.

Alguns têm afirmado que os seus países ascende-

ram à independência de uma forma pacífica. Toda a independência em África está regada de sangue. Nós conquistámos a nossa independência através das armas, mas nós respeitamos todas as independências em África porque para as conquistar sangue foi vertido.

Une-nos o sangue que cada um dos nossos povos teve que verter para conquistar a independência nacional. Em todos os nossos países — no tráfico de escravos, no trabalho forçado, nas prisões e massacres — os nossos povos morreram para que as suas pátrias se tornassem independentes e a África se unisse. Une-nos o combate para finalizar a libertação política do nosso continente. Une-nos a determinação em edificar um futuro de prosperidade, justiça, liberdade e paz para os nossos povos. Une-nos a nossa resolução em libertarmos económica e socialmente os nossos países e o nosso continente.

Excelências,

Quando definimos a plataforma da nossa unidade estamos em condições de definirmos os nossos aliados, os nossos amigos, os nossos inimigos. Estamos em condições de saber distinguir claramente as alianças fundamentais e estratégicas dos compromissos táticos e transitórios. Estamos claros sobre as prioridades da nossa acção.

A colonização mental, a subserviência mental que alguns têm em relação às antigas metrópoles, leva-os muitas vezes a definir somente como estrangeiro à África, aquilo que é anticolonialista e anti-imperialista, aquilo que implica a rutura com os esquemas de dependência económica, cultural e social com as antigas potências coloniais.

Dentro deste esquema de pensamento, é estrangeira a ideologia que não é a do nosso antigo colonizador. São estrangeiros a cultura, o modo de vida, os gostos que não são os do nosso antigo opressor. São estrangeiras as armas que não vêm dos países membros da OTAN, especialmente daqueles países que escravizaram a África. Nesta lógica só são estrangeiros, só são contrários aos interesses da África, só violam o não-alinhamento, as bases, os pactos e acordos militares, as tropas e instrutores que não vêm dos países membros da OTAN, especialmente quando não vêm do antigo colonizador.

A subserviência conduz a estas aberrações mentais.

Na África Austral, o regime minoritário ilegal e racista da Rodésia massacra o Povo do Zimbábue, agride a República do Botswana, a República da Zâmbia, a República Popular de Moçambique, com as armas produzidas, vendidas, oferecidas, pelo imperialismo, especialmente pelos antigos colonizadores da África. Os milhares de mercenários que combatem no quadro das forças racistas rodésianas são livremente recrutados em países capitalistas, especialmente aqueles que colonizaram a África. Apesar das sanções decretadas pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas, os países membros da OTAN, especialmente os que colonizaram a África, continuam a dar o apoio económico e financeiro necessário à sobrevivência do regime.

Também, alguns Estados africanos que se apresentam como defensores da não ingerência no nosso continente para preservar a independência da África, e se manifestam como porta-vozes de novos pactos militares, têm abertamente violado as sanções contra a

Rodésia, traindo o dever da solidariedade africana.

A África do Sul racista ocupa ilegalmente a Namíbia, massacra o Povo da Namíbia, invade e agride Estados soberanos membros da OUA. As suas armas, as fábricas de armamento sofisticado que dispõe, são o resultado do apoio directo e aberto que recebe do imperialismo através da OTAN, especialmente daqueles países que no passado colonizaram a África.

Contra a vontade dos povos e da África, as mesmas tropas estrangeiras que ontem nos massacravam, ocupam partes do nosso continente, atacam e agredem os nossos povos, fazem grosseiras interferências nos nossos assuntos internos.

Neste quadro inscrevem-se as recentes ameaças militares contra a República das Seychelles e a República Democrática de São Tomé e Príncipe, a agressão contra o Sahara Ocidental.

Para desviar a atenção das suas agressões, o imperialismo, utilizando por vezes porta-vozes no nosso seio, desencadeia neste momento uma violenta campanha contra a ajuda internacionalista que países africanos, Cuba, e outros países socialistas, dão à batalha do nosso continente. Esta ajuda tem-se concentrado no apoio aos Movimentos de Libertação, no apoio à defesa da soberania e integridade territorial de Estados soberanos, que foram invadidos e agredidos em violação dos princípios da Carta da OUA e das Nações Unidas, das Resoluções da nossa Organização, e das Nações Unidas. Esta ajuda tem sido dada a movimentos de libertação que a pediram com o apoio da OUA.

Duma maneira geral, os Estados membros da OUA não produzem armas. De uma maneira geral o armamento dos nossos exércitos vem de países fora do nosso continente. Mas não é por acaso que o armamento dos movimentos de libertação, o armamento de muitos países que defendem a dignidade da África, de uma maneira geral provém dos países socialistas. Como não é por acaso que sejam os membros da OTAN a fornecer as armas com que ontem Portugal nos atacava, com que ontem e hoje a África do Sul e a Rodésia atacam a África.

Há dois anos, o Conselho de Segurança das Nações Unidas fez um apelo à Comunidade Internacional para que reforçasse a capacidade defensiva de Moçambique, agredido pelos racistas. Nenhum país daqueles que hoje pretendem em África, ou fora de África, salvar o nosso continente de pseudo-ingerências exteriores, nos deu a mínima ajuda neste quadro. Constatamos que somente os Estados africanos que têm mantido bem alta a bandeira da luta anticolonialista e anti-racista, somente dos Estados socialistas temos recebido a ajuda material, a ajuda militar, a ajuda em instrutores que nos permitem reforçar a nossa capacidade defensiva.

Contra a vontade da Organização da Unidade Africana, condenadas pela Organização da Unidade Africana, tropas estrangeiras ocupam Mayotta, desmembrando um Estado africano, tropas estrangeiras ocupam Diego Garcia, tropas estrangeiras ocupam parte da República do Egipto.

Os que fazem isto são os mesmos que perpetraram o massacre de Sakyette em 1958 na Tunísia, os que massacraram o Povo tunisino quando este pretendia expulsar do seu território a base de Bizerta; são os mesmos que fizeram sete anos e meio de guerra contra o Povo argelino, são os mesmos que agrediram Marrocos quando fraternalmente apoiava a libertação

da Argélia, são os mesmos que apoiaram a secessão do Katanga e do Biafra, são os mesmos que invadiram o Egito quando foi nacionalizado o canal de Suez, são os mesmos que agrediram a República da Guiné em 1972, que organizaram e armaram os mercenários que invadiram o Benin, que apoiam as agressões contra o Povo do Sahara Ocidental, em toda a parte onde o povo se bate pela sua dignidade, o agridem.

Os que ainda não desistiram de recolonizar a África, não podem ser nossos aliados. Os que financiam, armam e apoiam a Rodésia racista e a África do Sul do «apartheid», não podem ser nossos aliados. Os que criam as condições para que a África do Sul exerça uma chantagem atômica contra a África, não podem ser nossos aliados. Os que permitem e apoiam o recrutamento de mercenários para lutar contra os Povos Africanos, não podem ser nossos aliados.

Excelências,

Os que abusivamente em nome da África, em capitais de países que agridem a África, pretendem criar pactos para desestabilizar e dividir o nosso continente, não representam a vontade dos nossos povos. Os que aceitam a manobra imperialista de transformar os africanos em seus mercenários, os que se empenham nas manobras para mudar a cor dos mercenários, não representam a África.

Excelências,

Os esforços da Organização da Unidade Africana têm-se dirigido desde a sua fundação para a libertação política do nosso continente. Nos últimos anos a luta anticolonialista e anti-imperialista alcançou grandes sucessos.

Os últimos vestígios do colonialismo em África encontram-se ameaçados e reduzem-se a uma pequena parte do nosso continente. Cabe-nos neste momento definir quais os objectivos que queremos alcançar no futuro.

A tarefa da OUA é terminar a batalha pela libertação política total dos povos africanos. A tarefa da OUA deve consistir em unir todos os seus membros para alcançarmos a meta estabelecida.

É uma batalha que decidimos desencadear conjuntamente em 1963. É uma tarefa fundamental na luta que fazemos contra o colonialismo e o imperialismo. Trata-se de um compromisso histórico que assumimos em relação aos povos que continuam subjugados pelo colonialismo e «apartheid».

Devemos no entanto traçar novas linhas que nos guiem, e recriem na OUA o dinamismo que caracterizou a luta contra a presença colonial em África.

Pensamos que a luta de libertação nacional em que nos encontramos engajados só cessará quando todas as forças de dominação imperialista forem liquidadas nos nossos países.

O combate contra a presença física do colonialismo ou do imperialismo deve ser prosseguido agora pelo combate pela nossa libertação económica e social.

Trata-se da luta pela afirmação da nossa personalidade africana.

Trata-se da luta pela recuperação do direito de

explorarmos os nossos recursos naturais em benefício dos nossos povos. Trata-se da luta pelo direito de livremente escolhermos o sistema político e económico que melhor nos serve. Trata-se da luta pela criação e consolidação de uma África libertada, e não-alinhada.

Para cumprirmos as novas tarefas que se nos colocam é fundamental elevarmos a nossa unidade. A nossa unidade está carregada de sangue e sacrifícios.

Para além da heterogeneidade política e ideológica dos vários países membros da OUA, unem-nos objectivos fundamentais. Eles são o cimento que pode colmatar a brecha por onde o imperialismo tenta penetrar para nos dividir e impedir de alcançarmos os objectivos prescritos na nossa Carta.

Vencemos já outras ofensivas do imperialismo. Vamos vencer a presente ofensiva. Libertaremos o Zimbabwe, a Namíbia, a África do Sul. Uniremos Mayotte à pátria Comoriana. Acolheremos entre nós o Sahara independente. Avançaremos resolutos e unidos na libertação económica e social do nosso continente.

A África será livre, será próspera, os nossos povos viverão em paz e na justiça. O imperialismo não passará.

A África triunfará.

A LUTA CONTINUA!

(De: "Noticias", Maputo, 1978-07-25)

SEM MEDO DO PASSADO PODEMOS AVANÇAR EM CONJUNTO

Presidente Samora Machel aos ex-presos políticos, no encerramento de um curso político-ideológico em Matalane

«Finalizou a primeira fase do processo de transformação dos ex-presos políticos em novos cidadãos, em novos militantes da FRELIMO. Esta é a primeira fase. Ao mesmo tempo que termina a primeira fase do processo de transformação inicia-se também uma nova fase nas suas vidas, sem medo do passado, podemos agora avançar em conjunto — disse o Presidente da FRELIMO e da República Popular de Moçambique, Samora Machel, durante um encontro que ontem se realizou entre alguns membros da Direcção do Partido e do Governo e os cerca de trezentos ex-presos políticos da PIDE, que se encontram no centro de formação de Matalane.

O curso político-militar em que se encontram integrados um grande número de antigos militantes clandestinos, detidos pela PIDE, foi uma decisão da Direcção do Partido, tomada após o histórico encontro realizado de 21 a 24 de Março e de 4 a 8 de Maio, com centenas de indivíduos que tiveram de enfrentar as masmorras da polícia política do regime colonial. Neste histórico encontro, constatou-se que alguns dos militantes da clandestinidade acabaram por se vender completamente, transformando-se em traidores da luta de libertação, outros entraram em pequenos compromissos, mas souberam manter sempre vivo o espírito patriótico; outros ainda resistiram heroicamente a todas as torturas e manobras de assediamento. São justamente os que entraram em pequenos compromissos, os que vacilaram, aqueles que constituem a maioria dos participantes deste curso, que teve o seu início no passado dia 18 de Maio.

A importância deste trabalho, que apenas durou dois meses e dez dias, foi ainda recordada na mensagem destes antigos militantes na clandestinidade, à Direcção do Partido, mensagem essa que foi lida no início da cerimónia de encerramento do curso. «No decorrer desse histórico encontro — dizia a mensagem, referindo-se à reunião da Direcção do Partido com os ex-presos políticos — foi constatado que os antigos militantes não compreendiam perfeitamente a presente fase da revolução, uma vez que estavam desligados da vanguarda e continuavam numa atitude puramente nacionalista que, frequentemente, os levou a cometer erros ou mesmo a assumir atitudes que os colocaram, do lado inimigo. Mais concretamente, enriqueciam as fileiras da peque-

na-burguesia, de vocação neocolonialista, agente interno do imperialismo».

O que no futuro se espera destes patriotas, que enfrentaram a repressão colonialista em condições difíceis, é porém o aspecto mais importante do encontro de ontem. Nesse sentido, o Presidente Samora Machel afirmou, por diversas vezes, no seu improviso, que «o curso que hoje termina é apenas o começo de uma nova vida de militância no nosso processo revolucionário». Mas para que isso seja possível, sublinhou ainda o dirigente máximo da Revolução moçambicana, é necessário que cada um saia dali «sem medo do passado».

Neste sentido, durante as aulas políticas realizadas ao longo do curso, as narrativas que todos fizeram do seu passado, eliminaram muita da desconfiança existente, promoveram-se críticas cerradas a companheiros de passado errado, permitindo, assim, que esses mesmos companheiros fizessem as suas autocríticas.

O alto valor para a libertação de cada um e purificação das fileiras, conseguido através deste trabalho, está bem exemplificada na detecção de um agente veterano da PIDE que, apesar de todas as análises já anteriormente realizadas, ainda se mantinha camuflado.

«Liquidar as alianças sem princípio, liquidar os vícios ideológicos apreendidos nas longas estadas nas prisões da PIDE-DGS, elevar o nível político-ideológico dos participantes, aprofundando a sua consciência de classe e eliminando a desconfiança mútua», foi o trabalho central desenvolvido ao longo deste curso, para preparar os antigos militantes na clandestinidade para novas tarefas, que o Partido e o Governo lhes irão atribuir.

«A vossa integração na sociedade moçambicana, será como cidadãos exemplares, trabalhadores-modelo, patriotas dedicados à causa da defesa nacional e da vigilância revolucionária» — explicou o Presidente Samora Machel, depois de referir, pormenorizadamente, todos os objectivos deste curso, sublinhando ainda que nele os antigos militantes na clandestinidade puderam «compreender as verdadeiras razões do sofrimento na prisão e os objectivos das reuniões de Março e Maio, porque muitos pensavam que elas eram um julgamento, enquanto que constituíam uma forma de libertação».

Para que a integração destes patriotas se faça de maneira correcta, Samora Machel anunciou que o Partido vai dar-lhes novas tarefas «na frente da Reconstrução Nacional; na tarefa principal que é a produção nas fábricas e aldeias comunais, nas escolas e hospitais, no Aparelho de Estado».

Além da integração dos ex-presos políticos na sociedade, o Presidente da FRELIMO abordou a relação que, no futuro, haverá entre estes elementos e o Partido: «A experiência, o processo de libertação que iniciaram, provam que alguns serão militantes do Partido, mas outros não». De entre as condições que impossibilitam alguns dos ex-presos políticos de serem membros do Partido, o Presidente Samora Machel salientou a religião, o que, contudo, não os impede de serem «cidadãos activos no processo de edificação de uma Sociedade de Nova».

«Mas todos terão de ser difusores da nossa linha, agentes do processo revolucionário no seio da sociedade moçambicana».

Após estas orientações, o dirigente máximo da Revolução moçambicana chamou ainda a atenção para o facto de que, a partir de agora, embora «nem todos avancem à mesma velocidade... estão criadas as condições para aqueles que sentirem mais dificuldades no avanço, possam pedir aos outros o seu apoio, para continuarem firmes na caminhada».

«Hoje é um dia de festa. É o dia em que comemoramos mais uma vitória da FRELIMO, mais uma vitória da nossa luta. Vocês eram um terreno que o inimigo tinha fertilizado e que estava pronto a receber a semente que ele vos quisesse deitar. Hoje são uma zona libertada, onde o inimigo não vai encontrar a cumplicidade voluntária, nem aquela a que vos poderia obrigar, com a ameaça de revelar o vosso passado» — disse o Presidente da FRELIMO, que acrescentou ainda a terminar:

«Esta vitória deve ser comemorada com a alegria com que sempre celebramos os passos em frente no nosso caminho. Esta vitória é um incentivo para os novos combates que temos de travar. Ao comemorarmos o encerramento deste curso, ao avançarmos para as novas trincheiras, temos agora o espírito mais claro e uma maior certeza nas nossas vitórias, nas vitórias do nosso Povo».

Entretanto, ainda durante a reunião, aque-

les antigos combatentes na clandestinidade apresentaram uma sessão cultural, com um programa bastante vasto e rico. Tanto ao nível da dança, do canto, da poesia, como do teatro, eles exprimiram o sentimento de libertação que lhes trouxe este curso. Isto foi particularmente evidente na expressão «não queremos ser mais ex-p. p.» recusando, assim, o estatuto social e os vícios de que enfermava a maioria dos ex-presos políticos.

Outra expressão da vida levada no Centro de Matalane, está patente numa série de murais pintados pelos ex-presos políticos, bem como de numerosos trabalhos de artesanato, que, pelo esmero com que foram trabalhados, mereceram uma demorada apreciação por parte do Presidente Samora.

Algumas das realizações destes cerca de trezentos combatentes na clandestinidade, estavam afixadas no «Jornal do Povo» que ali elaboraram e onde se podia ler que eles cultivaram uma horta que contém alface, alho, couve cenouras, cebola e um pomar de laranjeiras, construíram um «hall» de exposições artísticas, um palco para actividades culturais, uma tribuna de honra, um alpendre para o «Jornal do Povo» e produziram dezenas de blocos de construção.

Numerosas outras melhorias ao centro de Matalane realizadas pelos próprios participantes neste curso, durante a sua estada ali, poderiam ainda ser mencionadas.

É ainda de salientar que, antes do encontro propriamente dito, o dirigente máximo da Revolução moçambicana percorreu demoradamente as instalações do centro, observando atentamente o trabalho ali desenvolvido nestes últimos dois meses e inteirando-se também das condições organizativas que ali existem.

(De: "Notícias" Maputo, 1978-07-30)

BANDEIRA É SINAL DE VITÓRIA É PRECISO CONSOLIDAR ESSA VITÓRIA

—Presidente Samora Machel ao entregar Bandeira da O.M.M.

No passado dia 11, durante uma das sessões da IV Reunião do Comité Central da FRELIMO, o camarada Presidente Samora Machel, fez a entrega da bandeira à O. M. M. Para a nossa Organização, este acto é mais uma página histórica na luta da Mulher Moçambicana pela sua emancipação. A bandeira que nos foi entregue tem um alto significado.

«Ela representa, os longos anos de luta já travados, ela representa a determinação, a coragem da Mulher Moçambicana, ela representa o sangue derramado, ela representa a nossa vitória...».

«Quando a 25 de Junho, içamos a nossa bandeira, isso significa que tínhamos o poder político, que estávamos politicamente conscientes e capazes de dirigir a independência conquistada.

Hoje podemos dizer com orgulho, está ali a Sede da O. M. M. com a sua bandeira, a bandeira da O. M. M. que significa luta de libertação da Mulher...».

«A bandeira que vamos entregar hoje é como que balas. Vamos municionar as nossas mulheres, para que haja a consolidação de uma nova base anti-imperialista, na República Popular de Moçambique, base para a criação da nova sociedade, criação de novas ideias, centro de produção de novas ideias. Ao mesmo tempo, centro de estímulo para toda a mulher moçambicana, modelo de vida, modelo de organização, modelo de vida».

«A bandeira que vamos entregar para nós outros provoca uma certa emoção porque sabemos que é produto de sucessivas lutas...».

«A bandeira deve lutar contra todas as ideias erradas, deve ser fonte de inspiração para as nossas mulheres. Toda a mulher deve encontrar a força necessária. Esta bandeira cobre toda a nossa mulher. Não cobre um certo sector de mulheres, cobre toda a Mulher Moçambicana e toda ela deve defender esta bandeira».

«A bandeira é sinal de vitória. Agora é preciso consolidar essa vitória».

Eis algumas das palavras que o camarada Presidente dirigiu à O. M. M., palavras que constituem para toda a Mulher Moçambicana, um estímulo, um encorajamento a prosseguir o combate pela sua emancipação, sob a orientação da FRELIMO.

«AO RECEBER A BANDEIRA
ASSUMIMOS
UM COMPROMISSO
COM A REVOLUÇÃO»

Foram os milhares de mulheres, de combatentes do Destacamento Feminino que nestes anos se têm decididamente engajado nas tarefas da O. M. M., desde o tempo da luta armada, foram os milhares de mulheres que em todo o País, após a independência, se engajaram na construção de aldeias comunais e cooperativas agrícolas, na Machambas Estatais, nas cooperativas de sal e artesanato, no aumento da produção nas fábricas, nas campanhas de produção e de trabalho voluntário, desde a castanha de Caju, a cana de açúcar e apanha do algodão; na criação de cooperativas de consumo e de costura, no combate ao analfabetismo, ensinando e aprendendo, nos cursos de formação profissional, nas actividades culturais e desportivas, no combate às ideias herdadas das sociedades tradicional e colonial capitalista, foram esses milhares de mulheres que considerando a O. M. M., contribuíram para esta importante vitória.

A bandeira da O. M. M., como disse o camarada Presidente, «é uma vitória, mas é também um compromisso...».

É um compromisso com a Revolu-

ção. Saibamos pois assumir este compromisso, reafirmando mais uma vez, através do nosso engajamento crescente nas tarefas da Revolução, a determinação de merecermos a confiança depositada pela FRELIMO, na nossa organização.

Que a nossa bandeira, como símbolo da nossa luta, constitua sempre uma fonte de inspiração, para continuarmos o combate ultrapassando todas as barreiras que ainda enfrentamos.

(De: "Notícias" Maputo

1978-08-21)



ASSUMIR A NECESSIDADE DE MAIOR AUSTERIDADE EM TODOS OS ACTOS
DA NOSSA VIDA DIÁRIA

— Presidente Samora Machel à 3ª Sessão da Assembleia Popular

Senhores Deputados

Queremos em primeiro lugar, saudar com calor e alegria os deputados desta Assembleia que, representando o nosso Povo do Rovuma ao Maputo, aqui vêm contribuir para a resolução de problemas do nosso Estado, em cumprimento do mandato que nos foi dado.

Saudamos também os convidados presentes a esta Assembleia, e através deles os organismos estatais, as organizações sociais e instituições em que participam.

Em cumprimento do estabelecido no artigo 42.º da Constituição, a Assembleia Popular realiza a sua Terceira Sessão Ordinária. Temos perante nós importantes decisões a tomar, as quais têm por objectivo consolidar o nosso Estado a melhorar a vida do nosso Povo.

Importa referir aqui sumariamente o que foram as anteriores sessões:

Na 1.ª Sessão, demos passos decisivos para a implantação do Poder Popular Democrático em todo o País.

Com vista a garantir o correcto desenvolvimento das primeiras eleições livres realizadas no nosso País, aprovámos a Lei Eleitoral. Além de definir os métodos do processo eleitoral, este importante documento veio clarificar e completar as normas constitucionais sobre os órgãos máximos do Poder de Estado nos vários escalões.

Através da Lei Eleitoral demarcámos com rigor a diferença entre eleições populares e eleições burguesas. Demarcámos ainda as qualidades que distinguem um deputado num Estado Democrático e um deputado ao serviço do capitalismo.

A fim de assegurar que o processo das eleições decorresse de acordo com a Lei Eleitoral, a 1.ª Sessão da Assembleia Popular criou a Comissão Nacional de Eleições.

Como pudemos constatar através do relatório que foi apresentado pela Comissão Nacional de Eleições, o processo eleitoral iniciado em 25 de Setembro, dia das FPLM e da Revolução, caracterizou-se por uma ampla adesão e participação das massas populares.

Operários, camponeses, trabalhadores de todos os sectores exerceram o seu direito de voto. Fizeram-no conscientemente, discutindo livremente as candidaturas e analisando a vida e o comportamento dos candidatos a deputados. As eleições foram uma grande escola de exercício do poder em que milhões de moçambicanos que até então nunca tiveram qualquer participação na vida política do País, emitiram as suas opiniões de forma livre e organizada.

A denúncia implacável dos infiltrados no Partido e no Estado foi o aspecto que melhor evidenciou a ampla adesão das massas às primeiras eleições livres realizadas no nosso País. A vigilância popular em relação àqueles que colaboraram com o colonialismo e o imperialismo e que, através do processo eleitoral, se preparavam para um novo assalto contra a nossa Revolução, exerceu-se de forma exemplar.

As primeiras eleições livres realizadas no nosso País são um grande marco na História do Povo moçambicano e constituem a maior acção revolucionária de massas ao nível dos órgãos do Estado. Criaram-se condições qualitativamente novas, favoráveis à extensão e funcionamento de novos órgãos do poder de Estado e do Aparelho de Estado a todos os níveis:

- Ampliou-se a participação popular na edificação e organização do Poder Popular, alargando-se a base social e de classe do nosso poder;
- Aprofundou-se a vigilância popular e clarificou-se a noção do inimigo;
- Forjaram-se as Assembleias do Povo como órgãos revolucionários de massas que, dirigidos pela FRELIMO, exercem o poder de Estado, mobilizam e integram o povo nas tarefas estatais e controlam as actividades do Aparelho do Estado, das unidades económicas e sociais e instituições.

Culminando o processo eleitoral, a Assembleia Popular, eleita livremente pelo nosso Povo, reuniu em 2.ª Sessão a 23 de Dezembro de 1977.

A 2.ª Sessão da Assembleia Popular formulou os princípios essenciais à organização do Estado Democrático Popular através da Resolução sobre as Bases Gerais da Organização do Estado Democrático Popular à Luz do Programa do Partido, sintetizou as experiências e concretizou os princípios de organização do nosso Estado, constituindo um importante instrumento para a implantação do mecanismo do Estado e o exercício efectivo do poder de Estado pelas Assembleias do Povo em todos os escalões.

Nela se definiram também os princípios fundamentais que devem orientar a organização e funcionamento do Conselho de Ministros e Governos Provinciais, bem como a criação dos Conselhos Executivos Distritais e dos Conselhos Executivos de Cidade e a extinção das velhas estruturas de origem colonial — corpos administrativos e Serviços de Administração Civil. Nesse sentido mandatou a Comissão Permanente da Assembleia para legislar sobre aquelas matérias.

No quadro das transformações operadas na nossa sociedade, nomeadamente as decorrentes da eleição

das Assembleias do Povo a 2.^a Sessão da Assembleia Popular em cumprimento duma decisão do Comité Central da FRELIMO, assumiu a tarefa de rever a Constituição.

Para o efeito, a Comissão Permanente criou uma Comissão de Revisão da Constituição encarregada de realizar esse estudo e promover a participação dos deputados da Assembleia Popular e das Assembleias Provinciais, dos Secretariados das Organizações Democráticas de Massas de empresas, hospitais, aldeias comunais, escolas e outras instituições.

Debruçando-se sobre a situação económica e financeira do nosso País, a 2.^a Sessão da Assembleia Popular aprovou uma Resolução sobre as Bases para uma Política Financeira para 1978 e uma Resolução sobre as Bases para o Programa de 1978.

Através da primeira Resolução, foi atribuída ao Conselho de Ministros a tarefa de elaborar e submeter à aprovação da Comissão Permanente da Assembleia Popular um projecto da lei orçamental, um projecto de lei de impostos e um projecto sobre a reestruturação da Banca.

A Resolução sobre as Bases para o Programa de 1978 atribuiu ao Conselho de Ministros a tarefa de submeter à aprovação da Comissão Permanente da Assembleia Popular um projecto de lei sobre o Programa Económico e Social de 1978, um projecto de lei para a definição das empresas a serem dirigidas e controladas pelo Conselho de Ministros, um projecto de lei sobre investimento a realizar em 1978 e um projecto sobre a Comissão Nacional do Plano.

Teremos oportunidade de nos referir mais adiante ao estado de implementação destas tarefas.

Senhores Deputados

A sessão da Assembleia Popular que hoje iniciamos tem como objectivo fundamental proceder à revisão da Constituição.

A nossa Constituição corresponde à natureza de classe do nosso poder. A nossa Constituição resulta da heróica luta armada revolucionária de libertação nacional, consagra as conquistas populares, garante os direitos e deveres dos cidadãos e define os objectivos essenciais a serem atingidos na presente etapa de Democracia Popular.

Porque é necessário proceder à revisão da Constituição?

A Constituição, Lei Fundamental da nossa República, tem que acompanhar o processo das transformações no nosso País e constitui um instrumento dinamizador da revolução democrática popular.

O escangalhamento do aparelho do estado colonial, implicou a organização dum Estado do tipo novo, reflectindo os interesses da aliança operário-camponesa, capaz de actuar como instrumento principal de materialização da política do Partido.

Criadas as Assembleias do Povo, desde a localidade à Nação, foi necessário estabelecer os órgãos que assegurassem de modo permanente o exercício do poder, executando as decisões tomadas pelas Assembleias.

Por outro lado, a experiência adquirida desde a independência, demonstrou a necessidade de assegurar a operacionalidade do Conselho de Ministros, órgão máximo de direcção Estatal. Finalmente, e na sequen-

cia de orientações que haviam sido definidas por esta Assembleia, desencadeou-se o processo de criação duma justiça de tipo novo a ser exercida em todo o país.

Todas estas transformações, tornam desactualizadas muitas das disposições contidas no título III da Constituição, impondo-se a sua reformulação.

Assim, ao revermos a Constituição estamos a dar continuidade a princípios que já consagrava e a introduzir as novas conquistas. Trata-se de enriquecer e aprofundar os nossos princípios constitucionais particularmente no que se refere aos órgãos do poder do Estado.

Dando cumprimento à resolução da 2.^a Sessão da Assembleia Popular sobre a revisão constitucional, desencadeámos o processo da revisão da Constituição.

Após a criação da Comissão da Revisão da Constituição, em Abri! último, foram formadas brigadas provinciais, que tinham como tarefa mobilizar as populações para o estudo da nossa Constituição, por forma a levá-las a participar na sua revisão. Através desta acção procurou-se sensibilizar o povo para a importância e necessidade de conhecer as leis do país, tomando parte activa da sua elaboração e aplicando-as depois de publicadas.

Foi neste contexto que decorreu a campanha para o estudo da Constituição. O nosso Povo, do Rovuma ao Maputo, pôde contribuir, de uma forma organizada, para o enriquecimento da nossa lei fundamental, por forma a que nela se consagrem as principais conquistas revolucionárias obtidas desde a proclamação da independência.

É neste sentido que esta Assembleia terá que se pronunciar sobre a proposta da revisão da Constituição.

No seguimento da Resolução votada pela 2.^a Sessão da Assembleia Popular sobre as Bases Gerais da Organização do Estado Democrático Popular à Luz do Programa do Partido, a Comissão Permanente da Assembleia Popular aprovou leis que:

- Regulamentam as funções, tarefas, composição e funcionamento dos Governos Provinciais;
- Extinguem todos os corpos administrativos, nomeadamente as Câmaras Municipais e Juntas Locais;
- Extinguem os Serviços de Administração Civil;
- Criam os Conselhos Executivos das Assembleias Distritais e os Conselhos Executivos das Assembleias de Cidade.

Com estas leis damos novos passos para a consolidação e desenvolvimento do Estado Democrático Popular que estamos a construir. Com efeito, eleitas as Assembleias, órgãos supremos do poder de Estado, importava responder às novas questões que se colocavam na organização e funcionamento dos órgãos do poder. Questões tais como a do apoio a dispensar às actividades das Assembleias, a do seu engajamento na resolução dos problemas da vida quotidiana das populações (abastecimento e transportes à campanha da castanha de caju e tantas outras), a de garantir que as decisões das Assembleias sejam correctamente executadas, a de assegurar que o trabalho nos órgãos que exercem o poder de Estado se desenvolva a luz dos princípios e métodos definidos pela FRELIMO.

Entramos numa fase de desenvolvimento duma acção planificada de implementação destas leis. Nesta acção colhem-se experiências e ensinamentos que irão permitir uma melhor adequação dos princípios às situações concretas e o aperfeiçoamento dos próprios dispositivos legais quando não a sua reformulação. Consideremos fundamental o desenvolvimento da legalidade revolucionária e por isso concebemos a lei como um instrumento dinâmico que deve moldar-se às necessidades e interesses do povo.

Integrada nesta acção, gostaríamos de chamar a atenção para o trabalho a ser desenvolvido pelos Conselhos Executivos de Cidade. A lei que os cria contém indicações claras sobre as suas tarefas e modo como devem realizá-las. Não será demais, no entanto, salientar o importante papel que os Conselhos Executivos da Cidade, têm a desempenhar como órgãos da Assembleia da Cidade para que a vida nas nossas cidades decorra com normalidade.

Gostaríamos de salientar o enorme entusiasmo com que as populações têm recebido esta acção de edificação da justiça popular. O ódio que o Povo moçambicano nutria contra a chamada justiça dos administradores coloniais transforma-se numa grande força de apoio aos tribunais populares.

Importa ainda que se prepare legislação necessária para que se exerça adequadamente a repressão dos nossos inimigos de classe. Em execução do princípio estabelecido no artigo 36.º da Constituição, deve legislar-se no sentido de serem punidos com o maior rigor e severidade os crimes de traição e espionagem e subversão, os crimes contra a humanidade e o mercenarismo e os crimes contra a economia, sabotagem, corrupção e degradação dos bens do Estado.

Ainda no quadro da implementação das directivas definidas pela «Resolução sobre as Bases Gerais da Organização do Estado Democrático à Luz do Programa do Partido», foi já aprovada pela Comissão Permanente da Assembleia Popular a Lei que define as normas relativas à composição, organização e funcionamento do Conselho de Ministros. A publicação desta Lei aguarda apenas a Revisão Constitucional, ponto sobre o qual a presente sessão da Assembleia Popular se irá pronunciar.

Definindo novas funções para o Conselho de Ministros, fixando e alargando a sua composição e a responsabilidade dos seus membros, criando o Executivo do Conselho de Ministros como órgão do Conselho de Ministros com funções de execução, decisão e controlo no intervalo entre as suas sessões e estabelecendo a competência do Conselho de Ministros em matéria de desenvolvimento da legalidade revolucionária, a nova lei visa criar as condições para uma eficácia de trabalho cada vez maior por parte daquele órgão.

A criação dos Conselhos Executivos de Cidade e a extinção das Câmaras Municipais não significa a eliminação de serviços úteis à população das cidades. Significa sim, a criação de uma nova direcção estatal da cidade, adopção de novos métodos de trabalho e direcção.

É indispensável que os Conselhos Executivos organizem a vida das populações das cidades e promovam a solução dos seus problemas concretos: o saneamento, os transportes públicos, os mercados, a inventariação da população activa e os meios para combater eficaz-

mente o desemprego, a criação de cinturões verdes em redor das cidades em que se produzam artigos hortícolas e dedicadas também à criação de pequenos animais, o estudo dos circuitos correctos de distribuição de produtos às populações, sobretudo nas zonas suburbanas, o embelezamento, arborização e a criação de centros de repouso e recreio.

Proclamada a independência nacional, as tarefas que até então cabiam às Forças Populares de Libertação de Moçambique alargaram-se e ganharam novas dimensões. Tornava-se necessário criar o instrumento legal que permitisse que todos os cidadãos cumprissem o dever que lhes cabe no reforço da defesa do País e da Revolução.

O nosso Povo, unido e dirigido pela FRELIMO, realizou já diversas conquistas nos campos político, social e económico. Essas conquistas necessitam de ser salvaguardadas pois foram obtidas à custa de suor e sangue de gerações e gerações. Elas constituem o património comum que é orgulho de todos os moçambicanos.

Precisamente por ser comum, a defesa desses patrimónios surge como dever e honra para todos os cidadãos.

As nossas fronteiras que são constantemente alvo de ataques e infiltrações do inimigo, tendentes a desestabilizar a paz interna e as vitórias por nós tão duramente conquistadas. O imperialismo, nosso inimigo permanente, procura por todos os meios retardar o nosso processo de desenvolvimento, desencadeando uma série de acções, abertas ou camufladas, contra os objectivos que nos propusemos cumprir.

É-nos particularmente grato registar aqui a enorme participação consciente e generalizada com que os nossos jovens souberam corresponder ao apelo lançado para o cumprimento de um dos seus deveres de cidadãos — o de defender a Pátria, o seu Povo, as realizações e conquistas de todos nós.

Estão pois criadas as primeiras bases para que se materializem os objectivos que definimos quando aprovamos a Lei do Serviço Militar Obrigatório.

No período entre a 2.ª e 3.ª Sessões, desenvolveu-se a campanha de estudo e divulgação do anteprojecto da Organização Judiciária.

Devemos salientar que a criação e desenvolvimento de uma prática de justiça popular não é uma acção nova para a FRELIMO. Durante a luta armada de libertação nacional, foi-nos possível desenvolver um sistema de justiça profundamente ligado às massas, isto é, baseado acima de tudo no espírito da justiça do povo e na sua vontade indomável de combater os males, vícios, conflitos, susceptíveis de entravar ou dificultar o processo revolucionário.

A ofensiva já iniciada de edificação de uma justiça popular insere-se também no combate que travámos pela edificação de um Estado ao Serviço do Povo. Elaboramos um anteprojecto de lei sobre a nova Organização Judiciária, o qual foi amplamente discutido e analisado em todo o País. Recolheram-se sugestões e propostas que muito contribuíram para o melhorar e valorizar.

À luz das regras definidas pelo anteprojecto, as quais têm ainda carácter provisório criaram-se tribunais populares piloto ao nível duma localidade e dum distrito de cada província.

O anteprojecto não surge por acaso. É resultado

da luta que travámos e continuamos a travar contra a injustiça, contra a marginalização do povo na resolução dos assuntos que lhe dizem respeito, contra o sentimento burguês de que o povo não é capaz de resolver os seus próprios problemas.

Tem como objectivo, nomeadamente, que o Conselho de Ministros mantenha uma direcção efectiva sobre as actividades a seu cargo e uma elevada eficácia do trabalho na realização das decisões da FRELIMO no cumprimento da Constituição da República e na materialização das leis e resoluções da Assembleia Popular.

As medidas que tomamos de reestruturação da Banca e a remodelação ministerial, inserem-se no esforço que realizamos pelo desenvolvimento da nossa economia.

No quadro da reestruturação da Banca há que transformar os nossos bancos, liquidar a sua organização e estrutura capitalistas, edificar uma banca Socialista, que seja um instrumento efectivo da nossa política financeira na criação das bases materiais do Socialismo.

Baseados na experiência acumulada na necessidade da consolidação e aprofundamento do processo de direcção da economia e constatada a necessidade de promover uma maior organização do comércio interno e externo, criámos os Ministérios do Comércio Interno e Externo.

Os problemas do abastecimento das populações em bens essenciais, os problemas da circulação e comercialização, o estabelecimento e controlo dos preços e o desenvolvimento do sector cooperativo, devem merecer particular atenção ao Ministério do Comércio Interno.

No que respeita ao comércio externo há que criar condições para maior agressividade e diversificação dos mercados para os nossos produtos de exportação; haverá também que encontrar sempre as melhores condições de compra para as nossas importações e, considerando a nossa forte dependência em relação aos países capitalistas, há que desencadear uma ofensiva no sentido de modificarmos a natureza das nossas relações económicas internacionais.

As condições, a riqueza e a extensão da nossa costa marítima e das águas sob nossa jurisdição, permitem-nos fazer da pesca um dos sectores fundamentais da nossa economia, com uma contribuição muito importante para a melhoria da dieta alimentar do nosso povo e para o reforço do nosso fundo cambial. Isto determinou a nomeação de um Secretário de Estado das Pescas no Ministério da Indústria e Energia.

A batalha por uma economia planificada, no combate contra a fome, ignorância, nudez exige a afectação de grandes recursos materiais e financeiros aos sectores prioritários: Agricultura, Indústria, Transportes e Obras Públicas.

Para vencermos esta batalha é necessária a participação directa de todo o Povo moçambicano, é necessário termos estruturas adequadas e capazes de enquadrar e dirigir a nossa economia, e importa também possuímos um instrumento operacional onde, a

nível da Nação, de cada Província, de cada sector, de cada empresa, de cada fábrica se encontram traçados os objectivos, as metas, os meios fundamentais e as formas de controlo de toda actividade económica.

O Programa Económico e Social do Governo para 1978 é um instrumento importante que elaboramos para melhorar a nossa capacidade organizativa e de intervenção no sector económico. Na preparação deste Programa participaram milhares de operários, de camponeses, de trabalhadores da função pública, numa demonstração do alto nível da consciência política e engajamento massivo de todo o Povo moçambicano pela organização da nossa vida.

Ele desdobra-se num Programa Central de Produção, que orienta as nossas actividades produtivas mais importantes a um Programa Central de Actividade do Aparelho de Estado que define as tarefas mais importantes a desencadear ao nível do Estado, para que este tenha capacidade de responder a todas as necessidades da produção.

Deveremos dedicar especial atenção à Organização das empresas e garantir que as empresas estatais funcionem com rentabilidade.

É imperioso e urgente pôr termo ao espírito de parasitismo que se tem desenvolvido ao nível das nossas empresas estatais e à errada concepção de que por serem estatais não se sentem obrigadas a pagar os bens e serviços fornecidos por outras empresas, instituições, sectores estatais, etc.

Não podemos admitir que se mantenha o espírito de que os Serviços do Estado não paguem a outros Serviços do Estado.

O Presidente da República Popular de Moçambique analisou seguidamente algumas formas de esbanjamento, referindo-se particularmente aos que se aproveitam de cargos no Partido ou no Aparelho de Estado para se servirem dos bens do Povo em benefício próprio. Um dos exemplos que mereceu especial referência por parte do Presidente Samora Machel foi a indevida utilização do parque automóvel do Estado.

Por outro lado, as empresas estatais devem capacitar-se de que lhes está reservado o papel de que deverão ser elas a fornecer, através da sua actividade, o essencial das receitas do Estado, criando condições para operarem com a máxima rentabilidade gerando excedentes de produção.

Também as empresas intervencionadas devem ser urgentemente reorganizadas, fazendo delas uma nova base para o desenvolvimento estatal. Os elementos das comissões administrativas têm de defender os interesses das empresas, são pessoalmente responsáveis pela sua correcta gestão e deverão ser severamente punidos pelos desvios a estas regras.

A organização das empresas deve constituir preocupação dominante e é um factor fundamental não só para o aumento da produção e da produtividade, como também para o aumento da capacidade de investimento do Estado.

Recentemente realizámos o primeiro controlo global de execução do programa, cujos dados ainda estamos a examinar.

Hoje começamos a verificar a importância deste trabalho organizativo. Todos sentimos que a produção está em processo de desenvolvimento, que a participação activa de todos os trabalhadores na árdua tarefa da Reconstrução Nacional é cada vez mais intensa.

A escassez de recursos materiais e financeiros, e carência de quadros políticos e tecnicamente preparados e a nossa inexperiência, sobretudo numa fase em que temos de lançar os grandes projectos de desenvolvimento, que possam determinar o nosso futuro, levam-nos a dedicar uma atenção muito especial ao programa de investimentos.

Englobando os grandes sectores responsáveis pela execução dos projectos de investimentos, o Programa de Investimentos para 1978/1979 destina-se essencialmente à construção de infra-estruturas necessários para o País.

Deste modo irão ser mobilizados 14 milhões de contos, dos quais cerca de 3.17 milhões de contos se destinam a estradas; 2 milhões de contos destinam-se a obras de regadio e abastecimento de água; os investimentos no sector de construção atingem no seu conjunto o montante de 7 milhões e 300 mil contos.

Este tremendo esforço torna-se indispensável se quisermos criar condições para levar a cabo os grandes projectos de desenvolvimento do nosso País. Ao sector de Transportes e Comunicações são afectados 3 milhões e 300 mil contos dirigidos sobretudo aos sectores ferro-portuários e rodoviários. No sector da Agricultura os investimentos são de ordem de 1 milhão e 100 mil contos, enquanto na Indústria e Energia os investimentos a efectuar atingirão 1 milhão e 300 mil contos.

Isto é: apenas os quatro sectores de Obras Públicas e Habitação, Transportes e Comunicações, Agricultura e Indústria e Energia, absorverão no seu conjunto cerca de 95% do total das receitas previstas no Programa de Investimentos.

No entanto podemos desde já constatar que em 1978 dum maneira geral estamos a produzir mais do que em 1977 embora existam ainda muitos casos em que nos mantemos abaixo das metas programadas.

Assim relativamente ao 1.º semestre, os cimentos elevaram a sua produção de 110 200 toneladas (1977) para 178 000 toneladas (1978). É de esperar que este sector realize as suas metas sobretudo se contar com o indispensável apoio técnico.

A CIFEL também elevou a sua produção em relação a 1977 mas mantém-se a um nível muito baixo da sua capacidade. A mesma tendência verificou-se com a COMETAL-MOMETAL e CARBOMOC.

É de registar que no primeiro semestre a PETROMOC ultrapassou as metas programadas pois elevou a refinação de petróleo bruto de 250 400 toneladas

(1977) para 339 300 toneladas em 1978.

Também na agricultura se regista uma tendência de aumento da produção quando comparamos os resultados da campanha 76/77 com os de 77/78: arroz, de 35 000 toneladas, passou para 60 000 toneladas; algodão, de 53 000 passou para 80 000 toneladas; chá, de 13 500 passou para 17 500 toneladas. No entanto devemos notar que também na agricultura nos mantivemos em geral abaixo das metas fixadas em Nacala.

Os dados provisórios que possuímos quanto ao calçado, têxteis, óleos refinados, sabões, indicam a mesma tendência, embora tenha havido crescimento em relação a 1977.

No que respeita a projectos, verificamos que ainda não foi concluída a estrada da Angónia que deveria ter sido acabada em 1977 em parte, porque não concentramos nela todos os recursos que deveríamos concentrar.

Não chegou a reflectir-se significativamente na produção da campanha o investimento e equipamento feito nas empresas estatais, empresas agrícolas e nos parques de máquinas por o maior parte do equipamento ter chegado muito tarde.

O ex-Hospital da Universidade ainda está por utilizar.

Se não corrigirmos esta situação não conseguiremos cumprir totalmente as Directivas Económicas e Sociais do III Congresso.

Temos de compreender e analisar muito bem as causas profundas desta situação por forma a tomarmos as medidas necessárias para a superarmos.

Para além do grau de organização das empresas, contribui também para este facto a eficiência de todo o sistema económico onde as empresas estão inseridas.

Assim, e em grande parte porque não temos sabido nem conseguido pôr em prática o princípio de contar com as próprias forças:

— Temos empresas paralisadas por falta de matérias-primas sobressalentes, pneus e outros bens que deveriam ser fornecidos por outras empresas que têm, no entanto, enormes dificuldades para importar quer porque não conseguem boletins, quer porque têm dificuldades em créditos, quer sobretudo por programação deficiente e descoordenada;

— A distribuição de bens produzidos internamente «sementes, combustíveis, material de construção», é deficiente, quer porque os circuitos de comercialização ainda não foram reconstituídos, quer porque o sistema de transportes em especial o marítimo e rodoviário é ineficiente e não responde às exigências actuais.

— A contratação de técnicos é deficiente:

por exemplo os projectos agrícolas incluídos no programa MONAP sofreram importantes estrangulamentos por atrasos consideráveis na contratação de técnicos que se efectua através da FAO.

Todos estes são factores que contribuem para a não execução dos projectos a tempo e para a elaboração dos custos reais dos investimentos.

Há ainda a acção do inimigo e seus agentes internos que sabotam a nossa economia, danificando o equipamento fazendo a subfacturação ou vendendo-nos produtos falsificados.

A produção é uma condição indispensável para o desenvolvimento generalizado das forças produtivas. A execução do programa de importação de equipamento, incluído no Programa Económico Social do Governo para 1978, é um factor que condiciona o sucesso do programa de investimento.

A execução dos nossos programas depende ainda em boa parte do crédito externo. Isto é assim precisamente porque a situação económica e financeira do País ainda não está em condições de fazer o maior uso possível do principio de contar com as suas próprias forças através de poupanças realizadas pelos seus cidadãos e empresas.

Mas tendo em conta, por um lado a recuperação da nossa economia e o enorme potencial dos nossos recursos naturais, por outro, o pequeno nível da nossa dívida externa, é grande a nossa possibilidade de utilizar créditos externos que devem dirigir-se sobretudo aos sectores geradores de divisas e imediatamente produtivos.

Para além da necessidade que temos de levar a cabo o programa de investimentos há que fazer face às graves carências de produtos essenciais à vida das populações como sejam produtos básicos, de alimentação, de higiene, artigos de vestuário, medicamentos, etc. As razões fundamentais das nossas dificuldades em abastecimentos resultam da fraca produção e produtividade e de ainda não termos conseguido criar circuitos de comercialização adequados para a busca e distribuição das produções familiares no campo.

A situação actual ao nível dos abastecimentos exigiu que no Programa Económico Social do Governo para 1978 se inscrevesse um capítulo específico — «Programa Central de Abastecimento», com o objectivo de satisfazer as necessidades fundamentais do povo de acordo com o nível de desenvolvimento das forças produtivas. Neste momento e dado que a procura de bens essenciais não é completamente satisfeita pela produção que conseguimos internamente, há necessidade de fazer ainda importações de milho, arroz, trigo, carne, peixe seco, batata, leite em pó e tecidos.

A necessidade de fazer face aos abastecimentos

com produtos importados afecta a situação económica e financeira do País. Para termos uma primeira imagem deste facto basta notarmos que a importação de produtos alimentares, de tecidos e de petróleos, e seus derivados necessários ao funcionamento das máquinas industriais, motores, a iluminação das nossas casas, absorve totalmente a quantidade de divisas que obtemos da venda dos nossos produtos de exportação.

Esta situação torna bastante vital a questão das relações económicas da República Popular de Moçambique com o exterior e, ao mesmo tempo, confirma-nos que não é possível desenvolver o País se não contarmos com as nossas próprias forças. Por outro lado, se não realizarmos uma política de austeridade e uma correcta distribuição e utilização dos bens e recursos financeiros que possuímos não podemos criar meios internos que sejam a base do nosso desenvolvimento.

Senhores Deputados

Além das medidas de organização da actividade económica geral da planificação outras medidas foram tomadas para enfrentar e ultrapassar a situação que encontramos.

Assim, a reestruturação da Banca decidida a 31 de Dezembro pela Comissão Permanente desta Assembleia Popular, integra-se no âmbito do reforço do papel dirigente do Estado na economia.

A estrutura bancária colonial, baseada na concorrência capitalista, caracterizava-se por uma acção que privilegiava os sectores que lhe asseguravam lucros fáceis e imediatos, retardando assim o desenvolvimento das forças produtivas e a criação de riquezas em benefício das massas.

Numa economia de transição para o socialismo, o papel da Banca é contribuir para o desenvolvimento das capacidades produtivas, privilegiando os sectores definidos como prioritários pelo Partido e pelo Estado. A Banca é um instrumento principal do Estado na centralização e distribuição dos recursos financeiros do País e no seu controlo, de acordo com as orientações traçadas pelo Partido.

Com a reestruturação da Banca, reforçamos o papel do Banco de Moçambique como Banco Central coordenador e controlador da actividade bancária.

Criámos o Banco Popular de Desenvolvimento que deverá apoiar especialmente os investimentos dirigidos aos sectores agrários, industrial e de infra-estruturas de habitação e outros de carácter social, contribuindo para incentivar hábitos de poupança no seio do povo.

A «Campanha de Estruturação do Partido» por nos permitir entre outros, a elevação do nível de organização e a Campanha de Emulação Socialista deverão ser factores decisivos na elevação da produtividade com vista à materialização dos objectivos da

nossa estratégia de desenvolvimento.

As Aldeias Comuns, são o meio essencial para a Socialização e desenvolvimento do campo; constituem factor importante para levar às largas massas rurais os benefícios da vida em comum, o acesso a Saúde, Educação, aos meios modernos de cultura, ao desporto e ao progresso.

As massas camponesas iniciaram logo após a independência um grande movimento para se organizarem em Aldeias Comuns. Em alguns casos, porém, este movimento não foi devidamente enquadrado surgindo dificuldades que devem ser evitadas para impedir que se criem situações de desmobilização que se reflectem de modo negativo naquele movimento.

A criação da Comissão das Aldeias Comuns, que trabalhe em estreita colaboração com a Comissão Nacional do Plano, responde às necessidades de uma estrutura central com a função de coordenar as actividades de todos os órgãos do Aparelho de Estado relativos às Aldeias Comuns.

A Conferência Nacional de Planificação realizada em Marco último, permitiu-nos analisar as experiências, até agora dispersas, de como melhor organizar a nossa economia. Analisamos em particular as experiências obtidas durante a luta armada contra o colonialismo e os ensinamentos colhidos durante a preparação do Programa de Produção para 1978.

Uma das contribuições mais importantes da Conferência Nacional de Planificação foi a criação da Comissão Nacional do Plano, braço executivo do Conselho de Ministros, que tem como objectivos principais planificar, dirigir e controlar a actividade económica em geral e propor as grandes linhas de desenvolvimento económico e social na República Popular de Moçambique.

Na presente fase da Reconstrução Nacional, depositar dinheiro significa criar condições para que o Estado melhor realize os seus investimentos, melhorando o nível de vida das populações.

Neste contexto, o Presidente Samora Machel criticou aqueles que guardam consigo as economias que possuem, em vez de as depositarem nos bancos, chamando ainda a atenção para os deputados darem o exemplo e mobilizarem o povo para a necessidade de uma maior poupança.

Outra medida tomada, que tem igualmente em vista reforçar e desenvolver o papel do Estado no contexto da economia socialista que estamos a edificar, foi a revisão do sistema fiscal.

É com as receitas provenientes dos impostos que o Estado leva a cabo as tarefas que são definidas pelo Partido. Não podemos desenvolver a nossa economia, construir novas fábricas e novas empresas agrícolas, garantir a nossa defesa e segurança, construir novos hospitais e escolas, abrir novas estradas, apoiar o mo-

vimento das aldeias comunais sem que o Estado possua os meios financeiros para esse fim. O sistema fiscal deve estar preparado para responder eficazmente àquelas exigências e deve fazer-se um esforço no sentido de se mobilizarem as populações no campo para o pagamento do Imposto de Reconstrução Nacional. O nosso sistema fiscal, baseia-se no imposto progressivo, com taxas que se tornam mais pesadas à medida que os rendimentos se elevam. É portanto um sistema justo.

Ao dizermos que baixaram as rendas de casa e a educação é gratuita até à 6.ª classe, os tratamentos médicos têm agora o custo simbólico de 7\$50, devemos ter sempre presente que estas conquistas do Povo moçambicano são financiadas através de receitas provenientes dos impostos.

Ligado a este aspecto, devemos aqui focar o combate que a todos nós e a todos os níveis é necessário desenvolver contra o esbanjamento e por uma política de austeridade.

O esbanjamento dos bens que constituem o património do nosso Estado e, portanto do nosso Povo, a utilização abusiva dos limitados recursos de que dispomos nesta fase difícil da Reconstrução Nacional, são males que exigem um combate permanente no qual os nossos deputados devem participar activamente.

Devemos acabar com os abusos dos funcionários ou empregados de empresas que aos fins-de-semana criminosamente se utilizam dos carros do Estado; teremos que agir duramente contra os que, por negligência ou outras razões, destroem viaturas e outros bens do povo.

Teremos que assumir em todos os actos da nossa vida diária a necessidade da maior austeridade, seja na folha de papel ou no lápis que se poupa, na lâmpada que fica desnecessariamente acesa, na água da torneira que se esbanja, no combustível que se desperdiça.

O III Congresso da FRELIMO traçou orientações claras no sentido de os sectores estratégicos da nossa economia ficarem sob directa direcção do Estado.

Foi no quadro destas orientações que, em 11 de Maio passado, a Comissão Permanente da Assembleia Popular decidiu a nacionalização da Companhia Carbonífera de Moçambique, empresa que até então detinha o exclusivo da exploração do carvão mineral no nosso País.

Aquela companhia, que há mais de 50 anos realizava a exploração dos jazigos de Moatize, caracterizou-se sempre pela exploração desenfreada da força de trabalho e desprezo pelas condições de vida e do trabalho dos mineiros.

Com a sua nacionalização e a criação da Empresa Nacional de Carvão de Moçambique, CARBOMOC, passamos a controlar a exploração de um dos mais importantes recursos naturais de que dispomos, o carvão, e criamos as condições para que o aproveitamento e uso dos jazigos de Moatize sejam adequados aos objectivos e necessidades do nosso País.

A intervenção do Estado na Sena Sugar Estates, uma das mais antigas companhias do nosso País, que em consequência duma administração ruinosa já anunciara a sua decisão de liquidação, vai-nos permitir recuperar economicamente a empresa e sobretudo salvaguardar os interesses fundamentais da economia nacional e das massas trabalhadoras.

Cerca de 12 000 trabalhadores permanentes e sazonais iam ser despedidos. O nosso País teve que enfrentar já uma grave crise de desemprego para cumprir a decisão do Conselho de Segurança das Nações Unidas que impôs sanções à colónia britânica da Rodésia do Sul. A zona de Sofala foi particularmente afectada por esta decisão.

Igualmente ao aplicarmos as decisões da Comunidade Internacional, sacrificamos uma fonte importante de receitas em divisas para o nosso Estado. Não podemos pois tolerar que a má administração duma empresa estrangeira venha agravar a situação, paralisando pela sua liquidação, um dos sectores mais importantes da nossa economia.

A alegria manifestada pelos trabalhadores com a nossa decisão, é uma garantia de que com disciplina, determinação, espírito elevado de trabalho e sacrifício, se engajarão resolutamente na recuperação deste sector vital.

Os trabalhadores da Sena Sugar devem com a maior responsabilidade tornar uma empresa produtora no prazo mais rápido. Este deve ser o seu compromisso de honra como cidadãos e como operários.

Senhores Deputados

Também a nível internacional se registaram nestes últimos meses acontecimentos que importa referir.

Não se conformando com o avanço vitorioso da luta dos povos e das classes trabalhadoras, o imperialismo desenvolve novas táticas e métodos de acção de natureza contra-revolucionária. Hoje conjuga a agressão militar com a chamada política de amizade: numa mão exhibe o seu poderoso arsenal bélico, noutra agita doces palavras, tentando adormecer a consciência dos que lutam pela sua libertação.

Com esta política, o imperialismo pretende esconder o domínio e a exploração que efectivamente exerce sobre numerosos Povos do Mundo. O imperialismo alia a chantagem económica à subversão política e quando estes métodos se revelam incapazes não hesita em recorrer à intervenção armada.

Confrontando-se com a maior crise de sempre, o capitalismo tenta resolvê-la à custa dos Povos da Ásia, África e América Latina, regiões ricas de matérias-primas e constituindo amplos mercados. Em consequência, o imperialismo desencadeia uma ofensiva global no intuito de conservar os seus interesses explorados nessas regiões.

Este é o contexto internacional. É contudo em

África que se localizam alguns dos principais focos de tensão que constituem uma ameaça à Paz e Segurança mundial.

É em África que se centra a actual ofensiva imperialista no sentido de travar a luta dos seus povos pela sua libertação política, económica e social. É no nosso continente que o imperialismo hoje em dia fomenta golpes de Estado com o apoio de mercenários e agride directamente os povos que combatem pela sua independência.

No Arquipélago das Comores, onde o imperialismo continua a ocupar ilegalmente a ilha Mayotte, um grupo de mercenários organiza um golpe de Estado e instala um governo que mobiliza a aliança de fan-toches e mercenários estrangeiros. Mataram o Presidente e puseram como Ministro da Defesa um mercenário.

Noutros Estados onde o Povo se insurge contra regimes despóticos e ruinosos, ou como no Sahara, se bate para impedir a neocolonização da África, em nome dos princípios humanitários, o imperialismo massacra populações pacíficas, ameaça Estados vizinhos. Para camuflar o envio de destacamentos armados que agridem os Povos de África, o imperialismo, agindo como o ladrão que grita contra o roubo, ataca os que exemplarmente apoiam a luta de libertação nacional e desinteressadamente consentem sacrifícios para que sejam respeitadas as soberanias e fronteiras consagradas pela Carta da OUA. No Zimbabwe, se a guerra se prolongar poderão mandar para-quedistas para ocupar Salisbúria em nome de princípios humanitários.

A recente cimeira de Chefes de Estado da OUA que se realizou na capital do Sudão, na qual participamos, veio permitir que fosse analisada a situação política no nosso continente. Detectámos as brechas existentes que tornam fáceis ao inimigo provocar a divisão no seio da O. U. A. Constatámos a necessidade absoluta que há em aprofundar a unidade dos países africanos pela libertação definitiva e completa da África, nomeadamente a sua independência económica.

Nesta cimeira expusemos o nosso ponto de vista sobre os principais acontecimentos ocorridos ultimamente em África, denunciando as manobras daqueles que ontem nos colonizaram, e hoje querem disfarçar-se de nossos protectores, do mesmo momento em que nos ajudam a habilitar os Estados racistas a intensificar o seu ataque contra os nossos povos.

O projecto da criação de uma força pan-africana de intervenção, surge como uma deliberada tentativa de formar um bloco militar em África de obediência neocolonial. Este projecto, tem apenas como objectivo transformar um grupo de Nações africanas em instrumentos directos do imperialismo. Uma força pan-africana, composta por contingentes militares de diversos países, armada e financiada pelo imperialismo apenas poderia servir os interesses deste, contra os interesses dos Povos africanos.

No Zimbabwe a luta armada intensifica-se dia após dia. Notamos que a guerra de libertação evoluiu sobretudo a partir de Março passado, altura em que foi assinado o chamado «acordo interno».

Assim, o principal intuito do conluio entre Ian Smith e os seus colaboradores internos, que era o de pôr fim à guerra, falhou por completo. A luta armada estende-se a todo o país, atingindo a própria capital, Salisbúria, o que provoca o desânimo e desespero nas hostes de Smith.

Face à vitória que se avizinha, os que sempre se desinteressaram da situação do Povo do Zimbabwe concebem em nome de missões humanitárias, planos destinados a internacionalizar a guerra. O Povo do Zimbabwe não está só. A única verdadeira missão humanitária é a independência total e completa do Zimbabwe, com um governo democrático, expressão da vontade das largas massas.

A questão da Namíbia tem registado uma significativa evolução. O combate da SWAPO, da África e de todas as forças anticolonialistas tornaram possível que o Conselho de Segurança das Nações Unidas se reunisse e votasse resoluções conducentes ao estabelecimento da Paz, no quadro de independência nacional e da integridade territorial da Namíbia, o que compreende a reintegração da Walvis Bay.

A independência e a Paz apresentam-se como realidades próximas, caso a África do Sul respeite rigorosamente as resoluções agora aprovadas pelo Conselho de Segurança.

O nosso Partido, o nosso Estado, e o nosso Povo continuam firmes no apoio à justa causa de libertação do Povo, da África Austral. Reafirmamos a nossa solidariedade militante para com a Frente Patriótica, a SWAPO e a Frente POLISARIO.

A Conferência dos Ministros dos Negócios Estrangeiros do Movimento dos Não-Alinhados, realizada em Belgrado, adoptou uma declaração política e um Programa de acção para a cooperação económica à luz da evolução da situação internacional desde a realização da 3.ª Cimeira do Movimento. Do balanço efectuado, congratulamo-nos pelas vitórias alcançadas na luta dos povos e países pela independência, igualdade de direitos e progresso e pelo avanço das forças progressistas.

Na Conferência verificou-se que a crise do sistema actual das relações internacionais persiste e que as causas desta crise residem essencialmente no imperialismo, colonialismo, neocolonialismo, sionismo, racismo e outras formas de dominação estrangeira. As forças imperialistas tentaram através de várias manobras fomentar a divisão no seio do movimento particularmente tentaram isolar o Movimento Não-Alinhado do seu aliado natural e retaguarda segura, o campo socialista. Estes objectivos fracassaram devido à vigilância permanente mantida através da acção concertada dos países progressistas amantes da paz e fiéis aos princípios e objectivos do Movimento dos Não-Alinhados. Assim, o movimento ficou mais reforçado.

A delegação do nosso País reafirma nesta reunião o princípio de Não-Alinhamento consagrado na Constituição da República Popular de Moçambique. Reafirmamos que o Não-Alinhamento da República Popular de Moçambique tem as suas raízes na longa e dura experiência da luta armada de libertação nacional do Povo moçambicano, dirigido pela FRELIMO contra a dominação colonial-fascista portu-

guesa. Apelamos para que o movimento se mantenha firme nos princípios que o levaram à unificação dos seus esforços para a libertação política e económica dos povos. Este é um combate fundamental anti-imperialista.

O papel que o nosso País desempenha na procura de solução para os problemas que preocupam a Comunidade Internacional levou o movimento a decidir realizar no próximo ano uma sessão extraordinária do Bureau em Maputo. Esta sessão reveste-se de um grande significado para a luta de libertação da África Austral, dado que será analisada profundamente a evolução da situação no Zimbabwe e na Namíbia.

O princípio de que a República Popular de Moçambique defende o desarmamento geral e universal de todos os Estados encontra-se inscrito na nossa Constituição.

A afirmação deste princípio não é incompatível antes, pelo contrário exige o reforço da nossa capacidade defensiva face às ameaças à nossa soberania e integridade territorial por parte do imperialismo e das forças racistas da África Austral. Como já tivemos ocasião de afirmar, queremos que o desanuviamento já alcançado na Europa se torne em tendência principal das relações internacionais.

Exigimos igualmente que o Oceano Índico se torne em zona desnuclearizada e de Paz. Nada nos fará desviar dos nossos objectivos de prosseguimento duma política de Paz.

Senhores Deputados

Tivemos oportunidade nestes últimos meses de reforçar e desenvolver as relações da República Popular de Moçambique com países amigos.

Em Fevereiro deste ano, estive em Moçambique uma delegação coreana de alto nível chefiada pelo Vice-Presidente Pak Song Chol. Durante a sua estada, foram tratados assuntos respeitantes às relações políticas, e à cooperação técnica, científica e económica entre a República Popular Democrática da Coreia e o nosso País.

Em Julho, a nosso convite, visitou-nos o Presidente Luís Cabral, nosso camarada de armas, e Chefe de Estado da República da Guiné-Bissau, chefiando uma delegação composta por elementos do Partido e do Governo. O estreitamento das relações de amizade e solidariedade militante, forjados nos duros anos de luta que os Povos moçambicano e guineense travaram contra o inimigo comum, constituíam o objectivo desta visita.

A estada do Presidente Luís Cabral e da sua delegação entre nós, foi bruscamente interrompida por um doloroso acontecimento: a morte súbita do Camarada FRANCISCO MENDES, Comissário Principal do Conselho de Estado quineense, dirigente e combatente veterano do PAIGC.

Na mesma ocasião estive no nosso País o nosso Camarada Didier Ratsiraka, Presidente da República Malgaxe com quem travámos conversações fraternais destinadas a reforçar a nossa unidade de combate pelo progresso dos nossos países, pela Paz.

Em Maio deste ano, tivemos ocasião de visitar vários países socialistas.

Sector da agricultura, indústria e construção, consoando e ampliando assim os laços profundos de amizade e cooperação forjados entre nós nas horas difíceis da nossa guerra popular de libertação.

Na República Popular da Hungria, após conversações que decorreram em ambiente fraternal e caloroso, estabelecemos importantes acordos nos sectores de agricultura, indústria, transportes e saúde. É de destacar o acordo de cooperação partidária que conduzirá a um aprofundamento das relações de dois Partidos irmãos, forças dirigentes das nossas sociedades e Estados.

Esta viagem constitui um passo importante no desenvolvimento das nossas relações com os países socialistas, nossos aliados naturais.

Senhores Deputados

O balanço que em breves palavras acabamos de fazer sobre as principais actividades levadas a efeito desde a 2.ª Sessão desta Assembleia, ressalta com clareza o engajamento do nosso Povo, dirigido pela FRELIMO na defesa e consolidação da Revolução.

As conquistas que fizemos e os sucessos que alcançámos são uma prova da capacidade revolucionária dos trabalhadores moçambicanos que não recuam perante as dificuldades por maior que elas sejam, perante os constantes ataques do inimigo, perante o sacrifício, às vezes da própria vida, para materializar as Directivas do nosso Partido e do nosso Estado.

Recordamos aqui a recente campanha da colheita do arroz no Chokwé. Milhares de trabalhadores moçambicanos, operários, camponeses, soldados, estudantes, intelectuais, funcionários, velhos, homens e mulheres, responderam pronta e entusiasticamente ao apelo do Partido no sentido de num prazo que era curto, o que exigia uma acção enérgica e imediata, apoiar a colheita de 11 000 hectares de arroz no Chokwé, que se encontrava ameaçada.

Através do apoio demonstrado à nossa revolução, todos quantos participaram nesta grande jornada fizeram-no com a clara consciência de superar as dificuldades que enfrentamos na batalha decisiva pelo desenvolvimento da economia.

A participação do povo na resolução dos nossos problemas, por mais importantes e complexos que eles sejam, é um dos pontos fundamentais da nossa linha. Não desprezamos a ciência e a técnica, factores que é necessário valorizar para o progresso da nossa Revolução, mas a força determinante é a participação das massas.

Uma das tarefas essenciais dos nossos deputados é participar na mobilização popular. O trabalho dos nossos deputados, enquanto mandatários dos interesses do povo que os elege, perderá o sentido se se resumir à discussão no seio das Assembleias dos problemas que a eles são submetidos. Deixaríamos então de ser deputados de um Estado Revolucionário.

O nosso deputado é o operário que participando activamente nos trabalhos da Assembleia para que foi eleito, se preocupa em dar a conhecer ao povo e a discutir com ele as soluções encontradas para os problemas. É o camponês que ao tomar parte nas reuniões da sua Assembleia, fá-lo conscientemente, porque antes analisou e discutiu profundamente com o povo os seus problemas conhecendo assim as suas preocupações e anseios. É o trabalhador que se engaja em tarefas junto das massas populares a fim de melhor conhecer os seus problemas.

O combate que travamos é o combate pela vitória do socialismo. Ele exige de todos nós trabalho e sacrifício. Ele garante vitórias que permitirão ao nosso povo livrar-se da doença, da miséria, da fome e da nudez. Ele garante ao nosso povo a liberdade que nunca possuiu.

Engajemo-nos ainda mais profundamente neste combate e façamos dos nossos sucessos pontos de partida para novas e incessantes vitórias.

A LUTA CONTINUA!

(De: "Noticias", Maputo, 1978-08-13)

Em todos os lugares os nossos deputados são responsáveis pela mobilização do Povo

— Presidente Samora Machel no encerramento da 3.ª Sessão da Assembleia Popular

Ao terminar os trabalhos da III Sessão da Assembleia Popular, que entre outras importantes decisões para a vida do País, aprovou um novo texto da Lei Fundamental, a Constituição, o Presidente Samora Machel proferiu um discurso, que a seguir transcrevemos, e no qual salienta a responsabilidade dos nossos deputados na mobilização de todos os cidadãos "para a prática da austeridade, para a valorização dos bens e conquista do Povo, para a necessidade da poupança e do depósito das nossas economias em Bancos" bem como "no controlo e denúncia de situações irregulares":

Senhoras e Senhores Deputados

Chegados ao fim dos nossos trabalhos impõe-se fazer uma breve síntese do que foi esta III Sessão.

Desde que criámos a nossa Assembleia Popular podemos dizer que as suas sessões se têm caracterizado pela importância histórica das deliberações que é chamada a tomar.

Com efeito, a I Sessão da Assembleia Popular, aprovou a Lei Eleitoral e a Exortação Eleitoral — esse momento marcou o início do desencadear do mais vasto e profundo movimento de massas ao nível da edificação do novo Estado Popular.

A II Sessão da Assembleia Popular debruçou-se sobre a forma como decorrerá o processo eleitoral, fez o respectivo balanço e aprovou os «Princípios de Organização do Estado à luz do Programa do Partido». Consagrava-se desse modo o importante passo dado na criação dos órgãos supremos do Poder de Estado em todos os escalões, da Localidade à Nação.

Esta III Sessão da Assembleia Popular foi chamada a pronunciar-se sobre a Revisão da Constituição, Lei Fundamental do nosso País.

E qual a importância histórica desta Revisão Constitucional?

Vimos que a Revisão não foi tarefa de meia dúzia de pessoas confinadas aos seus gabinetes de trabalho.

Nós soubemos transformá-la num movimento de massas desencadeado à escala de todo o país com a mais larga participação dos cidadãos. Ela constituiu um processo de análise colectiva dos passos que demos na implementação da Constituição e do caminho por percorrer rumo à Sociedade Socialista. Ela constituiu a consagração da experiência que ganhámos na construção do Estado Popular.

A Revisão da Constituição foi ainda uma preciosa aprendizagem de como levar o povo ao conhecimento das suas Leis Fundamentais bem como participar no processo da sua elaboração. Assim se organiza a Democracia Popular no nosso país.

Contudo, é importante referir que a solução de problemas do dia-a-dia, problemas suscitados pelos programas de reconstrução nacional em que todo o Povo moçambicano se encontra engajado, deve constituir preocupação desta Assembleia.

A importância das decisões históricas que temos sido chamados a tomar, devemos associar a vocação desta Assembleia Popular para o estudo e solução de problemas de organização da vida, abastecimentos, alojamento, ensino, transportes, disciplina no trabalho, previdência, conforto, bem-estar e segurança dos cidadãos. São essas as preocupações quotidianas do Povo Moçambicano. São esses os problemas que nós, deputados do Povo, estamos particularmente habilitados a tratar e a resolver de acordo com os nossos interesses de classe.

A composição desta Assembleia Popular, com larga representação dos operários e camponeses moçambicanos, é também, antes de mais, a vontade do Povo em ver aqui tratados pelos seus representantes autênticos e legítimos, os problemas mais sensíveis da nossa vida, na fase presente da Revolução.

Ao longo desta III Sessão da Assembleia Popular tivemos ocasião de referir a necessidade urgente de introduzirmos princípios e práticas de austeridade no nosso trabalho e na nossa vida.

Referimo-nos, a título de exemplo, a várias formas de esbanjamento e abuso de autoridade por parte de certos sectores da função pública e do sector económico.

Referimo-nos à gestão sistematicamente ruinosa de algumas empresas estatais e de unidades de produção intervencionadas.

Todos nós somos sensíveis a esses problemas, todos nós estamos conscientes de que estes abusos, este uso indevido dos bens do Povo, conduzem a sentimentos de frustração e a perigosas situações de desmobilização.

Todos nós sabemos que a má gestão, a fraca produção nas empresas, concorrem para acentuar a nossa dependência do exterior e poderão comprometer a nossa soberania, tão duramente conquistada.

Perante esta situação vamos então limitar-nos a esperar soluções sob a forma de Decreto, de regulamento?

Vamos também nós, deputados do Povo, aguardar que a acção dos responsáveis ponha cobro a estes desvios e a estes abusos? Afinal quem são os responsáveis? Onde está o Poder de Estado?

Pensamos que dentro das tradições do Povo moçambicano e da experiência de Luta Popular que nos caracteriza devemos uma vez mais envolver o Povo no controlo e denúncia de situações irregulares. Nós, deputados da Assembleia Popular, temos o dever de nos constituirmos em agentes dinamizadores desse processo de controlo popular. Nos nossos locais de trabalho e de residência, nas Células do Partido, nas Organizações Democráticas de Massas em que participamos, nas fábricas, nas repartições, nas cooperativas, em todos os lugares, nós temos a obrigação de explicar e mobilizar os nossos concidadãos para a prática da austeridade, para a valorização dos bens e conquistas do Povo, para a necessidade da poupança e do depósito das nossas economias em Bancos, para a limpeza das ruas, dos prédios, dos lugares públicos. Mas para o sucesso destas acções é necessário, ao nível das cidades, organizarmo-nos em bairros comunais. Primeira medida. Não nos conhecemos porque não vivemos organizados.

Não nos conhecemos e por isso constituímos brechas através das quais penetra o inimigo, infiltra-se.

A primeira medida, sobretudo a nível das cidades, é constituirmo-nos em bairros comunais para o maior controlo, denúncia, neutralização de todo o tipo de agentes.

Nós temos a obrigação de fazer assumir por toda a gente a relação entre a produção e a disponibilidade de bens de consumo, a relação entre a austeridade e a disponibilidade de divisas para comprarmos as máquinas com que vamos desenvolver a nossa economia e melhorar a nossa vida.

É oportuno lembrar aqui a palavra de ordem que galvanizou o Povo moçambicano durante o processo eleitoral que nos trouxe aqui a esta Assembleia:

«Vamos eleger as Assembleias para melhorar a nossa vida». Já estão eleitas. Vamos eleger as Assembleias para melhorar a nossa vida. Existem ou não existem as Assembleias? Existem ou não existem? («Existem» — ouve-se em resposta).

Onde é que vocês vivem?

Esta palavra de ordem define a nossa responsabilidade colectiva como órgão do Poder Popular e define a nossa responsabilidade individual como representantes eleitos do Povo moçambicano.

A nossa preocupação deve ser a de dar, com as nossas acções, com as nossas decisões, um conteúdo concreto a esta palavra de ordem.

Cumprimo-me informar a Assembleia que dentro dessa óptica, a Comissão Permanente da Assembleia Popular tem vindo a considerar seriamente a necessidade de enriquecer a forma de funcionamento da Assembleia de modo a permitir, dentro da disciplina que nos caracteriza, uma participação mais prolongada, um debate e uma contribuição cada vez mais

fértil em sugestões e observações por parte dos deputados.

Pensamos que as propostas que foram apresentadas no fim desse estudo poderão já ser discutidas e implementadas nas próximas Sessões desta Assembleia.

Senhores Deputados,
Senhores Convidados

É meu dever, ao terminar, saudar esta Assembleia pelo importante trabalho que ela realizou nesta sua III Sessão. A riqueza das contribuições, a correcção das intervenções, e o alto sentido patriótico das nossas votações revelam o elevado grau da nossa consciência política e a consciência da nossa responsabilidade perante a História da nossa Revolução.

Queremos dizer que comove-nos profundamente a forma como decorreram os trabalhos desta III Sessão da Assembleia Popular. Comove-nos ver como a sensibilidade política dominou cada Deputado, o velho, o jovem, a mulher, em resumo, o Povo do Rovuma ao Maputo.

Invade-nos a emoção como Homens, como Revolucionários, como obreiros do Socialismo ao vermos o nosso Povo analisar profundamente as raízes de uma árvore emergindo de ruínas, de uma árvore que ainda está crescendo, porque ainda está a crescer e tem já a força do futuro.

As decisões que tomámos, as responsabilidades que assumimos aqui farão da Nação moçambicana, uma Nação forte e contribuirão para fazer da nossa África um continente próspero em que homens e mulheres marcham os caminhos da Revolução.

Penso também poder ser intérprete de toda esta sala ao dirigir uma palavra, de agradecimento ao Secretariado, ao Protocolo, aos técnicos de som, à Rádio, à Imprensa, à Televisão, por todo o apoio incansável que nos foi dispensado.

Sem a sua dedicação, sem a sua eficiência, não poderíamos ter conseguido esgotar num dia e meio a agenda de trabalho desta III Sessão da Assembleia Popular.

Aos Senhores Deputados, particularmente os que vieram de outras Provincias, desejamos um feliz regresso aos seus postos de trabalho.

Saibamos assumir intransigentemente as nossas responsabilidades. Sejamos todos da mesma altura. Sejamos todos do mesmo tamanho. Assumamos todos a mesma grandeza. Sejamos todos conscientes, sejamos todos transmissores das riquezas e tradições históricas, das tradições heróicas do nosso Povo, da nossa Revolução, do nosso destino para que Moçambique seja um exemplo em África, no Mundo e para a Humanidade inteira.

A LUTA CONTINUA!

(De: "Notícias" Maputo, 1978-08-16)

IV Sessão do CC foi um passo em frente no reforço do carácter de classe do Partido

— Presidente Samora Machel no encerramento da reunião do Comité Central da FRELIMO

Camaradas membros do Comité Central da FRELIMO,

Camaradas Convidados

Ao concluirmos os trabalhos da 4.ª Sessão do Comité Central da FRELIMO eleito pelo III Congresso, queremos saudar os Camaradas membros do Comité Central do nosso Partido e os Camaradas convidados pelas contribuições valiosas dadas aos trabalhos, pelo espírito de disciplina e alta vigilância demonstrados durante a reunião, pelo entusiasmo com que se debateram os problemas do Partido e da Nação, pela forma rigorosa como se analisou a vida do Partido, a vida de cada um de nós.

O significado da 4.ª Reunião do Comité Central é de grande importância porque esta reunião renova no Comité Central eleito pelo III Congresso da FRELIMO, as grandes tradições históricas e estilo de trabalho da FRELIMO. Esta reunião constituiu um passo em frente no reforço do carácter de classe do Partido, na demarcação entre a nossa zona e a zona do inimigo. Esta reunião permitiu-nos analisar, mais profundamente, as formas subtis como o inimigo nos ataca. Esta reunião permitiu-nos conhecer a clara posição de classe de cada um de nós, os pesos que cada um de nós carrega da sociedade antiga, a luta constante entre o novo e o velho e a resistência que o velho faz para sobreviver.

Esta reunião permitiu fazer a síntese da experiência acumulada durante o processo da nossa luta de libertação com a realidade da luta de classes que vivemos no período da reconstrução nacional. Esta reunião permitiu vermos na prática o processo de rejeição e assimilação, fenómeno constante da própria dialéctica revolucionária.

Esta lei científica da Revolução verifica-se aos níveis diversos.

Umhas vezes a rejeição situa-se ao nível das ideias e concepções erradas que possam ter os nossos camaradas.

Outras vezes, como aconteceu nesta reunião, a rejeição tem de ser física, porque a contradição é antagónica, porque se trata de rejeitar um inimigo da nossa classe.

A 4.ª Sessão do Comité Central da FRELIMO analisou profundamente a actual situação do nosso País.

Desta forma materializámos o princípio de que é o Partido, como força dirigente do Estado e da Sociedade, que deve controlar e dirigir a estratégia do desenvolvimento do País.

O Comité Central analisou profundamente os grandes problemas ao nível interno do Estado que afectam a vida do nosso Povo e da nossa Revolução.

O Comité Central elaborou as linhas de orientação para enfrentar esses problemas concretos.

No rico debate aprofundou-se a questão financeira e as suas causas principais, quer as derivadas da acção do inimigo, quer as derivadas das nossas próprias insuficiências tais como: erros ao nível de investimento; erros ao nível da manutenção dos nossos meios de produção; erros na conservação dos recursos naturais, erros na utilização correcta dos recursos humanos.

Chamou-se a atenção sobre as graves consequências da improvisação e da falta de métodos científicos.

Como aspecto particular, analisámos detalhadamente a questão da ceita do arroz no Chokwe: os aspectos positivos da mobilização; os aspectos negativos da improvisação; a subestimação de leis da planificação económica.

Da análise global da situação, constatou-se que, depois de uma fase em que os esforços forem concentrados na organização dos trabalhadores para neutralizar a sabotagem e outras acções do inimigo de classe e para se engajarem na batalha da produção e do seu controlo, iniciámos o processo de recuperação económica, que é sensível já em alguns sectores.

Mas a acção do inimigo através da sabotagem, da paralisação das unidades produtivas, da destruição de bens, dos desvios de divisas, da desorganização de sectores importantes faz-se sentir com mais intensidade lá onde diminuimos a vigilância revolucionária, lá onde ainda não estabelecemos adequados mecanismos de planificação, controlo e direcção da economia.

É necessário assumir e implementar as decisões do Partido, aquilo que a FRELIMO já definiu para vencer a fome e a nudez:

Definimos a agricultura como base do nosso desenvolvimento.

Definimos a aldeia comunal como a estratégia do desenvolvimento rural e da socialização do camponês.

Definimos a cooperativa agrícola como forma de destruição do espírito individualista e de conjugação dos esforços para a solução dos problemas. Mas isto

não pode significar votar ao abandono o sector familiar, cuja importância na nossa produção agrícola continua a ser determinante.

Para isso, a 4.ª Sessão do Comité Central analisou a importância de apoiar o desenvolvimento do sector cooperativo; apoiar em geral o sector de produção familiar; apoiar, nestes sectores, em especial os produtos destinados à exportação como caju, gergelim, algodão, copra, etc.

Neste momento estamos perante um dilema: não temos divisãs para financiar o desenvolvimento e sem desenvolvimento não se geram divisãs.

A 4.ª Sessão do Comité Central reforçou, por isso a decisão de se dinamizar o apoio aos sectores agrícolas de exportação, ao sector mineiro e às pescas.

Camaradas:

Os problemas de abastecimento e da comercialização, constituem uma das mais importantes questões nacionais nesta fase.

É necessário organizar os circuitos de comercialização e definir centros de troca em todo o País, onde o nosso camponês possa entregar os seus produtos e comprar aquilo de que necessita.

Nas soluções até agora usadas, houve um excesso de dirigismo e centralização. O nosso Estado não pode gastar energias vendendo agulhas ou lâminas ou gerindo salões de chá e barbearias.

O Presidente da FRELIMO debruçou-se ainda sobre a necessidade de combater o parasitismo existente nas cidades, explicando que, particularmente no caso de Maputo, apenas uma pequena parte da população constitui uma força activa, vivendo a restante numa situação de dependência que gera a marginalização.

O Comité Central definiu a necessidade de que o Estado deve implementar as decisões do III Congresso quanto à participação do sector privado no esforço de desenvolvimento económico do país, regulamentar os investimentos e definir o sector de comercialização como prioritário.

As insuficiências dos transportes são já um estrangulamento à circulação dos produtos. Verificou-se a importância do desenvolvimento do transporte marítimo e fluvial.

O Comité Central deu grande destaque à necessidade de as estruturas do Partido e do Estado assumirem e dinamizarem a aplicação do princípio de «contar com as nossas próprias forças», do recurso a soluções populares como por exemplo a fabricação local de tijolos, fabrico artesanal de sabão, utilização de tracção animal para fins de transportes, utilização de bicicletas, etc.

Queremos aqui chamar a atenção para o facto de que ao definirmos o abastecimento como um dos problemas principais, o inimigo vai intensificar nesse sector a sabotagem. Por isso devemos aumentar a nossa vigilância e o nosso engajamento.

A nossa reunião ressaltou a importância da reestruturação da banca com vista a organizar a banca socialista, e do importante papel de dinamização da poupança individual.

Analisámos e discutimos problemas como: a definição de uma política salarial ao nível do País; a utilização racional das habitações; a necessidade de estudo da economia por responsáveis das estruturas do Partido e do Estado.

Foi consenso do Comité Central também, a necessidade de criar uma legislação rigorosa de repressão aos crimes económicos como: crimes de sabotagem económica; crimes de má gestão dos bens do Povo; crimes de negligência, abuso e preguiça.

Camaradas

A questão cultural foi profundamente analisada na nossa discussão, e da rica discussão concluímos sobre: a importância da luta armada como processo cultural de reconquista e libertação da personalidade moçambicana; o papel fundamental do combate cultural no avanço do processo revolucionário; a necessidade da ruptura total com os modelos culturais impostos pela burguesia colonial e pelo imperialismo; a necessidade da cultura se libertar do tradicionalismo, do regionalismo, do racismo.

Vimos que é na cultura que mais se impõe a necessidade de ruptura do cordão umbilical que ainda liga um pequeno sector de moçambicanos à cultura do colonizador.

O Festival Nacional de Dança Popular foi uma demonstração do papel libertador e revolucionário da cultura popular moçambicana.

Ele foi um instrumento de ruptura com o passado; um instrumento de libertação da personalidade e da independência nacional; um factor de unidade nacional; um instrumento fundamental do nosso combate político e ideológico.

A experiência da nossa luta demonstra que é indispensável o combate constante e sem tréguas contra as ideias, os hábitos e os valores da cultura burguesa e da cultura feudal.

No decorrer dos nossos trabalhos tivemos a oportunidade de constatar como a falta desse combate interno permanente, a falta do corte do cordão umbilical que ainda liga alguns de nós à sociedade reaccionária onde crescemos e onde fomos educados, a falta de uma demarcação clara sobre a nossa zona e a zona do inimigo, a falta de vigilância perante as balas açucaradas do capitalismo, a falta de um ambiente de crítica e autocritica conduz alguns, de concessão em concessão, de compromisso em compromisso, para a estrada que leva ao desvio da linha, à infiltração das fileiras, à deserção da revolução.

Mais uma vez a nossa experiência demonstrou que a revolução e a corrupção são incompatíveis, não coexistem.

Durante estes dias, estudámos casos concretos que nos demonstram como a falta de um combate sistemático e intenso ao nível cultural, como a incapacidade por parte de alguns de levarem a sua confrontação com o capitalismo ao nível dos valores e do comportamento determinou a sua capitulação frente ao inimigo, ou criou condições para a traição à causa do Socialismo.

Da nossa discussão surgiu claro porque razão não pode haver Socialismo, não pode haver Revolução Socialista, sem o combate pela criação do Homem Novo.

Um aspecto particular deste combate é a luta contra o obscurantismo e todas as formas de superstição.

No decurso desta 4.ª Sessão do Comité Central discutimos clara e profundamente este problema. O obscurantismo, a superstição e a religião, são das for-

mas mais subtis da penetração do inimigo. Tivemos todos ocasião de verificar isso na prática, durante esta nossa reunião.

Camaradas

Ao analisar a política externa, o Comité Central apreciou e caracterizou a actual situação internacional e, em particular, a situação na África Austral.

A R. P. M. goza de prestígio no seio da comunidade internacional.

O Comité Central analisou esta questão e concluiu que as causas principais são o prestígio conquistado pela luta de libertação nacional e a forma como a Frente de Libertação de Moçambique se soube afirmar em tanto que movimento de libertação; a afirmação da nossa personalidade independente e da seriedade das posições tomadas pela R. P. M.; a clara identificação do inimigo principal; a coragem, coerência e alto sentido de internacionalismo da R. P. M.; a identificação absoluta entre a política interna e a política externa, o facto de que na R. P. M. todos fazem política externa, o pensamento comum é o nosso corpo diplomático no mundo.

A nossa política de desenvolvimento económico e a dignidade como é concebida a cooperação internacional são outros factores que contribuem para que a R. P. M. seja respeitada no estrangeiro.

Neste quadro, o imperialismo, porque não somos vulneráveis e corruptíveis, é forçado a estabelecer conosco relações de Estado para Estado, com respeito pela nossa soberania.

Os países da comunidade socialista, com o aprofundamento e consolidação da nossa linha, têm ampliado as relações fraternais de cooperação conosco.

Em relação à África, o Comité Central discutiu a ofensiva do imperialismo para a recolonização do continente.

A par das forças mercenárias de agressão, a ofensiva do imperialismo caracteriza-se pelo divisionismo e pela ofensiva cultural que se caracteriza na reactivação da francofonia e da anglofonia e na tentativa em curso de criar uma lusofonia.

No contexto da África Austral o objectivo imediato é ganhar tempo para a África do Sul e instaurar regimes neocoloniais no Zimbábue e Namíbia.

Este objectivo surge após as vitórias de Moçambique e Angola, após a nova correlação de forças que se criou.

A estratégia do imperialismo é bloquear a transformação da luta armada em guerra popular revolucionária nesses países. Evitar que a confrontação popular na África do Sul ganhe dimensão de classe.

Nesta reunião subemos reafirmar o espírito internacionalista da nossa luta, a justiça do nosso apoio à luta dos povos do Zimbábue, Namíbia e África do Sul como uma expressão lógica do nosso próprio processo revolucionário.

Caros Camaradas

A III Sessão do Comité Central de 21 e 22 de Dezembro do ano passado definiu o programa da Campanha de Estruturação do Partido.

Na 4.ª Sessão que agora terminou, o Comité Central analisou o relatório da Comissão Nacional de Estruturação do Partido.

Analisámos a situação política existente antes do início da Campanha: o papel fundamental dos Grupos Dinamizadores na extensão do poder popular; as insuficiências ideológicas e políticas que se foram verificando nos Grupos Dinamizadores.

Por isso a Campanha de Estruturação surge como resposta oportuna e necessária para a nova fase de luta, para resolver a contradição entre a qualidade superior das exigências da Revolução e a nossa capacidade de resposta.

A Campanha revelou insuficiências, tais como: insuficiências no estudo e implementação das directivas do Seminário; insuficiências na coordenação de realização das grandes tarefas nacionais, insuficiências na sensibilidade e erros no recrutamento de quadros afectados à Campanha; insuficiências na organização e métodos de trabalho.

Mas ela constituiu um pesado golpe no inimigo que reagiu à Campanha de Estruturação com novas formas de actuação, em particular, intensificando a propaganda, os boatos e a subversão ideológica. Instituições religiosas, por exemplo, uniram e organizaram a sua acção para contrariarem a Estruturação do Partido.

O Comité Central analisou e congratulou-se pelos resultados conseguidos pela Campanha até este momento e pelos sucessos políticos alcançados.

Com efeito, a Campanha de Estruturação do Partido demonstrou a constante elevação da consciência política e de classe das massas trabalhadoras, o sentimento por parte das massas trabalhadoras de que, só com o seu Partido de Vanguarda, serão capazes de consolidar as vitórias e avançar para o Socialismo.

A Campanha demonstrou de forma clara que a luta de classes se agudiza cada vez mais no nosso País, quer no plano interno, quer na confrontação com o imperialismo.

A Campanha demonstrou que a aliança entre a classe operária e o campesinato se reforça, em particular com os camponeses cooperativistas, e que a aliança operário-camponesa assume cada vez mais a direcção da sociedade.

Após a Campanha, algumas tarefas se nos depa-ram como prioritárias. Elas são: a consolidação das células do Partido criadas; o desencadeamento do combate constante contra os velhos métodos de trabalho; a introdução do hábito de trabalho planificado e organizado na vida do Partido; o desenvolvimento dum combate constante pelo estudo e pelo crescimento científico e ideológico dos membros.

Para vivermos organizados, para podermos consolidar as células criadas, para rectificarmos os métodos do trabalho no FRELIMO, a 4.ª Sessão do Comité Central deu um passo decisivo ao aprovar a Directiva Orgânica Provisória do Partido, documento que define, para o actual momento da luta de classe, as funções, as competências, as relações, o modo de funcionamento, as regras e regulamentos que vão orientar a vida do Partido.

O Comité Central da FRELIMO apreciou ainda a proposta de alteração da Constituição levada a cabo, sob a direcção da Assembleia Popular, na execução da Resolução Sobre a Revisão Constitucional

que fora aprovada na III Sessão do Comité Central.

Congratulamo-nos pelo trabalho realizado e pelo método correcto e popular utilizado na implementação desta resolução.

A proposta analisada pelo Comité Central vem fazer da nossa Constituição um instrumento actual e operativo do exercício do Poder pelas classes trabalhadoras.

A III Sessão da Assembleia Popular que se realizou nos passados dias 12 e 13 de Agosto concluiu este fecundo processo ao aprovar por aclamação a Revisão Constitucional.

Caros Camaradas.

O Comité Central é o órgão máximo do Partido no intervalo de dois Congressos.

O membro do Comité Central é: o militante mais responsável, o ponto de referência constante do Povo, o exemplo vivo dos valores do Partido, o trabalhador da vanguarda e o cidadão exemplar, o dirigente consequente e incorruptível, aquele que exprime a unidade nacional, a Pátria, o Proletariado.

A 4.ª Sessão do Comité Central eleito pelo III Congresso analisou profundamente através da prática vivida, a natureza de classe dos seus membros.

Discutimos profundamente a vida do Partido para rejeitar os comportamentos que nos identificam com o inimigo, as acções que criam desconfiança no seio do Partido, as atitudes que impedem o pensamento comum, as infiltrações no nosso seio, a indisciplina que conduz ao relaxamento político e moral, o divisionismo que enfraquece as nossas fileiras.

Analisar a vida do Partido é examinar a prática quotidiana de cada um de nós, é investigar qual é o ponto fraco que o inimigo está a utilizar para se instalar no nosso seio.

Camaradas

Fizemos da 4.ª Sessão do Comité Central da FRELIMO, realmente uma escola onde todos aprendemos.

O aspecto essencial desta nossa sessão foi o debate ideológico que nos permitiu, através do processo de purificação política e ideológica, consolidar o Comité Central, para dirigir o Partido de Vanguarda que estamos a estruturar.

Esta reunião foi o filtrador que nos deu a consciência das nossas responsabilidades, do que é o Comité Central, do que significa ser membro do Comité Central, de como se manifesta o inimigo.

Esta reunião é o primeiro revelador profundo do que foi a zona ocupada pelo inimigo.

Ela deu-nos o retrato do que é o capitalismo e das suas diversas facetas, de como o inimigo faz as manobras de infiltração e as prepara a longo termo, de como conhece as nossas fraquezas e as sabe explorar.

Esta reunião permitiu-nos compreender a nossa responsabilidade como País, a nossa responsabilidade como educadores das futuras gerações.

Durante o nosso debate vimos como o capitalismo lança a sua semente.

Durante o nosso debate vimos como o capitalismo molda, no barro fresco da infância, os seus modelos; prepara, na sociedade estratificada de exploração, o homem alienado, o homem complexado, que assumirá a defesa dos seus valores.

Nesta reunião ensinámos e aprendemos que só a verdade é revolucionária, a mentira é reaccionária; o engajamento na tarefa principal é a forja dos quadros da Revolução; a luta de Libertação Nacional é a nossa fonte de inspiração. Inspiração do nosso estilo de vida; inspiração do nosso comportamento; inspiração dos nossos métodos de trabalho.

Nesta reunião vivemos as experiências de todo o País. Aqui trouxeram as suas experiências e a sua vida, operários, camponeses, soldados, trabalhadores em geral.

Aqui sintetizámos as experiências da luta de Libertação Nacional com as experiências acumuladas na confrontação directa que agora vivemos, na confrontação com o capitalismo e imperialismo, com o inimigo interno e o inimigo externo.

Terminámos a 4.ª Sessão conhecendo-nos mais profundamente uns aos outros e a nós próprios; conhecendo os camaradas nos quais nos devemos apoiar nos momentos difíceis; conhecendo os camaradas cujo processo de crescimento político e ideológico e cujo combate interno devemos apoiar; conhecendo os camaradas que são firmes combatentes das classes; conhecendo os camaradas que carregam ainda fardos da burguesia e do colonialismo.

Conhecendo as fraquezas de cada um pudémos iniciar o processo para corrigir a nossa vida e o nosso comportamento. Mas, para isso foi necessário que os membros do Comité Central fossem corajosos e sinceros, aceitassem com entusiasmo a crítica, assumissem com profundidade a autocritica.

Os membros do Comité Central souberam compreender que o objectivo da discussão da vida do Partido não é destruir camaradas nossos, mas ajudá-los a corrigirem-se e purificarem-se.

Soubémos assim compreender que, falar do Partido é realmente falar da nossa própria vida, porque, perante as massas, o Partido reflecte-se através da vida dos seus membros e, em particular, dos seus dirigentes.

Aqueles que, entre nós, estavam doentes souberam fornecer ao médico os sintomas necessários ao diagnóstico.

Por isso, regressamos às nossas tarefas mais unidas.

Por isso terminamos a reunião com a unidade das fileiras reforçadas.

Orgulhamo-nos de que em todas as questões fundamentais, em todas as confrontações decisivas, sempre o pensamento comum dos membros do Comité Central se afirmou sem qualquer hesitação pela defesa e salvaguarda da Revolução, pela rejeição dos corpos estranhos, pela purificação das nossas fileiras.

A árvore que tem as raízes mais profundas é a que vive mais. Mesmo no tempo seco consegue manter as folhas verdes.

Nestes dez dias aprendemos que, no nosso País, a árvore que tem as raízes mais profundas é o Povo, o Povo nunca morre. Os membros do Partido são as raízes desta árvore. Os membros do Comité Central

são as suas raízes mais profundas, aquelas que trazem de mais longe os sais que a fazem viver forte.

O Povo alimenta-se das ideias do Partido, inspira-se no exemplo dos seus membros. Assim o Povo constrói a História.

A marcha para o progresso e a liberdade exige uma avenida ampla e limpa.

Por isso as raízes que querem viver fora da terra têm de ser arrancadas, porque fora da terra secam, transformam-se em obstáculos que se opõem à marcha da Revolução.

Nestes dez dias crescemos, formámo-nos, aprendemos, purificámos as nossas fileiras, consolidámos a nossa clara posição de classe.

O Comité Central eleito pelo III Congresso deu nesta 4.ª Sessão, um passo fundamental para se consolidar como força dirigente das classes trabalhadoras, para garantir a marcha segura das classes trabalhadoras rumo ao Socialismo.

A LUTA CONTINUA.

(De: "Notícias" Maputo, 1978-08-17)

SAIBAMOS EM CONJUNTO RESPONDER A CONFRONTAÇÃO COM OS BASTIÕES

DO IMPERIALISMO EM ÁFRICA

—Presidente Samora Machel durante o Banquete de Estado oferecido ao Primeiro-Ministro do Lesotho, Leabua Jonathan

Sua Excelência LEABUA JONATHAN
Primeiro-Ministro do Reino do Lesotho

Excelências

Senhoras e Senhores:

Desejamos, em primeiro lugar, saudar Sua Excelência Leabua Jonathan, Primeiro-Ministro do Reino de Lesotho e exprimir-lhe a si e à sua delegação governamental que chefia, as boas vindas ao nosso País.

A vossa presença na República Popular de Moçambique é para nós motivo de grande satisfação, pois consideramos que ela será um passo importante para o reforço da amizade, solidariedade e cooperação entre os nossos Povos e Estados.

Até há pouco tempo, a zona do continente africano em que os nossos países se situam era caracterizada pela permanência da dominação colonial e minorias racistas. Hoje, graças à luta sem tréguas dos nossos Povos, vemos aproximar-se o seu desmoronamento total, vemos as fronteiras da liberdade estenderem-se e cercarem as últimas fortalezas do colonialismo e do racismo.

Até há pouco tempo, não era possível este encontro de dois países independentes da África Austral. Hoje, podemos receber na pátria moçambicana libertada os dirigentes do Reino do Lesotho e estabelecer livremente o conteúdo e a forma das nossas relações.

A possibilidade de aprofundarmos as nossas relações de amizade resulta da luta comum dos nossos povos pela consolidação da Independência Nacional. Esta situação determina que elevemos continuamente a nossa plataforma de unidade e saibamos, em conjunto, responder à confrontação diária com os bastiões mais poderosos e brutais do imperialismo em África.

Sua Excelência Leabua Jonathan

Excelências

Senhoras e Senhores:

A República Popular de Moçambique é fruto da luta armada do Povo moçambicano, constrói-se e desenvolve-se pela continuação da luta nas frentes económica, política, ideológica e cultural.

Dirigido pelo seu Partido de Vanguarda, a FRELIMO, o Povo moçambicano luta para consolidar a sua independência, para construir uma economia independente e próspera ao serviço das massas populares. A sociedade nova que estamos a edificar exige a construção das bases materiais e ideológicas do socialismo. Este é um processo longo e difícil que prossegue e aprofunda o conteúdo da nossa luta armada de libertação nacional.

Realizamos as primeiras eleições livres, democráticas e revolucionárias que conduziram à formação de Assembleias do Povo, a todos os níveis. A criação destas estruturas do Poder Popular constituem a base organizativa para a edificação de um aparelho de Estado de tipo novo. Iniciamos o processo de recuperação económica e o planeamento do nosso desenvolvimento. Colocamos a educação e a saúde nas mãos e ao serviço do Povo. Afirmamos a nossa personalidade moçambicana ao rompermos com os moldes culturais impostos pelo colonialismo e ao dignificarmos e desenvolvermos a nossa cultura.

No plano internacional, a República Popular de Moçambique guia-se pelos princípios do internacionalismo, da solidariedade e da cooperação entre os Povos e os Estados, independentemente do seu sistema político, económico e social.

O nosso Povo desenvolveu o espírito internacionalista no processo da luta armada de libertação nacional. Assumiu como seu dever o apoio incondicional às lutas justas dos Povos oprimidos, considerando-as como sua própria luta. Particularmente, consideramos como nossa própria a luta do Povo do Zimbabwe, dirigida pela Frente Patriótica, a luta do Povo da Namíbia dirigida pela SWAPO, a luta do Povo da África do Sul, dirigida pelo ANC.

Sua Excelência Leabua Jonathan

Excelências

Senhoras e Senhores:

Pelo sua situação geográfica, pela natureza brutal do inimigo que completamente rodeia o seu território, o Reino do Lesotho ocupa uma posição difícil, ao mesmo tempo que desenvolve a luta pela conquista da independência económica, pela recuperação do uso dos seus recursos, pelo desenvolvimento da sua economia. E esta, actualmente, a tarefa fundamental que se coloca aos países africanos, parale-

lamente com o prosseguimento da luta pela libertação das últimas parcelas africanas submetidas ao jugo colonial.

Conhecemos e apreciamos os esforços que o Reino do Lesotho, sob a esclarecida direcção de Sua Excelência, vem desenvolvendo para se libertar dos laços de dependência económica.

Conhecemos, por dura experiência própria, as manobras, as acções, as chantagens e pressões do imperialismo para travar o processo de conquista da independência total pelos países do nosso continente. A manutenção da dependência económica assegura às potências imperialistas a possibilidade de pressionar os Estados na escolha das suas vias de desenvolvimento.

Numa posição particularmente difícil em relação ao mais forte bastião do imperialismo em África, o Reino do Lesotho é forçado a enfrentar constantemente a acção imperialista.

Temos assim uma grande apreciação pelas posições assumidas pelo Reino do Lesotho ao condenar a política de bantustanização da África do Sul, ao recusar reconhecer as falsas independências fabricadas pelo regime de Vorster, ao apoiar a independência da Namíbia e do Zimbábue.

Sua Excelência Leabua Jonathan

Excelências

Senhoras e Senhores:

As vitórias revolucionárias dos Povos de Angola, Guiné-Bissau e Moçambique alteraram profundamente a correlação de forças em África e determinaram uma mudança de tática por parte das forças imperialistas. Estas procuram agora aparentar interesse pela independência dos Povos, mas fazem-no apenas com a intenção de salvaguardar a sua dominação sob novas formas. A verdadeira face do imperialismo transparece na tentativa de recolonizar a África, através de dirigentes fantoches que ele próprio cria e da tentativa de formar, com a colaboração dos africanos corruptos e sem escrúpulos, exércitos de agressão. Constituem uma ameaça para todos os povos africanos o fornecimento de potencial atómico à África do Sul, a ocupação e nuclearização do Oceano Índico, o fomento da divisão e de conflitos armados entre países do nosso continente.

Contra as novas táticas imperialistas a unidade dos Povos africanos torna-se ainda mais imperiosa, tal como se afirma a necessidade de aprofundar o conteúdo da nossa unidade e a definição clara do nosso inimigo.

A independência económica torna-se cada vez mais claramente o campo de confrontação principal com o imperialismo, empenhado em conservar os nossos países na órbita da sua dependência, para prosseguir a exploração dos nossos recursos e do trabalho dos nossos Povos. A plataforma da nossa unidade deve atender a esta questão fundamental, deve assegurar o desenvolvimento da luta anti-imperialista, a criação de uma nova ordem económica internacional, baseada na independência, na recuperação dos recur-

sos de cada país e na cooperação mutuamente vantajosa. Os Povos do Lesotho e de Moçambique estão unidos pelo sofrimento de séculos de colonização, de escravatura, de trabalho forçado e de massacres. Estão unidos pela aspiração comum a um futuro de dignidade, prosperidade e paz. Estamos certos de que esta visita de Sua Excelência Leabua Jonathan e da delegação governamental que chefia, abrirá perspectivas para o reforço das relações entre os nossos Povos e Estados e para a cooperação em vários domínios entre os nossos dois Países. Estamos certos de que a cooperação será útil e frutuosa para os nossos Povos.

A terminar, peço que me acompanhe num brinde:

- A saúde de Sua Excelência Leabua Jonathan, Primeiro-Ministro do Reino do Lesotho;
- A amizade e cooperação entre os Povos e Estados do Reino do Lesotho e da República Popular de Moçambique.

A LUTA CONTINUA!

(De: "Notícias" Maputo, 1978-08-24)

Samora Machel:

As pressões políticas, económicas e militares não são obstáculos à nossa determinação

Sua Excelência Leabua Jonathan,
Primeiro-Ministro do Reino do Lesotho:

Excelências:

Senhoras e Senhores:

Queremos em primeiro lugar agradecer as palavras de apreço e consideração que Sua Excelência o Primeiro-Ministro Leabua Jonathan acaba de dirigir ao nosso Partido, ao nosso Estado e ao nosso Povo. Elas exprimem a profunda amizade e solidariedade que une os nossos Países e Povos, que esta visita à República Popular de Moçambique agora veio consolidar e reforçar. Encontramo-nos, há dias, como povos amigos, vamo-nos despedir em breve como povos irmãos.

Isto significa que nem a distância geográfica, nem as pressões políticas, económicas e militares que o inimigo comum procura exercer sobre nós são obstáculos à nossa comum determinação em continuarmos a ser bastiões de liberdade e resistência nesta zona do continente africano. Significa também que as conversações que realizámos se saldaram numa vitória decisiva porque nelas soubemos materializar alguns dos mais profundos anseios dos nossos Povos.

Esta visita permitiu-nos mostrar ao Povo do Lesotho, através do seu Primeiro-Ministro e da sua delegação, alguns aspectos da nossa vida e da nossa realidade. Permitiu-nos ainda um conhecimento mais directo das circunstâncias em que se desenvolve a luta do Povo do Lesotho pela sua libertação total e completa, contra a dependência, a chantagem e a agressão quotidiana de que é alvo por parte do regime racista da República da África do Sul.

O acolhimento entusiástico e caloroso com que as massas trabalhadoras do nosso País receberam em todas as ocasiões Sua Excelência o Primeiro-Ministro Leabua Jonathan e a delegação que chefia é a demonstração clara da nossa solidariedade para com o Povo do Lesotho e de que nos sentimos confiantes nos resultados concretos da nossa amizade e cooperação.

Desejamos portanto manifestar a nossa grande satisfação pela oportunidade que ambos soubemos criar para tornar mais estreitas as relações políticas e para lançar bases sólidas para um crescente desenvolvimento das nossas relações económicas e de cooperação em todos os sectores.

Excelências:

Livre e soberano, o nosso Povo engaja-se hoje com determinação na batalha decisiva do desenvolvimento, no aumento constante da produção e da produtividade, condição necessária para libertarmos progressivamente a nossa economia e os nossos recursos da dependência estrangeira. Planificando o nosso desenvolvimento económico e social, estamos a criar as bases materiais e ideológicas para a sociedade socialista. O socialismo é o objectivo que corresponde às profundas aspirações do nosso Povo por um futuro de paz, de justiça social e de bem-estar.

Esta é a realidade que estamos a construir no nosso País. Esta é a realidade que procurámos mostrar aos nossos estimados visitantes: a luta que travamos hoje pela nossa libertação total e completa é a causa fundamental que nos torna o alvo de constantes agressões e massacres, de calúnias e difamações, de chantagem e da sabotagem do imperialismo através dos regimes racistas e colonialistas que se mantêm na África Austral.

A estas acções directas do inimigo, responde o Povo moçambicano organizando-se em torno da FRELIMO, engajando-se decisivamente e de armas na mão para defesa das nossas fronteiras e da nossa soberania, combatendo com determinação na frente da produção, em todos os sectores e a todos os níveis.

Este é o sentido da nossa luta: para destruir todos os vestígios do racismo, do colonialismo e da opressão; para romper com a dependência económica; para vencer a fome, a ignorância e a miséria; para construir a Sociedade Nova.

Estas são também as frentes de luta em que se engaja o Povo do Lesotho, é isto que aproxima os nossos Povos. A nossa identidade constrói-se através das nossas posições face a um inimigo comum, o inimigo que nas nossas fronteiras continua a subjugar e a negar o direito à liberdade de povos nossos irmãos, o inimigo que viola as nossas fronteiras e destrói as nossas aldeias indefesas, o inimigo que representa a continuação do racismo e do colonialismo na África Austral, o inimigo que sabota a nossa economia e os nossos esforços de desenvolvimento, o inimigo que não se conforma com a Independência que conquistámos.

Situado no coração de uma região onde domina ainda o regime desumano, brutal e opressor do «apartheid».

o Lesotho é uma ilha de esperança e resistência. Vivendo condições particularmente difíceis face à agressão e chantagem do regime racista da África do Sul, o Reino do Lesotho constitui hoje um exemplo e um estímulo para todas as nações do nosso continente.

Por isso apreciamos e saudamos com emoção as posições corajosas e inequívocas que em todas as ocasiões o Estado e o Povo do Lesotho têm sabido afirmar e defender intransigentemente.

Excelências:

O reforço e consolidação das relações de amizade entre o Reino do Lesotho e a República Popular de Moçambique representa o reforço da nossa posição de unidade contra as manobras divisionistas do imperialismo no nosso continente, contra a convivência de traidores que aceitam as regras do jogo e o compromisso com o inimigo.

Neste contexto, nós reafirmamos o nosso apoio à luta heróica do Povo do Zimbabwe, dirigido pela Frente Patriótica contra o regime racista e colonialista de Ian Smith e dos fantoches signatários do chamado «Acordo Interno». As vitórias crescentes que os combatentes do Zimbabwe têm vindo a registar, representam a maior condenação destas e doutras manobras fomentadas pelo imperialismo.

Na nossa zona continuamos a assistir às tentativas grosseiras de Pretória para dividir o Povo da Namíbia visando a criação de bantustões e a instalação de regimes fantoches ao seu serviço. Estamos confiantes que a luta do Povo da Namíbia dirigido pela sua vanguarda, a SWAPO, alcançará a independência na sua integridade territorial, única solução eficaz e aceitável para o futuro da Namíbia.

A política do «apartheid» e sua materialização territorial através da bantustanização do território sul-africano constitui um gritante atentado aos mais elementares direitos de liberdade e dignidade humana do Povo sul-africano. Reafirmamos a nossa condenação inequívoca do regime opressor de Pretória e sua política racista de exploração e opressão. Denunciamos ainda o fortalecimento do regime de Vorster pelas potências imperialistas.

Não aceitaremos que os antigos e os novos exploradores do nosso continente minem a nossa unidade porque recusamos aceitar qualquer tipo de tutela económica ou ideológica. Reafirmamos a nossa determinação em definirmos em total independência e soberania a nossa política e as linhas do nosso desenvolvimento nos nossos próprios países, tendo como únicas orientações as que emanem das aspirações e dos interesses dos nossos Povos.

Excelências:

As nossas posições comuns em relação à independência total e completa dos nossos países só poderão concretizar-se se assentarem no estabelecimento de novas relações económicas. Os laços de dependência que herdámos travam o desenvolvimento da nossa economia e o progresso dos nossos Povos.

A nossa unidade reforçou-se no conhecimento dos nossos problemas concretos e no interesse recíproco pelo nosso desenvolvimento, através do estabelecimento de relações de cooperação com benefícios mútuos. A luta anti-imperialista e anticolonialista, base da nossa unidade, exige dos nossos Estados e dos nossos Povos uma aproximação cada vez maior, um estreitamento cada vez mais real das nossas relações de cooperação nos mais diversos sectores.

As conversações que efectuámos durante os últimos dias e os acordos que assinámos criaram condições para o desenvolvimento das nossas relações nos sectores dos transportes, das trocas comerciais, do trabalho, das obras públicas, da indústria e outros. O clima de entendimento e de desejo comum de cooperação em que elas se realizam constituem a garantia da sua implementação.

Excelências:

Desejamos que o prosseguimento da vossa visita à República Popular de Moçambique constitua para vós uma experiência agradável e proveitosa. Queremos salientar que é para nós uma honra manifestar-vos a nossa hospitalidade. Fazemos pois votos para que se sintam bem entre nós.

Por último, queremos propor um brinde à solidariedade que une os nossos Povos, ao fortalecimento das nossas relações de cooperação, à nossa amizade forjada na luta e na determinação dos combates comuns. À saúde de Sua Excelência Leabua Jonathan, Primeiro-Ministro do Reino do Lesotho.

A Luta Continua!

(De: "Notícias" Maputo, 1978-08-28)

“O OBJECTIVO DO IMPERIALISMO ERA DIVIDIR-NOS”

•Entrevista do Presidente Samora
ao regressar de Lusaka da reunião
dos países Linha da Frente

Um dos principais objectivos da primeira dos Chefes de Estado dos países da Linha da Frente foi a denúncia das mais recentes manobras do imperialismo com vista divisão dos próprios países da Frente e da Frente Patriótica. Em importante entrevista concedida à informação moçambicana a bordo do avião que o trazia de regresso à capital do país, o Presidente Samora Machel fez a denúncia dessas mesmas manobras que considerou criminosas, tendo também analisado

profundamente o processo político relativamente à Luta de Libertação no Zimbabwe que afirmou ser um acto eminentemente cultural, contrário à cultura decadente do Ocidente.

O Presidente Samora Machel afirmou por outro lado que a reunião dos cinco em Lusaka tinha permitido aos Países da Linha da Frente reafirmar a sua unidade de princípios sobre a libertação do Zimbabwe e procurar soluções.

«Há perturbações na nossa zona, perturbações provocadas pelo imperialismo, tendentes a dividir os países da Linha da Frente. Tendentes a desacreditar os verdadeiros dirigentes da Luta de Libertação do Zimbabwe. Tendentes a dividir a Frente Patriótica. Tendentes a recrutar novos elementos para um novo acordo interno. Assim nós reunimo-nos para examinar a situação e encontrar a solução. Encontramos nas nossas discussões, os cinco países da Linha da Frente, uniformidade nos princípios quando a Luta de Libertação no Zimbabwe e conde-

nação das manobras criminosas de Ian Smith de querer destruir a Frente Patriótica. Reforçámos a nossa unidade, Unidade que foi considerada nosso instrumento de Luta, instrumento de combate» — afirmou o dirigente moçambicano a uma pergunta sobre os resultados alcançados na reunião de Lusaka.

Respondendo a outras perguntas dos jornalistas Samora Machel fez uma análise da situação que se vive na África Austral, as manobras do imperialismo, sublinhando as consequências inevitá-

veis do desenvolvimento da Luta Armada de Libertação no Zimbabwe.

«Há uma situação de facto no Zimbabwe que é uma situação de guerra» — disse — *«há uma confrontação entre as forças de libertação e as forças colonialistas que são as forças da repressão. Há forças que combatem para perpetuar a dominação, a exploração e a opressão e a discriminação no Zimbabwe. Estas forças, as forças da repressão, têm o seu apoio principal no imperialismo. A libertação, a luta armada, têm a sua força principal no povo»*

Aprofundando e desenvolvendo este ponto o Presidente Samora Machel diria ainda que a «Luta Armada é um acto eminentemente cultural». O imperialismo mostra-se desesperado porque o que está em causa é também a destruição da sua cultura de exploração e repressão e o aparecimento de uma nova cultura, a cultura de libertação.

«O imperialismo está à procura de um herdeiro da cultura ocidental» — afirmou o dirigente da revolução moçambicana que acrescentou — «Há uma deslocação de atenções do imperialismo anglo-americano para a África Austral por causa dessa cultura que está em vias de ser destruída»

LUTA ARMADA REJEITARÁ OS AMBICIOSOS

Mais adiante o Presidente Samora Machel respondendo a uma pergunta sobre o confronto existente no Zimbabwe entre as forças de libertação e as forças de repressão afirmou que:

«As forças de libertação têm como objectivo essencial a defesa intransigente das largas massas do Zimbabwe. A luta é uma luta política e económica através da sua forma mais alta que é a Luta Armada.

«O desenvolvimento da Luta Armada em qualquer parte do mundo tem consequências próprias dentro do próprio Movimento de Libertação: verifica-se sempre um processo de assimilação e de rejeição.

«No Zimbabwe a preocupação do imperialismo foi sempre o de defender a minoria. A Frente Patriótica é a representante legítima do povo do Zimbabwe, é a Frente Patriótica que encarna os anseios e as aspirações mais profundas do povo do Zimbabwe.

«O Desenvolvimento da luta provoca novos apetites, leva a um processo de assimilação e rejeição. Quando começa, a luta é pela independência. Mas quando se desenvolve estimula novos apetites, apetites políticos, apetites económicos, em resumo, estimula a ambição. Com o prolongamento da luta verifica-se que alguns se revelam como incapazes de acompanhar o processo»

OUTRAS CONSEQUENCIAS DA LUTA ARMADA

«A Luta Armada criou condições favoráveis para a independência total e para o estabelecimento da democracia no Zimbabwe — disse o presidente Samora Machel que acentuou:

«Todas as iniciativas anglo-americanas que se verificavam no Zimbabwe, ou de quem for são resultado e consequência do avanço da Luta Armada».

Sobre o papel pretensamente da Grã-Bretanha no processo de luta no Zimbabwe o dirigente da revolução moçambicana disse que esse país não tem um papel neutro, muito embora não tivesse intervido quando foi da rebelião de Ian Smith, afirmando: «Não há neutralidade quando há guerra. Não há campo neutro. Não se fica no meio senão é-se queimado pelas balas. No campo de batalha não se fica no meio onde há cruzamento de fogo. É fácil determinar em que lado está a Grã-Bretanha na luta do Zimbabwe».

Sobre a posição dos Estados Unidos no mesmo processo o Presidente Samora Machel recordou que as chamadas iniciativas anglo-americanas surgiram menos de três meses depois da intensificação da Luta Armada, em Janeiro de 1976, tendo afirmado a propósito:

«Kissinger desloca-se então a África e pronuncia um discurso dizendo que há uma mudança da política americana em relação à África Austral. A verdade é que tanto a Inglaterra como os Estados Unidos procuram travar o desenvolvimento da cultura, da Luta Armada de Libertação, que restitui ao povo a sua dignidade, a sua personalidade, sem falar já da liberdade e independência, porque isso são direitos inalienáveis»

«Nasce Genebra. Mas a preocupação não é a Independência, mas descobrir o herdeiro da cultura. Herdar a cultura significa herdar o sistema, herdar as estruturas no espírito e na forma» — disse o Presidente Samora afirmando ainda sobre conferência de Genebra, que «o resultado foi Smith recrutar Muzorewa e Sithole para o seu lado»

«ACORDO INTERNO» NOVAS INICIATIVAS

*Analisando ainda as manobras de Ian Smith na mesma altura o Presidente Samora disse: «Ele então criou o ZUPO que é uma subsecção da Frente Rodesiana para poder ter penetração no seio dos negros. É uma subsecção vestida de pele negra».

«Desenvolve-se a luta» — continua Samora Machel — «e o Smith que descobriu alguns aspectos que favorecem o desenvolvimento do acto cultural do povo do Zimbabwe aparece com a iniciativa de guiar uma solução interna através dos seus fantoches. E os anglo-americanos dizem a Smith «Se tu consegues resolver desta maneira, nós apoiar-te-emos!».

Sobre o objectivo dos anglo-americanos ao terem permitido o Acordo Interno o Presidente Samora Machel concluiu afirmando:

«Os objectivos imediatos eram a desmobilização, a desorganização dos combatentes e da população, era tentar enganar o povo. Mas o Acordo Interno nasceu doente. É por isso que foram requisitados especialistas de toda a parte do mundo para o tratarem — porque nasceu doente»

(De: "Tempo", Maputo(414)1978-09-10)

UNE-NOS A PLATAFORMA FUNDAMENTAL DO
INTERNACIONALISMO PROLETÁRIO

— Presidente Samora Machel no banquete oferecido ao Presidente Agostinho Neto

"A unidade entre os Povos, Partidos e Estados dos nossos dois Países assenta em alicerces fundos, sólidos e indestrutíveis" – afirmou o Presidente Samora Machel ao usar da palavra, ontem, num banquete oferecido ao Presidente da República Popular de Angola. No seu discurso, o Chefe de Estado moçambicano salientou ainda que a plataforma fundamental dessa unidade é o Marxismo-Leninismo, o Internacionalismo Proletário.

Foram as seguintes as palavras do Presidente Samora Machel:

Estimado e respeitado Camarada Agostinho Neto,
Presidente do MPLA-Partido do Trabalho e
Presidente da República Popular de Angola

Estimada e respeitada camarada Maria Eugénia
Neto

Estimados camaradas da Direcção do MPLA-
Partido do Trabalho e do Governo da
República Popular de Angola

Excelências

Camaradas e Amigos.

Com a mais profunda emoção, alegria, carinho e respeito, o Povo moçambicano, a Frelimo e o Governo da República Popular de Moçambique desejam as mais calorosas e fraternais boas-vindas ao Camarada Agostinho Neto, Presidente do MPLA-Partido do Trabalho e Presidente da República Popular de Angola, à camarada Maria Eugénia Neto e à ilustre delegação do Partido e Estado que os acompanham.

Juntos lutámos, juntos vencemos. Juntos fomos cidadãos exilados de Pátrias sem nome. Passo a passo na longa marcha, gota de suor a gota de sangue no lago de sacrifícios que inunda as nossas Pátrias, juntos construímos a liberdade dos nossos Povos, a independência das nossas Pátrias, os fundamentos da sociedade socialista nesta parte do mundo. Este é o mérito histórico do MPLA e da FRELIMO, a raiz profunda e indestrutível da amizade e fraternidade eternas e crescentes que unem os nossos Partidos, Povos e Estados.

O Camarada Agostinho Neto surge na História da África, na História da nossa luta, na História de Angola, como um personagem maior que assume e

simboliza a determinação da África em conquistar a independência, a resolução dos Povos em edificar uma Sociedade Nova. O Camarada Agostinho Neto, como exemplo da resistência nacional, como combatente consequente da causa do socialismo, inspira e educa as novas gerações. A sua firmeza nas dificuldades, a sua lucidez diante das manobras do inimigo, a sua clareza política fizeram de si forjador de novos quadros da causa da liberdade e do socialismo.

A sua visita oficial a esta outra trincheira da dignidade dos nossos Povos, permite aos moçambicanos, permite aos militantes da Frelimo dizerem bem alto, «obrigado Camarada Neto», «obrigado MPLA», «obrigado Angola», pela grande contribuição dada para a vitória comum, para a vitória da África.

Estimado e respeitado Camarada Agostinho Neto

Coube ao Povo Angolano, coube ao MPLA, o mérito histórico de ter em primeiro lugar empunhado as armas contra o colonialismo português. Coube ao Povo Angolano, coube ao MPLA a glória de pela primeira vez ter imposto militarmente, uma derrota às forças agressivas, racistas e expansionistas de Pretória. Por isso as vitórias do Povo Angolano dirigido pelo MPLA constituem também conquistas e vitórias da África e da Humanidade.

Enquanto na Europa e mesmo na Ásia o imperialismo foi forçado a resignar-se perante a existência de países socialistas, tornando assim possível a coexistência pacífica e o desanuviamento, em África o imperialismo ainda desesperadamente tenta fazer recuar a História, mantém alto a sua agressividade na esperança vã de destruir as Democracias Populares em Angola e Moçambique.

Esta ferocidade criminoso, esta permanente agressão, revela a natureza real do imperialismo e

reflecte o facto de que a edificação de Estados de Democracia Popular em África colocou pela primeira vez o imperialismo perante a iminência da decapitação do capitalismo no nosso continente. O imperialismo reage com o desespero de um búfalo ferido de morte.

A correlação de forças nos nossos países, a experiência de sofrimentos dos nossos Povos, a consciência dos quadros forjada nas mais duras lutas pela defesa dos interesses das massas trabalhadoras, tornam irreversível a edificação das nossas Pátrias rumo ao Socialismo. Igualmente, no plano mundial, a existência do campo socialista como retaguarda segura dos nossos Estados e lutas, cria condições externas decisivas para a consolidação e desenvolvimento das primeiras zonas libertadas da África.

A solidariedade internacionalista de Cuba, da União Soviética e do conjunto da comunidade socialista por ocasião da II guerra de libertação de Angola ilustram esta realidade.

Camarada Agostinho Neto

O I Congresso do MPLA, em Dezembro de 1977, foi um acontecimento Histórico da mais alta importância e significado para o Povo angolano e toda a humanidade progressista. Ao constituir-se em Partido do Trabalho, em Partido marxista-leninista, ao traçar a estratégia da construção do socialismo em Angola, sintetizando as experiências de luta, os interesses e as aspirações do Povo angolano, o MPLA forjou instrumentos revolucionários essenciais à nova fase da luta.

Na edificação do Estado Democrático Popular, na reconstrução nacional, na criação de uma economia independente, próspera, planificada, ao serviço das largas massas trabalhadoras, na Educação, na Saúde, na elevação das condições de vida e bem-estar do Povo, as classes trabalhadoras angolanas dirigidas pelo MPLA-Partido do Trabalho alcançaram importantes vitórias que transformaram já radicalmente o face do País. São vitórias que consolidam a Independência e as conquistas populares e criam bases sólidas para a construção do socialismo na República Popular de Angola.

Fiel aos princípios do internacionalismo proletário, a República Popular de Angola é trincheira firme da Revolução em África, é base estratégica segura da luta de libertação dos Povos.

Estimado e respeitado Camarada Agostinho Neto

O Povo moçambicano dirigido pela Frelimo engaja-se com determinação e entusiasmo nas tarefas da revolução. Somos, como o Povo angolano e pelos mesmos motivos, alvos prioritários da agressão e das manobras do imperialismo no nosso continente. Permanecemos firmes e resolutos, na nossa trincheira de luta, defendendo e consolidando a nossa independência, afirmando a nossa personalidade, construindo as bases políticas, ideológicas, económicas, sociais e culturais da sociedade socialista.

Desde 3 de Fevereiro deste ano decorre a Campanha de Estruturação do nosso Partido de Vanguarda marxista-leninista. A Campanha manifesta o alto grau de mobilização, consciência política e engajamento revolucionário do nosso Povo, que assegura, pela sua participação entusiástica, a vitória da presente fase de estruturação do Partido:

Ao nível do Estado, o Povo moçambicano do Rovuma ao Maputo elegeu em Dezembro último os seus deputados à Assembleia Popular e às Assembleias do Povo, órgãos máximos do Poder a todos os níveis. A acção das Assembleias do Povo constitui já um passo decisivo na edificação do Estado de Democracia Popular no nosso País.

O Povo moçambicano engaja-se resolutamente na reconstrução nacional, na batalha da produção, na criação das bases para a planificação, na edificação duma economia independente e próspera ao serviço das largas massas. Nas aldeias comunais e nas cooperativas, nas fábricas e nos portos, nas escolas, nos hospitais e nas repartições, em todos os sectores, os trabalhadores moçambicanos assumem cada vez mais conscientemente a luta pela independência económica, pela eliminação da fome, da nudez, da ignorância, da doença e da miséria no nosso País, pela construção da economia socialista em Moçambique.

O Povo moçambicano dirigido pela Frelimo desenvolve continuamente na prática o seu espírito internacionalista, a solidariedade militante com a luta dos Povos oprimidos, particularmente dos Povos do Zimbabwe, Namíbia e África do Sul.

Estimado e respeitado Camarada Agostinho Neto

O avanço impetuoso da luta dos Povos no nosso Continente, as crescentes vitórias populares, em particular as dos Povos de Angola, Guiné-Bissau e Moçambique, alteraram profundamente a correlação de forças em África e forçaram o imperialismo a modificar a sua tática.

Face à derrocada inevitável e iminente dos últimos redutos do colonialismo, o imperialismo procura salvaguardar os seus interesses no quadro da dependência neocolonial. Só assim podemos compreender as apressadas iniciativas das potências imperialistas em relação à independência do Zimbabwe e da Namíbia. Tais iniciativas são fruto da luta dos Povos zimbabwano e namíbio e são também tentativas imperialistas de limitar tanto quanto possível o alcance das inevitáveis vitórias populares. Através dessas iniciativas o imperialismo procura recuperar terreno e manter a sua presença, sob a máscara de defensor da independência dos Povos.

Mas essa máscara assenta mal à face verdadeira

do imperialismo, que não é capaz de disfarçar convi-
centemente a sua natureza. As recentes manobras para
dividir a Frente Patriótica do Zimbabwe e os países da
«Linha da Frente» para travar a luta armada de liber-
tação nacional, são um exemplo claro das verdadeiras
intencções do imperialismo.

A natureza criminosa e agressiva do imperialismo
manifesta-se também cada vez com maior intensidade
no nosso Continente, lá onde as manobras não resul-
tam. São as agressões abertas contra os nossos Povos,
é a intervenção militar directa na República Árabe
Democrática do Sahara, no Zaire, no Tchad, nas Co-
mores, é o fornecimento de armamento nuclear ao
regime racista da África do Sul, é a ocupação e mili-
tarização crescente do Oceano Índico, é a tentativa
de criação de um exército de intervenção com a cum-
plicidade de fantoches e traidores africanos, é o fo-
mento da divisão, do expansionismo e do chauvinismo
para provocar conflitos armados entre países do nosso
Continente e destruir a Unidade Africana.

A Unidade dos Povos africanos é a nossa arma
fundamental na luta anti-imperialista. Ela deve assen-
tar numa plataforma qualitativamente nova, adequada
à presente fase da luta, cujo objectivo principal é a
conquista da independência económica pelos nossos
países. No quadro da Organização da Unidade Afri-
cana, a República Popular de Moçambique engaja-se
firmemente na construção desta plataforma de uni-
dade essencial.

Da maior importância para os nossos Povos e Es-
tados é ainda a batalha fundamental para aprofundar
a natureza e objectivos anti-imperialistas do Mov-
imento dos Países Não-Alinhados. Neste quadro se
deve situar a acção para consolidar e ampliar a aliança
política entre o Movimento e o campo socialista sua
retaguarda segura.

Estimado e respeitado Camarada Agostinho Neto

A unidade entre os Povos, Partidos e Estados dos
nossos dois países assenta em alicerces fundos, sólidos
e indestrutíveis. Une-nos o passado comum de sofri-
mento e resistência. Une-nos a luta comum, os longos
e duros anos de luta armada contra o colonialismo por-
tuguês e o imperialismo. Une-nos, especialmente, o
carácter popular da nossa luta, a definição correcta
do inimigo. Une-nos a plataforma fundamental do
Marxismo-Leninismo e do Internacionalismo Prole-
tário.

A República Popular de Angola e a República Po-
pular de Moçambique, o MPLA — Partido do Traba-
lho e a Frelimo o Povo angolano e o Povo moçam-
bicano estão e permanecerão unidos na luta pela cons-
trução do socialismo, como ontem na luta pela liber-
tação dos nossos países.

A cooperação entre os nossos Povos, Partidos e
Estados reforça-se continuamente. A assinatura re-
cente de acordos de cooperação no campo económico,

efectuado em Luanda, manifesta esta realidade, cujo
desenvolvimento em todos os campos consideramos de
maior importância.

A presente visita do Presidente Agostinho Neto
à frente de uma delegação do Partido e do Estado da
República Popular de Angola contribuirá decisiva-
mente para o reforço da nossa amizade, para o desen-
volvimento das nossas relações de cooperação solidé-
ria e militante em todos os sectores.

A terminar, peço a todos que me acompanhem
num brinde

**A amizade e solidariedade entre os Povos,
Partidos e Estados da República Popular de An-
gola e da República Popular de Moçambique;**

**A prosperidade da República Popular de
Angola;**

**A saúde do Presidente Agostinho Neto e
da camarada Eugénia Neto;**

**Ao desenvolvimento da cooperação entre os
Povos, Partidos e Estados da República Popular
de Angola e da República Popular de Moçam-
bique;**

A vitória do Socialismo.

A LUTA CONTINUA

(De: "Noticias", Maputo, 1978-09-17)

...the ...
...the ...
...the ...

FPLM TRAZEM AO POVO A CERTEZA DA VITÓRIA

— PRESIDENTE SAMORA MACHEL, AO RECEBER QUADROS SUPERIORES DA DEFESA, POR OCASIÃO DO 25 DE SETEMBRO

«Quando as Forças Armadas de novo se engajam como motor do processo, trazem ao nosso Povo a certeza de vencer, a certeza da vitória. Quando os militantes fazem um juramento isso traz-nos alegria, traz-nos satisfação e determinação» — afirmou o Presidente Samora Machel, em resposta a uma mensagem dos quadros superiores das FPLM lida por Armando Guebuza, Comissário Político Nacional das FPLM e Vice-Ministro da Defesa Nacional, durante uma cerimónia de cumprimentos ontem realizada no Palácio Presidencial.

A referida mensagem sublinhava que «ao nosso Partido, ao nosso Presidente e Comandante-em-Chefe, juramos que tal como durante a Luta Armada de Libertação Nacional seremos sempre, sob a sua sôbia direcção, o braço armado do Povo».

Naquela cerimónia da apresentação de cumprimentos ao Presidente da FRELIMO, Presidente da RPM e Comandante-em-Chefe das FPLM, por ocasião do Dia 25 de Setembro, estiveram presentes membros do Comité Político Permanente e altos responsáveis das Forças Populares de Libertação de Moçambique.

Na sua mensagem, as Forças Populares de Libertação de Moçambique, para além de saudarem com calor e carinho profundos o Comandante-em-Chefe das FPLM pela sua dinamização incansável do processo de transformação revolucionária, juraram fidelidade ao Povo, ao Partido e à Revolução.

Numa das suas passagens a mensagem sublinhava:

«Camarada Presidente e Comandante-em-Chefe das FPLM, nós, dirigentes e quadros das FPLM, queremos reafirmar-lhe a nossa completa fidelidade e lealdade a si, Camarada Presidente, o nosso engajamento total na luta pela construção do Socialismo na nossa Pátria, a nossa inteira fidelidade à linha política do nosso Partido

a FRELIMO, a nossa firme determinação de defender a integridade territorial e a independência e soberania do nosso País».

Em resposta, o Presidente da FRELIMO e da RPM recordou que, quando há catorze anos atrás os combatentes prestaram juramento, «houve quem considerasse o juramento como uma aventura, houve quem considerasse a nossa determinação como um acto de desespero. Os obstáculos e as dificuldades eram considerados intransponíveis, mas fomos constituindo, fomos trazendo, fomos fazendo com que se aproximasse cada vez mais essa realidade e que desaparecesse a ideia de que éramos aventureiros, éramos desesperados».

O dirigente máximo da Revolução Moçambicana acrescentou ainda que tudo havia sido possível porque «estávamos organizados e tínhamos a linha correcta do nosso grande Partido», o que permitiu que o inimigo fosse esmagado.

«Fomos construindo a felicidade para o nosso Povo — acrescentou o Presidente Samora Machel — fomos construindo o progresso e fomos fazendo do nosso País um País de paz. Por isso as Forças Armadas encontrarão sempre estímulo desde que saibam viver enraizadas no Povo. Encontrarão sempre a força nova, terão sempre nas suas fileiras os melhores combatentes, os melhores dirigentes».

(De: "Notícias", Maputo, 1978-09-26)



DOMINAR A CIÊNCIA E A ARTE MILITARES PARA

DEFENDER CONQUISTAS DA REVOLUÇÃO

—PALAVRA DE ORDEM TRANSMITIDA PELO PRESIDENTE SAMORA AOS
CADETES DO PRIMEIRO CURSO DA ESCOLA MILITAR DE QUADROS

O CARÁCTER DE CLASSE DAS FORÇAS ARMADAS DA R. P. M., A NECESSIDADE DE SEREM DIRIGIDAS E INTEGRADAS PELO PARTIDO E A ESTREITA LIGAÇÃO QUE DEVEM TER COM O POVO, FORAM ALGUNS DOS PONTOS MAIS SALIENTES DO DISCURSO DO PRESIDENTE SAMORA MACHEL NA CERIMÓNIA DE INAUGURAÇÃO DA ESCOLA MILITAR DE QUADROS EM NAMPULA, NA SEGUNDA-FEIRA. O DIRIGENTE MÁXIMO DA REVOLUÇÃO MOÇAMBICANA DESTACOU IGUALMENTE A IMPORTÂNCIA DA FORMAÇÃO DE QUADROS MILITARES TECNICAMENTE AVANÇADOS NESTA FASE EM QUE O INIMIGO NOS ATACA COM OS MEIOS MAIS MODERNOS, E A NECESSIDADE DE MANTER UM ALTO GRAU DE UNIDADE IDEOLÓGICA ENTRE OS CADETES, TENDO COMO SENTINELA A DISCIPLINA REVOLUCIONÁRIA.

É O SEGUINTE O TEXTO DO DISCURSO DO PRESIDENTE SAMORA MACHEL:

Camaradas membros do Comité Central da Frelimo;

Camaradas membros do Conselho de Ministros;

Camaradas Quadros das F.P.L.M.;

Camaradas, Comandantes, Professores, Conselheiros e Cadetes;

Caros Camaradas,

Inauguramos hoje a Escola Militar de Quadros.

Será a primeira Escola a nível universitário que formará quadros para as Forças Armadas. Quadros que terão como tarefa principal a defesa intransigente das conquistas alcançadas pelo Povo Moçambicano na sua fase actual de edificação da Sociedade Socialista. É portanto necessário que os cadetes que hoje iniciam o seu curso sejam os representantes autênticos das classes trabalhadoras, os filhos dos camponeses e operários da nossa Pátria. Esta primeira Escola Militar situa-se em Nampula. Foi aqui que o

colonialismo português, laçao do imperialismo mundial, tinha instalado o quartel-general do seu exército de agressão contra o Povo Moçambicano. Aqui foram planeados os massacres, traçadas as formas dos aldeamentos. Daqui partiram os aviões que derramavam o napalm sobre o solo fértil do nosso País destruindo vidas e bens, daqui partiram os comandos que praticavam o genocídio da nossa população, daqui partiram os assassinos, os espíões. Aqui, nestas mesmas instalações, vivia e praticava a corrupção da população, a soldadesca colonial.

O facto de podermos hoje instalar nestes mesmos locais uma Escola Militar só foi possível graças ao sacrifício consentido, à heroicidade dos melhores filhos da Pátria Moçambicana que durante 10 gloriosos anos de luta armada derramaram o seu sangue, entregaram as suas vidas preciosas, a sua juventude à causa da Revolução. Pres-tamos pois homenagem a esses heróis, que nas várias frentes de luta nunca vacilaram um instante para que hoje fôssemos livres, soberanos e independentes.

**FORMAÇÃO POLITICA
E IDEOLÓGICA
DOS QUADROS
É UM FACTOR DECISIVO**

Caros Camaradas,

O aparecimento desta Escola Militar não é produto do acaso. Ela situa-se no contexto da estratégia política da Frelimo e das FPLM de formar quadros.

Na aplicação da linha política do Partido, na realização das tarefas do Estado, na implementação das decisões superiores dos órgãos dirigentes das Forças Armadas, os quadros, a sua formação, a sua capacidade de execução, são sempre um factor decisivo.

Não havendo uma linha política correcta, não podem surgir orientações justas em que os homens possam assumir os princípios, em que os homens sejam capazes de os materializar criadoramente na prática, nas condições concretas.

Desde a criação da FRELIMO em 1962, desde o aparecimento do nosso Exército Popular de guerrilha, que a questão da formação dos quadros se situou sempre entre as principais prioridades. Em todos os momentos prestámos sempre a maior atenção à resolução da contradição entre a escassez existente dos meios humanos e materiais e as exigências políticas crescentes, as exigências científicas e técnicas determinadas pelos problemas enfrentados.

Desde a sua fundação que a FRELIMO se preocupou com a criação de centros de formação político-militar. Começámos com o campo de Kongwa onde foram formados os primeiros combatentes do 25 de Setembro de 1964. Mais tarde, em 1965, fundámos um novo campo em Nachingwea, que viria a transformar-se num verdadeiro viveiro de quadros para a Revolução e fonte permanente de inspiração na fase actual de Reconstrução Nacional. Viveu-se ali uma verdadeira epopeia. Numa zona árida e com falta de água, conseguimos criar um verdadeiro oásis de verdura com lagoas que cavámos com as nossas mãos. Fizemos daquele campo uma verdadeira retaguarda estratégica para os nossos combatentes e população das zonas libertadas do nosso País. Ali formámos os nossos quadros, não só politicamente mas também dentro das diversas especialidades que o avanço da luta armada de libertação nacional exigia.

Nachingwea foi uma das importantes frentes de batalha na luta contra o colonialismo português. Alguns dos quadros do Comando desta Escola viveram e participaram na epopeia de Nachingwea e nas suas palestras não deixarão por certo de as narrar.

NECESSITAMOS DE DOMINAR A CIÊNCIA E A ARTE MILITARES MODERNAS

O estudo da ciência e arte militares que hoje se desenvolve, enraiza-se na tradição forjada durante a nossa luta, do estudo e síntese das nossas experiências. O estudo foi sempre uma das palavras de ordem das FPLM. A troca de experiências, a sua síntese e a elevação desta à categoria de leis científicas foram uma prática de 16 anos de FRELIMO e das FPLM.

Esta Escola é o produto do nosso crescimento e das novas exigências da fase actual. Quando os inimigos da Revolução Moçambicana se armam com

meios mais modernos de destruição, é necessário que possamos defender a integridade territorial do nosso País e as conquistas da Revolução, e para isso necessitamos de dominar a ciência e a técnica militares modernas. A formação que irão adquirir nesta Escola é um passo para a resolução de algumas exigências.

A arte e a ciência militar que ensinamos nesta Escola são fruto da luta secular dos povos de todo o Mundo. O Povo Moçambicano deu também uma valiosa contribuição nas guerras de resistência que desencadeou contra as invasões estrangeiras ao nosso País ao longo de séculos. Teremos que estudar e investigar a arte militar dos nossos antepassados e sobretudo a tradição de resistência dos grandes chefes militares do passado, desde Bongo ao Maguiguana. Teremos depois que aprofundar o estudo das guerras patrióticas e revolucionárias dos outros povos que nos serviram de inspiração e referência durante a Luta Armada de Libertação Nacional. Aprendemos da guerra de libertação da Argélia, da longa epopeia dos Povos chinês, vietnamita, laociano, cambojeano, coreano, cubano, angolano, cabo-verdiano e guineense, assim como da luta do Povo soviético contra o nazismo na Segunda Guerra Mundial. Aprendemos de todas as lutas populares os novos desenvolvimentos que a ciência e a tecnologia determinam na estratégia e tática militares.

Na nossa luta armada de libertação nacional contra o colonialismo português e o imperialismo sóbemos sintetizar de maneira criadora a experiência dos outros povos e os chefes militares moçambicanos destroçaram as maiores ofensivas do inimigo, entenderam a luta armada a mais de metade das províncias do nosso País e libertaram o território nacional integralmente, levando o inimigo à capitulação total e rendição sem condições. Esta nossa experiência, este nosso contributo à causa da Paz e ao progresso do socialismo científico deve ser obrigatoriamente objecto de estudo e investigação mais profundas dos professores e cadetes desta Escola de forma a que as gerações vindouras possam recordar e conhecer com profundidade e minúcia as grandes fases, batalhas e vitórias alcançadas pelo nosso Povo na sua libertação. Para que quando disserem, fizemos a guerra para conquistar a Paz, estejam perfeitamente conscientes dessa afirmação.

Para que saibam distinguir as guerras justas de libertação, das guerras imperialistas de conquista e dominação.

INTERNACIONALISMO PROLETÁRIO

Camaradas,

Uma das dimensões fundamentais da nossa linha política é o internacionalismo proletário. É na base do internacionalismo proletário que integramos as experiências fecundas dos povos irmãos e as fazemos nossas, como igualmente, integramos a nossa experiência no património comum para o desenvolvimento e progresso da Humanidade.

Foi a dimensão do internacionalismo proletário que nos conduziu no passado como no presente a enviar os nossos quadros para estudarem, aprenderem nas escolas e academias dos países irmãos. É essa mesma dimensão que justifica a presença de companheiros de armas de exércitos irmãos nesta Escola.

A presença de conselheiros e professores soviéticos nesta Escola é uma contribuição muito valiosa para a transformação do nosso Exército de guerrilha num poderoso Exército regular, dotado da mais avançada tecnologia contemporânea. A presença dos camaradas soviéticos corresponde aos interesses do nosso Povo, obedece aos princípios do internacionalismo proletário. Eles têm a tarefa de transmitir os seus conhecimentos científicos e de nos fornecer os instrumentos necessários de análise para sintetizar as nossas experiências, elevá-las ao nível da ciência e assim enriquecer o património comum.

ESCOLA DEVERÁ SER CENTRO DE UNIDADE

Caros Camaradas,

Esta Escola Militar destina-se a formar parte dos quadros das Forças Armadas. Formará homens que terão o trabalho militar como tarefa principal.

A Escola é para formar quadros militares que se caracterizam pelo elevado espírito patriótico, a fidelidade ao Partido, o espírito internacionalista, os conhecimentos científicos aprofundados das técnicas e táticas militares.

Esta escola deverá ser um Centro que, permanentemente, consolidará a unidade.

A unidade só existe unindo o Povo, não em torno de princípios abstratos, mas sim no trabalho quotidiano,

no suor do esforço comum.

A nossa unidade tem corpo e como tem corpo necessita de alimento. No contacto diário alimentamos a nossa unidade. Na discussão que fazemos, na marcha organizada alimentamos a nossa unidade. No refeitório, no dormitório, no trabalho manual alimentamos a nossa unidade.

São os saís que alimentam a árvore com raízes profundas. Nós somos os saís que alimentam a unidade. É por isso que dizemos que a nossa unidade tem corpo, tem uma vida orgânica que se manifesta nas nossas relações, no trato, na linguagem.

O asseio não é somente ao nível da roupa, ao nível do corte de cabelo, do corte das unhas, higiene do quarto, mas também ao nível da linguagem. O viver dos exércitos capitalistas caracteriza-se por uma linguagem estúpida. Quanto mais estupidez inventam mais valentes são. Quanto mais bêbado é — o que destrói a unidade porque destrói a disciplina — quantos mais calões conhece, melhor quadro é do capitalismo. É por isso que dizemos que a nossa unidade se manifesta no comportamento de cada um.

Não podemos falar de Pátria, não podemos falar de patriotismo sem a unidade. Quando dizemos unidade referimo-nos à unidade política, unidade ideológica, unidade em todos os campos. Referimo-nos à Unidade Nacional, aquilo que faz do nosso País uma Nação.

IMPORTANCIA DA DISCIPLINA

Nós dizemos: É preciso matar a tribo para que nasça a Nação. É preciso matar o racismo para que nasça a igualdade entre os homens, para liquidar os complexos de superioridade racial.

Mas para que essa unidade seja diariamente fortalecida é preciso que a disciplina activa e dinâmica de todos nós a alimente criadoramente. A nossa unidade alimenta-se da nossa disciplina. Como militares que somos, só uma disciplina activa e dinâmica.

A disciplina activa manifesta-se pela alta sensibilidade para todas as tarefas que lhes são exigidas. questões, questão social, questão política e questão militar. Mas para um conteúdo do ensino. O estudo da História militar ter uma alta sensibilidade tória do FRELIMO, da História de Moçambique, do Materialismo Dialéctico, do Materialismo Histórico, da Economia Política e do Comunismo Científico, devem ocupar uma parte

mais alto, que é o cérebro.

A disciplina nesta questão militar é a sentinela da nossa unidade. A disciplina tem de ser colocada no posto de comando no exército. Ser bom militar significa ser bom político.

Esta disciplina activa assegura-se na permanente vigilância perante pequenas faltas ideológicas, os pequenos desvios do dia a dia, o asseio da linguagem; exerce-se não só individualmente mas também em relação aos outros.

Nas relações com os professores, nas relações com a população, nas relações entre eles próprios, em cada realização, os cadetes devem pôr em prática estes princípios que orientam a nossa vida.

É assim que construiremos e consolidaremos cada vez mais a nossa unidade e seremos capazes de defender através da disciplina conscientemente assumida em cada uma das nossas actividades.

Para atingir estes objectivos para além do programa escolar, no seu sentido estrito, a escola deverá ter um programa mais vasto.

LIGAÇÃO COM O PARTIDO E O POVO

As FPLM são o braço armado do Partido e do Povo. Quer isto dizer que elas só existem, só cumprem a sua tarefa quando inteiramente integradas no corpo harmonioso que constitui o Partido. A ligação com o Partido, a ligação com o povo são ligações permanentes orgânicas.

O Partido aevera estar presente nesta escola em diferentes níveis. Deve estar presente pelas seus membros.

É praticamente impossível poder-se cumprir com as tarefas que são exigidas da Direcção da escola se esta não for composta por quadros provados do Partido.

Os alunos, eles próprios têm necessariamente que vir das fileiras do Partido e da OJM. Não podemos admitir alunos que não venham por estes canais, porque necessariamente seriam incapazes de assumir as tarefas que lhes são exigidas.

O Partido está ainda presente no conteúdo do ensino. O estudo da História de Moçambique, do Materialismo Dialéctico, do Materialismo Histórico, da Economia Política e do Comunismo Científico, devem ocupar uma parte

importante das actividades escolares dos alunos de maneira a formá-los política e ideologicamente.

Este, não pode ser um estudo meramente livresco. É um estudo que se materializa na prática quotidiana da escola, que se materializa no comportamento quotidiano dos alunos. É um estudo teórico, mas um estudo teórico que se torna prática, que é verificado pela prática.

É necessário um esforço, particularmente dos professores, para que o estudo de certas matérias como o Materialismo Dialéctico, o Materialismo Histórico, a Economia Política, e o Comunismo Científico, não sejam feitos de maneira abstracta, independentemente da realidade moçambicana, ou utilizando a realidade moçambicana apenas como um mero ponto de referência. Pontos de referência, fontes de inspiração, são as realidades vividas por outros processos revolucionários; a nossa, essa constitui sempre o ponto de partida e a essência.

VALORIZAR A NOSSA EXPERIÊNCIA DE LUTA

A experiência histórica do nosso Povo, do nosso Partido constituem uma nova experiência no movimento comunista internacional que importa valorizar devidamente. O Partido surge no seio da frente larga. Desenvolvemos o processo da Revolução Democrática Nacional durante o próprio processo da Guerra Popular de Libertação, instaurámos a Democracia Popular no momento mesmo da proclamação da nossa Independência. O Marxismo-Leninismo surge entre nós como produto da nossa luta, como fruto da luta de classes e do debate de ideias desenvolvidas no seio da Frente. Subestimar estes factores, tornar secundárias estas realidades, e privar o Marxismo-Leninismo da pujança de vida que ele possui em Moçambique, é reduzi-lo a imagens e figuras estereotipadas, a pálidas cópias do exterior.

Assim, o Materialismo Histórico deve ser estudado tendo como fundamento a sociedade real moçambicana nas suas características específicas da evolução histórica.

É portanto necessário que os membros do Comité Central do Partido, da Direcção das FPLM, Quadros veteranos e elementos do Governo, assim

como outros quadros do Partido sejam escalonados para virem realizar palestras e dirigir seminários nesta Escola Militar.

O Materialismo Histórico, o Materialismo Dialéctico, a Economia Política e o Comunismo Científico podem ser correctamente entendidos à luz da História do Partido, da História de Moçambique, do relatório ao III Congresso, das Directivas Económicas e Sociais e doutros documentos do Partido e do Governo.

De particular importância na Escola Militar é o estudo da História Militar Moçambicana, das tradições militares do nosso Povo. Ao longo de toda a nossa História se combateu invasores e conquistadores escravagistas, feudais e capitalistas. De 1964 a 1974 travámos e ganhámos a Guerra Popular de Libertação. De 1974 para cá temos feito face a um novo tipo de agressões imperialistas em que as acções militares se combinam com as acções políticas e económicas no quadro duma estratégia visando a liquidação do poder da classe operária e do seu aliado fundamental o campesinato.

Nestes sucessivos combates, em especial no processo da Guerra Popular de Libertação, desenvolvemos a ciência militar da nossa classe. Nesse sentido, uma das obrigações da Escola Militar é a promoção da investigação da nossa história militar mais recente. As batalhas como o Nó Górdio, Travessia do Zambeze, a ruptura dos eixos Beira/Chimoio, Beira/Inhanga, Niassa Oriental/Zambézia, as batalhas actuais para a defesa da nossa soberania e para rechazar as agressões de Ian Smith devem ser objecto de investigação, estudo, debate e teses.

Este estudo exige que quadros do Partido e das Forças Armadas que não estão na Escola venham aqui dirigir e orientar debates. A Escola deverá saber ir às Zonas Libertadas, às antigas zonas de combate, para, junto das massas, dos combatentes veteranos, aprender as ricas experiências do nosso Povo.

A ligação da Escola Militar com o Povo não se pode operar apenas ao nível da investigação. Tem que ser uma ligação orgânica que permita uma constante identificação com o Povo trabalhador nos seus interesses mais legítimos. A Escola deve estar ligada à unidade de produção.

Com fábricas, empresas estatais, Aldeias Comuns, Cooperativas de Produção, Hospitais, Escolas de outros níveis, Repartições, Bairros. Essas

relações devem ser baseadas na troca de experiências, no apoio a essas unidades, que tanto pode ser no campo cultural como desportivo ou recreativo. Com acções concretas, valorizar a nossa tradição de trabalhar com o Povo, ser um destacamento avançado e dinâmico de difusão da linha do Partido junto das largas massas. Saber trabalhar junto da juventude, despertar nas crianças, promover entre os jovens, operários e camponeses, estudantes, o amor pelas Forças Armadas, o espírito de defender a Pátria.

INIMIGO VAI LUTAR CONTRA ESTA NOVA FRENTE

Caros Camaradas,

Um aspecto particularmente importante para a Escola é a sua ligação com a prática nas unidades das FPLM. A Escola tem que estar integrada nas experiências de preparação combativa adquiridas nas brigadas, batalhões, companhias, ela deve estar integrada nas experiências ricas das unidades que na fronteira neutralizam os ataques do inimigo.

Os alunos e professores deverão regularmente estagiar nas unidades para apreenderem as suas experiências negativas e positivas.

A Escola não termina a sua missão com o diploma de fim do curso. A nossa experiência é de que a formação de quadros é permanente. O quadro está sempre em formação, o estudo é uma exigência. Este não termina com a concessão de um título nem com o ciclo. A Escola por isso deve-se organizar para prestar assistência aos que se encontram nos postos de trabalho. Assistência sob a forma de seminários e reciclagens. Assistência em cursos por correspondência. Assistência no fornecimento de literatura científica e técnica.

Leçamos a nossa bandeira revolucionária neste novo posto de combate, nesta nova frente. Temos a experiência em como a abertura de uma nova frente constitui sempre o alargamento do alvo que oferecemos ao inimigo.

Ele reagirá. Quando o inimigo reage é porque o que estamos a fazer é correcto. Quando nos apoia é porque há qualquer coisa de negativo.

Ser apoiado pelo inimigo é mau mas ser insultado por ele é uma coisa boa.

Se começarmos a provocar distúrbios na população o inimigo vai-nos elogiar ou atacar? Se começarmos a desrespeitar as senhoras casadas o inimigo vai-nos atacar?

A nossa experiência é triste, companheiros. Sabemos que o inimigo reagirá. Vai lutar contra esta nova frente.

Através de uma gota de orvalho pode-se ver o brilho da lua. Isto significa que por aqui poderemos ver o que será o nosso exército dentro de dez anos.

No cumprimento da sua missão o inimigo infiltrará agentes físicos que procurarão aliados entre nós. O inimigo procurará estudar o gosto de cada um. Procurará fazer das fraquezas de cada um pontos de recrutamento. O vício é a base do recrutamento.

Infiltrará também agentes morais para minar as nossas ideias e reforçar as suas fileiras com concepções, atitudes e comportamentos estranhos à nossa ideologia.

O inimigo estimulará o racismo, estimulará o tribalismo e o regionalismo, instrumentos de que sempre se serviu para criar a divisão no nosso seio. Estudem os documentos da Fretilimo sobre o regionalismo, tribalismo e racismo. Estes são os instrumentos do inimigo. Mesmo durante a penetração para conquistar o nosso País, o inimigo utilizou estes instrumentos.

O inimigo utilizará também o racismo e o chauvinismo para denegrir a nossa amizade e solidariedade para com os Países Socialistas. Ele apresentará estes países como novos colonialistas e alguns vão aceitar.

O inimigo estimulará o individualismo e o subjectivismo. Reavivará o passado de cada um para, com base nos aspectos negativos, dividir os cadetes com as barreiras dos complexos de inferioridade e de superioridade, procurando assim implantar o elitismo nesta Escola.

O inimigo procurará introduzir no nosso seio o desprezo pelo trabalho manual, como se houvesse contradição entre este e o trabalho intelectual. Procurará fazer-nos esquecer a nossa posição de classe para nos separar do Povo.

Ele tentará sempre implantar os seus aliados no nosso seio. Nuns casos

esses aliados, serão a ambição, outros o gosto pela bebida. Encontrará aliados na imoralidade, na indisciplina, na falta de pontualidade, no relaxamento, na desorganização, na falta de programa, na ociosidade. Se encontrar aliados em nós, transformará esta Escola que é nossa, em escola dele. Se encontrar aliados em nós, é porque içámos a bandeira da revolução para melhor a combater e traír.

Todas estas manobras de divisão serão utilizadas pelo inimigo para minar a unidade dentro da Escola. Ao procurar minar a nossa unidade, o inimigo estará a tentar neutralizar uma das armas fundamentais para a defesa intransigente da integridade do nosso território.

É por isso que dizemos que esta Escola deve ser um centro de luta. Um centro de luta contra a reacção. Um centro de luta contra o capitalismo e a exploração. Um centro de luta contra o racismo. Um centro de luta contra o tribalismo e o regionalismo. Um centro de luta contra a ambição e o elitismo, contra a imoralidade e o relaxamento, contra a desorganização, contra a preguiça, o liberalismo, a anarquia e a indisciplina. Um centro de luta contra os vícios que caracterizam os exércitos sem Partido.

Caros Camaradas,

Queremos com particular carinho saudar os camaradas soviéticos nossos irmãos de armas que aceitaram sacrifícios para fazer viver esta Escola. Encontram-se em Moçambique no cumprimento do dever do internacionalismo proletário, porque consideram a defesa da Revolução Moçambicana como sendo a defesa da própria Revolução Soviética. Saíram da sua pátria, deixando longe, tarefas exaltan-

tes e necessárias, deixaram longe os seus familiares e amigos, o conforto da terra-mãe para apoiar a edificação do Exército irmão.

No nosso contacto com eles temos aprendido o valor do seu exemplo. Este é um exemplo de ciência, competência, dedicação, espírito de trabalho árduo, vontade de transmitir os conhecimentos e capacidade de exigir o cumprimento das normas. Saudamos esse exemplo e desejamos que continuem assim a representar o Partido e as Forças Armadas da URSS.

Saudamos o comando da Escola e desejamos que continuem a nossa tradição de modéstia em saber aprender. De simplicidade e de espírito de trabalho. Fazer das dificuldades nossas lições. Saber resolver os problemas mais agudos e saber a síntese deles. Só aprendendo se pode dirigir e dirigir significa aprender diariamente. Nunca é demais aprender. Só aprendendo se pode dirigir.

Saudamos os primeiros cadetes desta Escola Militar. A eles confiamos a bandeira gloriosa da Produção, Estudo e Combate que foram as palavras de ordem que nos conduziram sempre à vitória. Que o Povo seja sempre a nossa fonte de inspiração.

Viva a Frelimo, Partido de Vanguarda da Revolução Socialista!

Viva o Povo Moçambicano unido do Rovuma ao Maputo!

Vivam as Forças Populares de Libertação de Moçambique, braço armado do Povo Moçambicano!

Viva o Internacionalismo Proletário!

A Revolução vencerá!

O Socialismo triunfará!

A LUTA CONTINUA!

(De:Noticias", Maputo, 1978-10-04)

AS VITÓRIAS DO HOSPITAL CENTRAL
SÃO EXEMPLO PARA TODO O PAÍS

- Presidente Samora Machel aos trabalhadores da Saúde

As vitórias alcançadas quer no processo de transformação revolucionária do Hospital Central do Maputo desencadeado nos últimos dois anos quer na Campanha Nacional de Estruturação do Partido de Vanguarda - a Frelimo foram os aspectos dominantes da análise feita pelo Presidente da Frelimo e da República Popular de Moçambique Samora Machel, durante a visita efectuada na manhã de ontem àquele centro hospitalar da capital do País.

A seguir divulgamos na íntegra o importante discurso na ocasião proferido pelo mais alto dirigente da Revolução moçambicana ao longo do qual apreciou os avanços alcançados nos diversos sectores daquele Hospital-Piloto, exortando ao mesmo tempo os seus trabalhadores a prosseguirem o combate pela transformação do HCM de modo a que as vitórias aqui alcançadas constituam um exemplo para todo o País.

**Camaradas membros do Comité Central da Frelimo,
Camaradas membros do Conselho de Ministros da
República Popular de Moçambique,**

**Camaradas militantes internacionalistas que vêm
apoiar o Povo moçambicano na frente da Saúde,**

**Camaradas e amigos trabalhadores do Serviço Nacio-
nal de Saúde:**

No dia 6 de Outubro de 1976 nós estivemos reunidos com os trabalhadores do Hospital Central do Maputo. Estivemos reunidos para estudar colectivamente, e em conjunto encontrarmos solução para alguns dos problemas da saúde do nosso Povo trabalhador.

Nessa reunião nos analisámos a grave situação em que se encontrava o Hospital Central, a qual foi já referida na Mensagem dos Trabalhadores, e traçámos orientações concretas que permitiriam ultrapassar essa situação.

Durante estes dois anos nós seguimos de perto a evolução do Hospital e fomos tomando conhecimento:

- do esforço organizativo dos trabalhadores, sobretudo através da criação, funcionamento e dinamização dos Conselhos de Base;
- do crescimento dos Conselhos, o qual conduziu, entre outros aspectos, à necessidade de se

estangalharem as velhas estruturas intermediárias coloniais e à criação, em seu lugar, dos actuais Departamentos;

- da nitida melhoria verificada nalguns Serviços nomeadamente nos Serviços de Pediatria, Maternidade e Urgência;
- do significativo aumento de participação das massas na vida do Hospital, assim como a uma maior unidade Povo-Hospital;
- da forma enérgica e determinada como os trabalhadores, orientados pela Comissão de Reestruturação souberam ripostar as manobras subversivas do inimigo, o qual procurava sabotar o processo de transformação revolucionária do Hospital.

Mais recentemente assistimos à forma entusiástica como os trabalhadores do Hospital Central se engajaram na Campanha de Estruturação do Partido ao nível do Hospital. Por outro lado começámos a assistir a uma diminuição progressiva das queixas das populações. Ai saudamos-vos. Foi porque assumiram em profundidade o que significava a ligação Povo-Hospital e o contacto directo. Cada organismo humano constitui a nossa oficina, o nosso laboratório.

Hoje visitámos de novo o Hospital e ouvimos a Mensagem dos Trabalhadores, na qual se sintetiza a

actividade por eles desenvolvida ao longo dos últimos dois anos.

E devemos afirmar com satisfação e alegria que tanto a visita como o vosso relatório nos impressionou favoravelmente. Há progresso no Hospital Central. Nota-se mais asseio, mais higiene, mais disciplina, mais organização do que há dois anos. Ficámos particularmente impressionados com a visita à Pediatria e à Maternidade.

Quando a Direcção do Partido interveio no Hospital Central do Maputo, há dois anos, dois dos pontos mais sensíveis eram a Pediatria e a Maternidade.

Os progressos registados nesses Serviços são realmente notáveis. Os doentes são melhor tratados, as condições de higiene e organização estão melhores e a mortalidade diminuiu sensivelmente, em especial na Pediatria. Temos conhecimento que estava a 29 por cento, hoje baixou para 15 e às vezes 13. Quer dizer que temos de reduzir para zero. O nosso objectivo é de reduzir para zero. Nos países industrializados, países onde instauraram o Poder Popular, países onde realmente o Povo participa efectivamente exerce o Poder, o casal planifica para ter dois filhos porque sabe que vão viver. Planifica para ter um filho e esse filho vai viver. Nós não podemos ainda fazer isso. É preciso fazer 10 filhos para sobreviverem quatro. Por isso queremos dirigir uma saudação especial aos trabalhadores da Pediatria e da Maternidade.

Saudamos a Comissão de Reestruturação e a Direcção do Serviço de Pediatria pela sua decisão de permitir a presença das mães nas Enfermarias de Pediatria, acompanhando os filhos doentes. Isto escangalha os esquemas habituais. Muitos dos que estavam habituados às estruturas colonialistas faziam das Enfermarias mitos, segredo. Quem está nas Enfermarias realmente? Não é a nossa mãe, o nosso pai, o nosso irmão, o nosso filho, a nossa filha, então onde está o segredo? Com esta prática originária escangalhámos todos os esquemas tradicionais da medicina capitalista, a presença das mães acompanhando os seus entes queridos. Por isso dizemos: «mãe acompanhante» é uma solução popular que veio modificar radicalmente a situação das crianças internadas. Este é um exemplo a seguir em todo o País.

Todos estes aspectos que fomos constatando ao longo dos dois anos e que vimos comprovar hoje aqui no Hospital, demonstram sem margem para dúvida que:

- a) A nossa análise sobre a situação no Hospital Central era correcta;
- b) As orientações do Partido aos trabalhadores do Hospital eram de facto aquelas que respondiam da melhor forma aos anseios das massas.

Demonstram finalmente, e sobretudo, que os trabalhadores do Hospital Central do Maputo, orientados pela sua Comissão de Reestruturação, souberam assu-

mir e aplicar criadoramente tais orientações, contribuindo assim decisivamente para os avanços verificados nestes dois anos.

Podemos afirmar que, no essencial, as tarefas atribuídas pela Direcção da Frelimo ao Hospital Central foram cumpridas. O Hospital Central do Maputo melhorou bastante. Por isso queremos felicitar a Comissão de Reestruturação pelo seu trabalho. Por seu intermédio felicitamos todos os trabalhadores do Hospital Central do Maputo.

Queremos também dirigir uma saudação muito especial às camaradas da OMM, pela grande contribuição que deram para os êxitos alcançados no Hospital, nomeadamente ao nível dos Serviços de Pediatria e Maternidade. A sua acção militante constitui um grande exemplo de engajamento da mulher nas tarefas da Revolução.

Camaradas,

Os sucessos conseguidos ao nível do Hospital Central nestes dois anos devem ser motivo de alegria, motivo de satisfação para todos nós, pois eles representam avanços concretos na luta do nosso Povo pela melhoria da sua vida, eles representam um passo em frente na via da Revolução Democrática Popular rumo ao Socialismo. Com orgulho afirmamos hoje que, em certos aspectos, o Hospital Central do Maputo é já o Hospital-Piloto, o Hospital-Modelo do País, é o exemplo a seguir pelas restantes estruturas sanitárias do País.

Mas não devemos enbrigar-nos com essa alegria, nem devemos adquirir espírito de vitória. O inimigo vai reagir com toda a força, vai reorganizar-se, vai utilizar métodos mais subtis, mas sempre utilizando elementos que vivem connosco. Elementos que estão no nosso seio fisicamente mas que as ideias, a cabeça está noutro lado, lado para onde estão apontados os canos das nossas armas, lado definido como zona a ser destruída. Registamos sucessos, mas ainda temos deficiências. Essas deficiências às vezes são ao nível político, ao nível de consciência e às vezes insuficiências técnicas. Quer dizer falta de conhecimento. Alguns recusam cursos de reciclagem porque não têm nada que aprender de novo, sabem tudo e assim transformaram-se eles próprios em centro das insuficiências e de deficiências e, portanto, centro de recrutamento do inimigo. No Hospital persistem ainda alguns comportamentos, vícios e atitudes que não estão de acordo com a nossa linha, que não servem o Povo, mas sim o inimigo.

As queixas do Povo diminuíram, mas não terminaram ainda.

Por isso temos de prosseguir e aprofundar cada vez

mais o processo de transformação revolucionária do Hospital.

A satisfação por aquilo que hoje somos não deve nunca levar-nos a esquecer o que queremos ser.

Nós dizemos frequentemente que é necessário politizar a Saúde, a medicina, que é necessário politizar os Serviços de Saúde. Politizar os instrumentos, quer dizer dar aos instrumentos um conteúdo político. Os Serviços de Saúde tal como os Serviços de Educação, a Polícia, a Loja, a Fábrica, tudo tem um conteúdo em função da natureza do Poder que existe. Dizemos isso porquê?

Porque não há saúde neutra, hospital neutro, como não há educação neutra, escola neutra. Os Serviços de Saúde, tal como os Serviços de Educação, a Polícia, os tribunais, a loja, a fábrica, tudo tem um conteúdo em função da natureza do poder que existe. Nos países capitalistas, sejam eles fascistas, colonialistas ou de «democracia burguesa», os Serviços de Saúde são concebidos para explorar as massas e o Hospital é um dos centros de maior exploração.

Num hospital capitalista o doente não é tratado em função da sua doença, mas sim em função do que pode pagar.

No nosso País, assim como nos outros países socialistas e de orientação socialista, que constituem a zona libertada da Humanidade, porque o poder nos pertence, porque são as classes trabalhadoras que dirigem a Sociedade, tudo se destina a libertar o Homem, a servir o Povo.

Assim se passa com os Serviços de Saúde, com os Hospitais. Para nós a Saúde é um capital revolucionário que deve ser cuidadosamente preservado. Lutar pela Saúde das massas é uma das preocupações centrais da Frelimo.

Como é que deve ser então o nosso Hospital? Como é que ele se demarca do Hospital capitalista?

O nosso Hospital deve ter como tarefa central libertar o Povo da doença, proporcionando boas condições físicas e espirituais aos operários, camponeses, aos combatentes, aos trabalhadores em geral, para que estes estejam em condições de cumprir as tarefas em que estão engajados. Mas não só.

O nosso Hospital deve ser mais do que um centro de distribuição de medicamentos e de curativos. Ele deve ser também uma escola de formação política, ideológica e técnica dos trabalhadores e dos doentes, um centro onde se liberte o Homem de ideias erradas. Neste quadro o nosso Hospital deve ser:

- um centro de educação sanitária e de difusão de bons hábitos higiénicos;
- um centro de alfabetização dos trabalhadores, dos doentes e convalescentes;
- um centro de difusão da linha política do Partido.

No nosso Hospital não deve existir inactividade.

não deve existir ociosidade, nem dos trabalhadores, nem dos doentes. Todos devem ter tarefas de acordo com a sua situação específica.

Não devemos desprezar a mínima oportunidade para elevar a consciência política e o nível de conhecimentos do nosso Povo.

Uma característica fundamental do nosso Hospital será sempre a sua íntima união com as massas. O Hospital serve as massas, as massas apoiam o Hospital na produção, na limpeza, na organização.

Cada trabalhador do nosso Hospital deve ser um modelo permanente de simplicidade, de modéstia, de disciplina de organização, de higiene. Deve observar o máximo respeito e delicadeza no trato com os doentes e seus familiares. Nada de arrogância nem prepotências para com os doentes.

Em suma: nós queremos que o nosso Hospital seja um centro de unidade nacional e de classe, um centro de purificação de ideias, um centro de propaganda revolucionária e organizacional, uma base sólida da nossa Revolução.

Camaradas.

Vimos pois o que somos agora e o que queremos vir a ser. A questão que se coloca é: Como avançar? Quais as tarefas da fase actual?

A tarefa prioritária ao nível do Hospital Central do Maputo é a estruturação do Partido, é a implantação da Frelimo no Hospital.

Neste quadro, o processo de estruturação do Partido actualmente em curso no Hospital deve ser levado a seu termo de forma rápida e organizada, permitindo a oficialização da Célula do Partido ainda este ano.

A criação e a entrada em funcionamento da Célula da Frelimo abrirá uma nova fase na vida do Hospital Central. É a Célula do Partido que, unindo e organizando os trabalhadores moçambicanos mais conscientes, mais dedicados a nível do Hospital, irá dinamizar a vida política, irá contribuir para que o processo de transformação do Hospital Central num Centro da Revolução se aprofunde cada vez mais.

A Comissão de Reestruturação deverá continuar a dirigir o Hospital Central. No âmbito das tarefas que lhe estão atribuídas, a Comissão de Reestruturação deverá dedicar especial atenção ao reforço e à dinamização constante da ligação entre o Hospital e o Povo.

Neste contexto, e entre outras acções a desenvolver nesse sentido, devem reiniciar-se as visitas periódicas dos trabalhadores do Hospital Central aos bairros, para aí contactarem directamente com as massas populares, auscultando os seus anseios, as suas críticas e sugestões relativamente às questões de Saúde e ao funcionamento do Hospital Central, bem como para lhes transmitir noções técnicas e práticas de educação sanitária.

A Comissão de Reestruturação e todos os trabalhadores do Hospital devem ser extremamente sensíveis às críticas populares e devem tomar as medidas ade-

quadas para ir eliminando progressivamente os aspectos negativos ainda existentes no Hospital e que dão origem a tais críticas.

A Comissão de Reestruturação deverá debruçar-se permanentemente, e com grande atenção, sobre todas as questões relacionadas com a integração dos cooperantes.

Os cooperantes estrangeiros que trabalham no Hospital são camaradas nossos, são militantes internacionalistas que por solidariedade revolucionária abandonaram as suas pátrias, abandonaram o conforto construído pelo seu trabalho, pelo seu suor, pelo seu sangue, pelo seu sacrifício, para trabalharem conosco.

Eles vieram porque há luta em Moçambique, a luta pela edificação de uma Sociedade Nova onde não haja a exploração do Homem pelo Homem. Eles vieram porque os trabalhadores dos seus países combatem como nós a exploração, porque consideram a nossa luta como luta sua.

O seu exemplo constitui um estímulo e um encorajamento para nós e recordam-nos em cada momento que a nossa responsabilidade é grande, que o nosso combate não é só para libertar o nosso Povo, ele é também para apoiar os povos irmãos, as classes trabalhadoras do Mundo inteiro.

Esses camaradas merecem o nosso respeito, a nossa estima, a nossa admiração. Devemos fazer todos os esforços ao nosso alcance para reduzir ao mínimo as dificuldades do enquadramento dos camaradas estrangeiros na nossa Sociedade, por forma a que eles se sintam entre nós como nos seus próprios países. E esse combate é duro, porque aqui havia brancos e pretos, havia indianos, havia uma pequena sociedade de chineses, havia também alguns mulatos e no seio dos pretos havia contradições profundas. Assimilados e indígenas. Entre assimilados havia os de alvará, e do bilhete de identidade. Entre os de bilhete de identidade, havia também os do cartão de identidade. Os assimilados do Adriano Moreira...

Camaradas,

Os Conselhos de Base são uma criação original da nossa Revolução. Não há em nenhuma parte do mundo, conselhos de base. É uma originalidade moçambicana e vocês devem ter esse orgulho e portanto foi o Hospital Central do Maputo que criou isso. E essa originalidade está comprovada hoje pela prática, agora nossa tarefa é a sua consolidação. Eles constituem outra das soluções populares para os problemas que se nos deparam ao nível do Serviço Nacional de Saúde.

Na realidade, e para além dos efeitos extremamente positivos da sua acção ao nível dos doentes, os Conselhos de Base revelaram ser:

1. Uma arma eficaz de unidade, de organização e de libertação da iniciativa criadora dos trabalhadores;
2. Uma escola de trabalho e de estudo colectivo,

um centro de troca de experiências;

3. Um instrumento operativo no combate ao individualismo, ao elitismo, aos complexos de superioridade e de inferioridade que subsistem no seio dos trabalhadores;
4. Ao mesmo tempo uma fonte e uma escola de quadros políticos;
5. Um método correcto de reforçar a unidade entre os trabalhadores da Saúde e os doentes.

Devemos pois consolidar os actuais Conselhos, melhorando sempre os seus métodos de trabalho, quer com os doentes, quer com os trabalhadores. Os responsáveis dos Conselhos devem assumir que a razão central da sua existência e do seu funcionamento, é a melhoria constante do trato dos doentes.

A preocupação primeira de cada Conselho deve ser sempre: «como melhorar o trato dos doentes, como fazer com que os doentes se sintam o mais felizes possível, como servir os doentes ainda melhor.»

Paralelamente, os Conselhos devem esforçar-se por melhorar sempre mais a organização dos trabalhadores, libertando a sua iniciativa criadora e permitindo a sua participação de forma organizada na discussão e na decisão dos problemas do Hospital.

Os Conselhos devem continuar a ser as estruturas dinamizadoras da emulação socialista no Hospital. Um aspecto particularmente importante da emulação que deverá ser mais considerado é o da austeridade, da poupança.

Uma prática que os Conselhos devem prosseguir com todo o rigor é a das reuniões periódicas quer com os doentes, quer com os trabalhadores.

Finalmente, é necessário criar novas estruturas de topo no Hospital. Nesse processo devemos ser cautelosos e evitar precipitações desnecessárias. A dinâmica própria do crescimento dos Conselhos indicou-nos como destruir as estruturas intermediárias coloniais e ensinou-nos que tipo de estruturas criar. Estamos certos de que a dinâmica das estruturas actuais nos indicará a via e os métodos a seguir na criação das novas estruturas de topo do Hospital.

Com o apoio das estruturas do Departamento do Trabalho Ideológico da Frelimo, o Ministério da Saúde deverá generalizar a todo o País as ricas experiências do Hospital Central do Maputo, nomeadamente no que se refere à criação e funcionamento dos Conselhos de Base e das estruturas intermediárias, bem como às formas concretas de ligação entre o Hospital e as massas.

Temos conhecimento de que nalguns dos nossos Hospitais Provinciais e Distritais se verificaram iniciativas visando a criação de Conselhos de Base. Mas os factos demonstram que na maior parte dos casos a experiência não resultou. Muitos dos Conselhos que existem não funcionam ou funcionam de forma deficiente. E o mal não reside nos Conselhos, não reside nos trabalhadores que os integram. O relativo fracasso dessas experiências resulta essencialmente de não se ter sabido assumir a natureza política dessa tarefa.

Em primeiro lugar, devemos estar conscientes de que a tarefa de organização dos trabalhadores da Saúde em Conselhos, e a posterior dinamização desses Conselhos, é uma tarefa eminentemente política e não uma simples formalidade burocrática. Trata-se de uma tarefa que requiere um grande trabalho de esclarecimento político dos trabalhadores e o engajamento dos responsáveis da Saúde a todos os níveis.

Não é possível organizar correctamente as massas trabalhadoras por despacho ou ordem de serviço. É necessário e indispensável ir lá à Enfermaria, à Maternidade, ao Laboratório, à Farmácia, ao Centro de Saúde, onde eles trabalham, reunir com eles, esclarecê-los, mobilizá-los.

Não se pode controlar, apoiar e dinamizar os Conselhos através da leitura de relatórios. É imperioso o contacto directo e periódico dos responsáveis de Saúde a todos os níveis, desde o Ministério ao Centro de Saúde mais remoto, com os trabalhadores organizados nos seus Conselhos.

Em segundo lugar devemos assumir e interiorizar definitivamente que é necessário destruir as velhas estruturas coloniais que ainda persistem nos Hospitais. Não é possível ao mesmo tempo querer criar Conselhos e não querer dinamizar a destruição das estruturas coloniais. Não é possível fazer coexistir no nosso Serviço o Conselho com o Enfermeiro-Chefe do velho estilo, todo poderoso, arrogante, autoritário, individualista, burocrata, que rejêita a vida, o estudo e o trabalho colectivo com os outros trabalhadores. Devemos compreender que a persistência das velhas estruturas objectivamente sabota a acção dos Conselhos, sufoca a iniciativa dos trabalhadores, impede as transformações revolucionárias.

Neste quadro, a ofensiva política e organizacional dos trabalhadores da Saúde a desencadear pelo Minis-

tério da Saúde deverá ser cuidadosamente planificada e deverá ter em conta não apenas as experiências do Hospital Central do Maputo mas também as do resto do País. Devemos aprender não só dos nossos êxitos mas também dos nossos fracassos, dos nossos erros, deles extrair lições que sirvam de base para novas vitórias, para novos avanços.

Camaradas.

A partir de hoje devemo-nos engajar numa nova fase de vida do Hospital Central do Maputo. Uma fase que corresponda a um aprofundamento no processo de transformação do Hospital num Hospital totalmente ao serviço do Povo. Devemos reforçar a nossa vigilância face às acções do inimigo, que uma vez mais irá reagir contra os nossos avanços e as nossas conquistas ao nível do Hospital. Hoje ou amanhã, o inimigo reagirá subtilmente. Por isso é preciso detectar essas ideias reaccionárias quando ainda estão a tentar constituir um embrião. Comer o ovo para não nascer o pintainho.

Queremos terminar lançando um apelo a todos os trabalhadores deste Hospital para que mantenham e desenvolvam ainda mais o espírito de unidade, de trabalho árduo, de disciplina e de organização que demonstraram ao longo destes dois anos. Para que continuem a cultivar e melhorar cada vez mais o espírito de delicadeza e de profundo respeito para com os doentes e seus familiares.

Para que elevem continuamente a sua consciência política e as suas aptidões profissionais. Assim estaremos em condições de prosseguir vitoriosamente na transformação revolucionária do Hospital Central do Maputo.

Obrigado.

(De: "Noticias", Maputo, 1978-10-08)



A FAVOR DOS POVOS DO MUNDO

AS VITÓRIAS DO SOCIALISMO TORNARAM IRREVERSÍVEL

O SENTIDO DA ALTERAÇÃO DA CORRELAÇÃO DE FORÇAS

— Presidente Samora Machel no Banquete de Estado
oferecido a Todor Jivkov

A determinação do Povo moçambicano em prosseguir firmemente o seu apoio e solidariedade internacionalistas para com a luta dos povos, em particular o Povo do Zimbabwe, a vontade inquebrantável de contribuir cada vez melhor para o triunfo da causa do Socialismo e da Paz no Mundo e o engajamento popular nas várias frentes da Reconstrução Nacional foram salientadas pelo Presidente da Frelimo e da República Popular de Moçambique durante o discurso proferido no Banquete de Estado oferecido pelo dirigente moçambicano ao seu homólogo búlgaro que, à frente de uma delegação do Partido e do Governo do seu país, se encontra desde ontem em visita ao nosso País.

O apoio que a República Popular da Bulgária, sob orientação do Partido Comunista Búlgaro, tem vindo a prestar à República Popular de Moçambique e, já antes da Independência nacional, ao Povo moçambicano em luta, foi também recordado pelo dirigente máximo da Revolução Moçambicana.

Eis, na íntegra, o referido discurso:

Estimado e respeitado Camarada Todor Jivkov, Primeiro Secretário do Comité Central do Partido Comunista Búlgaro e Presidente do Conselho de Estado da República Popular da Bulgária

Estimados camaradas da Direcção do Partido Comunista Búlgaro e da República Popular da Bulgária

Excelências

Camaradas e amigos

Cabe-me a honra de, em nome de todo o Povo moçambicano, saudar fraternalmente e exprimir as mais calorosas e cordiais boas-vindas ao Camarada Todor Jivkov e à delegação de Partido e Estado que o acompanha.

No Camarada Todor Jivkov saudamos o ilustre combatente da luta gloriosa do Povo búlgaro contra a dominação nazi, o ilustre combatente internacionalista, o dirigente incontestável do Povo búlgaro, o defensor intransigente da causa da Paz e do Socialismo. Saudamos no Camarada Todor Jivkov todo o Povo da República Popular da Bulgária, amigo e aliado do Povo moçambicano.

Constitui uma grande honra para o Povo moçambicano acolher o Camarada Todor Jivkov e a delegação de Partido e Estado da República Popular da Bulgária na sua Pátria livre e independente. Os laços que unem os nossos Povos foram forjados durante a nossa luta armada de libertação nacional. Une-nos a solidariedade internacionalista demonstrada pelo Povo búlgaro guiado pelo Partido Comunista Búlgaro no apoio à luta do Povo moçambicano. Une-nos a ideologia revolucionária, a luta comum pelo Socialismo.

Camaradas

O Povo búlgaro possui uma gloriosa tradição de luta. Foi submetido a séculos de dominação estrangeira, contra a qual lutou sempre com heroísmo e determinação. A gloriosa resistência do Povo búlgaro à dominação do império otomano, na sua luta de libertação constituem património de experiências revolucionárias para toda a humanidade. Face aos invasores nazis, de novo o Povo búlgaro escreveu páginas de heroísmo e determinação na luta pela liberdade.

O Povo búlgaro conheceu a brutalidade do opressor estrangeiro, a exploração, a humilhação, o esmagamento cultural. Foi na forja da luta pela libertação nacional que o Povo búlgaro se temperou, foi nele que

nasceram os seus heróis e os seus dirigentes. Recordamos, em particular, George Dimitrov, grande combatente internacionalista, eminente teórico do marxismo-leninismo e guia lúcido do Povo búlgaro nas fases iniciais da construção do socialismo no seu país.

O Povo búlgaro compreende, pois, profundamente o sentido da luta do Povo moçambicano. O nosso passado de luta é comum. O nosso inimigo é comum. O nosso objectivo é também comum. A visita do Camarada Todor Jivkov à República Popular de Moçambique contribui poderosamente para aprofundarmos ainda mais a nossa compreensão mútua, a nossa solidariedade.

A luta do Povo búlgaro, e sua experiência na construção do socialismo constituem para nós fonte de inspiração. A República Popular da Bulgária é uma trincheira segura da luta dos Povos pela Liberdade, pela Paz, pela Segurança, pelo Progresso e pelo Socialismo. Nela, os Povos em luta pela sua libertação encontram o apoio firme da solidariedade internacionalista.

Camaradas

O Povo moçambicano guiado pela Frelimo, seu Partido de Vanguarda, está engajado na luta pela consolidação da independência, pela reconstrução do seu País, pela edificação da Democracia Popular rumo ao socialismo.

No plano político, o nosso Partido reforça-se e estrutura-se do Rovuma ao Maputo. Com a participação activa das massas trabalhadoras, a campanha nacional de Estruturação do Partido constitui uma grande vitória do nosso Povo, uma demonstração do seu alto grau de consciência política. Ao nível do Estado, demos passos decisivos na edificação do aparelho de Estado que reflecta o poder das classes trabalhadoras, com a eleição da Assembleia Popular e das Assembleias do Povo a todos os níveis.

No plano económico, o Povo moçambicano trava uma luta difícil mas exaltante. Trata-se de construir um País novo, sobre as ruínas deixadas pela pilhagem colonialista. Sob a direcção da Frelimo, o nosso Povo organiza-se nas aldeias comunais, base da socialização das zonas rurais. Desenvolvem-se as empresas estatais e o movimento cooperativo manifesta o grande entusiasmo e adesão do nosso Povo às formas colectivas de produção. A classe operária moçambicana engaja-se determinada-

mente na recuperação da nossa indústria, no aumento da produção e da produtividade, no controlo e na planificação da nossa economia.

No plano social, o nosso Povo alcançou grandes vitórias. Hoje três anos apenas depois da Independência, desapareceram todas as formas de discriminação e desigualdade nas nossas escolas, elas dtixam para sempre de ser bases para a perpetuação da exploração. A frequência das nossas escolas duplicou em menos de dois anos. e, nelas estudam agora os filhos dos operários e camponeses. São os operários e camponeses de todas as idades que se engajam com entusiasmo crescente, na campanha de alfabetização. A Saúde foi socializada. Também aqui foi eliminada a exploração e a discriminação e os cuidados da saúde foram estendidos a todo o Povo, que deles usufrui gratuitamente.

No seu combate pela reconstrução nacional, o Povo moçambicano tem encontrado ao seu lado, na Agricultura, na Educação, na Saúde e em diversos sectores os internacionalistas búlgaros, camaradas que conosco trabalham, conosco participam na edificação da nova sociedade em Moçambique. Ao recebermos o Camarada Todor Jivkov queremos saudar nele a cooperação internacionalista que recebemos da República Popular da Bulgária e, particularmente, o esforço desinteressado e solidário dos trabalhadores internacionalistas búlgaros em Moçambique.

Camaradas

Em todo o mundo a luta dos Povos pela liberdade, a paz, o progresso e a justiça social desenvolve-se e alcança importantes vitórias. A confrontação entre os Povos e o imperialismo agudiza-se permanentemente a cada nova conquista das forças da liberdade e do progresso.

No nosso continente, as vitórias dos Povos de Angola, Guiné-Bissau, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe e Moçambique vibraram um golpe pesado sobre o imperialismo. Em particular, a edificação de Estados de democracia popular em Moçambique e Angola foi entendida pelas potências imperialistas como um perigo mortal para a sua dominação em África.

Na África Austral, o avanço impetuoso da luta dos Povos do Zimbábue, Namíbia e África do Sul coloca o campo imperialista na iminência de ver desabar os últimos bastiões do colonialismo e do racismo no nosso continente.

Estes avanços da luta popular em

África, determinaram um incremento ainda maior da acção imperialista no nosso continente, visando, por todas as formas, salvar a sua dominação e perpetuar a exploração dos nossos Povos. A mudança de tónica do imperialismo, que procura agora aparecer como defensor da libertação dos Povos oprimidos, não consegue esconder a sua verdadeira face, denunciada pelo recurso à agressão aberta, pelo armamento da África do Sul, pela ocupação e nuclearização do Oceano Índico, pelo fomento de conflitos armados entre países africanos.

Em particular, as mais recentes manobras imperialistas em relação ao Zimbabwe tornaram ainda mais claro que a sua intenção é salvaguardar a estrutura colonial-capitalista e os privilégios dos colonos brancos.

A República Popular de Moçambique mantém-se firme no apoio à luta armada de libertação do Povo do Zimbabwe, como única forma de derrubar o regime racista e ilegal de Ian Smith. Mantém-se firme na aplicação integral das sanções decretadas pela comunidade internacional contra a colónia britânica da Rodésia do Sul.

Camarada,

As vitórias do Socialismo tornaram irreversível o sentido da alteração da correlação de forças no mundo. O campo socialista, zona libertada da humanidade, reforça-se continuamente, é o aliado natural dos Povos em luta pela sua libertação e pela consolidação da sua independência.

É neste quadro de aliança natural entre povos que lutam pelos mesmos objectivos que definimos as relações da República Popular de Moçambique com a República Popular da Bulgária.

Reiteramos ao Camarada TODOR JIVKOV, o nosso engajamento em desenvolver e aprofundar as relações fraternais entre os nossos Povos, Partidos e Estados.

As nossas relações forjaram-se nos tempos difíceis, quando o Povo moçambicano lutava de armas nas mãos para conquistar a sua independência. Elas desenvolvem-se agora entre países irmãos unidos no mesmo combate, guiados pela mesma ideologia revolucionária, seguros na mesma certeza da vitória universal do Socialismo.

A visita do Camarada TODOR JIVKOV ao nosso País constitui um marco importante no desenvolvimento das nossas relações de amizade, cooperação e solidariedade militantes.

Queremos reafirmar a honra e o privilégio que constitui para todo o Povo moçambicano, para a Frelimo e para a República Popular de Moçambique a chegada ao nosso País em visita de Partido e Estado do ilustre dirigente do Povo búlgaro, o grande amigo do nosso Povo, o Camarada TODOR JIVKOV e a sua comitiva:

A terminar, peço que se juntem a mim num brinde:

À saúde do Camarada Todor Jivkov
À amizade indestrutível entre o Povo búlgaro e o Povo Moçambicano

À amizade entre a Frelimo e o Partido Comunista Búlgaro

À amizade, solidariedade e cooperação entre a República Popular da Bulgária e a República Popular de Moçambique

À vitória da paz e do socialismo

A LUTA CONTINUA!

(De: "Notícias", Maputo, 1978-10-23)

O POVO FOI O FACTOR DECISIVO DO
GRANDE SUCESSO DA CAMPANHA

— Presidente Samora Machel no encerramento da campanha
Nacional de Estruturação do Partido

O Presidente da Frelimo e da República Popular de Moçambique, Samora Moisés Machel, orientou na tarde de ontem, em Maputo, um comício de encerramento da Campanha Nacional de Estruturação do Partido, cujo processo foi desencadeado a nível de todo o País no dia 3 de Fevereiro do ano em curso. Na sua alocução o dirigente máximo do Partido e Estado fez uma análise global do desenvolvimento do processo no qual participaram largas centenas de milhar de moçambicanos, tendo constatado que a Campanha Nacional de Estruturação do Partido constituiu um sucesso.

«Foi a participação consciente das largas massas populares que permitiu assegurar que o inimigo não se instalasse no nosso seio. Foi a vigilância popular aplicada no processo de Estruturação do Partido que permitiu rejeitarmos os elementos comprometidos com as estruturas ideológicas e de repressão do colonial-fascismo como a ANP, o Movimento Nacional Feminino, a PIDE, os Comandos, os GE, os GEP, a OPV e os elementos dos grupos fantoches» — sublinhou Samora Machel, tendo acrescentado que a partir de amanhã os nomes e fotografias desses elementos devem estar patentes em vitrinas, durante dois anos, nos seus locais de trabalho e de residência, para serem conhecidos pelo povo.

É o seguinte, na íntegra, o discurso proferido pelo Presidente do Partido e do Governo do nosso País por ocasião do encerramento da Campanha Nacional de Estruturação do Partido:

Camaradas membros do Comité Central da
Frelimo
Camaradas membros do Conselho de Ministros
da República Popular de Moçambique
Camaradas representantes dos Partidos e Go-
vernos irmãos
Cidadãos e Cidadãs da República Popular de
Moçambique
Camaradas e amigos

Hoje é um grande dia de festa popular
no nosso País. Tal como aqui no Maputo, em
todas as cidades e localidades de Moçambique,
o nosso Povo está em festa.

Aqui, participam na nossa festa camara-
das de diversos países, nossos companheiros

de luta, companheiros da mesma trincheira
revolucionária.

Recordamos que também o Povo angolano
está hoje em festa. Comemora-se hoje o ter-
ceiro aniversário da independência de Angola,
da criação da República Popular de Angola.
Saudamos com grande alegria e solidariedade
fraternal o Povo angolano, o MPLA — Partido
do Trabalho e o nosso querido camarada, o
Presidente Agostinho Neto neste dia que assi-
nala a sua vitória, uma vitória de África, uma
vitória da Humanidade.

Dizemos que hoje é um grande dia de festa Popular em Moçambique. Porquê?
O que festejamos hoje!

Festejamos o sucesso da Campanha Nacional de Estruturação do Partido. Foi uma tarefa que iniciámos no dia 3 de Fevereiro deste ano, no Dia dos Heróis Moçambicanos, no dia em que celebramos aqueles que aceitaram o sacrifício supremo pela libertação do nosso País. No dia em que prestamos homenagem àqueles que mostraram a todo o Povo o caminho da libertação e da Sociedade Nova.

Por que escolhemos esse dia? Porque são os heróis que nos dão o modelo do membro do Partido. É o exemplo dos heróis, vivos ou mortos, que nos mostra as qualidades que deve ter o membro do Partido. É nos heróis que encontramos a imagem do militante da Vanguarda, daquele que é capaz de conduzir as massas à vitória. É o sacrifício dos heróis que mantém mais acesa a nossa vigilância contra os que querem infiltrar-se no Partido para desviar a nossa linha política, para destruir a Independência, a Revolução, o Socialismo.

Criamos o Partido para quê? Para organizar o nosso Povo, para melhorar a nossa vida.

Criamos o Partido para tornar o nosso Povo dono do seu destino, dirigente real do nosso Estado Democrático Popular.

CRIAMOS O PARTIDO PARA PLANIFICAR A VIDA NO NOSSO PAÍS

Foi para sabermos quantos somos, quantos habitantes tem Moçambique, quantos habitantes tem cada Província, cada Distrito, cada cidade, cada localidade. Para sabermos:

Primeiro que tudo qual a estratégia para liquidar a fome. Durante a luta armada o objectivo principal a liquidar, era o colonialismo. Hoje sabemos com clareza qual o nosso objectivo a liquidar: A FOME.

Por isso estruturamos o Partido, para conhecer quantas toneladas produzimos e necessitamos de:

Milho, arroz, trigo, mapira, meichoira, mandioca, amendoim, gergelim, coco, feijão-manteiga, feijão-branco, feijão-nhemba, feijão-juco, ervilha, grã-de-bico, sal, açúcar, castanha de caju (quantas toneladas produzimos, quantas consumimos, quanto exportamos), chá, óleo (de amendoim, de girassol, de algodão, de gergelim).

Quantas cabeças de gado, quantos litros

de leite são necessários consumir, para fazer queijo, manteiga e leite em pó.

Quantas toneladas de carne de galinha, quantos ovos, coelhos, patos, gansos, perus, pavões, cabritos, ovelhas, porcos.

(Para este combate, o dirigente máximo do Partido e do Estado, encorajou os presentes a intensificarem a criação de pequenas espécies animais como galinhas, patos, gansos, perus, e outras espécies essenciais à melhoria da dieta alimentar do nosso povo. A este respeito o Presidente Samora Machel também chamou à atenção para a necessidade de se combaterem os mitos tecidos à volta da produção e consumo de certos animais como o porco).

É também preciso que nos alimentemos de peixe, camarão, caranguejo, lagosta, lagostim, laranja, tangerina, toranja, limão, caju, ananás, manga, papaia, banana.

(Como segundo aspecto, o Presidente Samora Machel salientou o combate à nudez, sublinhando que um dos planos do Partido e do Governo para atingir esse objectivo é o da construção de uma fábrica têxtil em cada província. «Mas é preciso que o Povo garanta o funcionamento da fábrica porque, para ela laborar, necessita de matéria-prima e a sua matéria-prima é o algodão» — disse o dirigente máximo tendo frisado a dado passo que a cultura do algodão em Moçambique criou certos problemas psicológicos no seio dos camponeses porque eram obrigados a praticá-la para em troca receberem salários de fome.

«O País é rico, fértil, importa saber como tirar o proveito máximo daquilo que a terra nos dá. Depois de resolvermos o problema da fome é preciso calçar o povo. Andar calçado, não é luxo é uma necessidade. Vestir bem as mulheres e as crianças, é uma característica do Socialismo» — disse ainda o Presidente Samora Machel).

Foi para saber tudo isto que criámos o Partido. Para organizar, para estruturar a vida do Povo moçambicano em seu benefício. Enquanto estamos desorganizados não podemos planificar a nossa vida, por isso sempre há faltas, há bichas, não temos aquilo que pre-

cisamos.

Criamos o Partido para acabar com a desorganização, com a desplanificação, com a improvisação.

SÓ ORGANIZADOS, ESTRUTURADOS, PODEREMOS MELHORAR A NOSSA VIDA, ACABAR COM A FOME, A NUDEZ, A DOENÇA, A MISÉRIA, A IGNORANCIA, O OBSCURANTISMO. SÓ ORGANIZADOS SEREMOS CAPAZES DE CONSTRUIR A SOCIEDADE SOCIALISTA.

O PAPEL HISTÓRICO DOS GRUPOS DINAMIZADORES

Ainda antes da Independência, criamos os Grupos Dinamizadores. Pela primeira vez, à escala de todo o País, o nosso Povo começou a dirigir o seu próprio destino. Representando a FRELIMO em cada local de trabalho e de residência, os Grupos Dinamizadores organizaram a vida do Povo, combateram a sabotagem económica, detectaram os agentes do inimigo.

Dirigidos pela FRELIMO, os Grupos Dinamizadores foram o instrumento poderoso através do qual as massas aprenderam a discutir e a resolver os seus próprios problemas de uma forma correcta. O processo dos Grupos Dinamizadores foi uma grande escola política para todo o Povo moçambicano.

Em 3 de Fevereiro de 1977 criámos o Partido de Vanguarda das classes trabalhadoras. A nova fase da construção das bases do Socialismo exige um instrumento mais rigoroso, uma definição mais clara dos objectivos. Esse instrumento é o Partido, no qual se integram os melhores filhos do Povo moçambicano — os melhores operários, os melhores camponeses, os melhores soldados, os melhores estudantes, os melhores trabalhadores que mais se distinguem na luta pela produção e pela construção da Sociedade Socialista.

Porque reúne e organiza no seu seio os melhores filhos do Povo, o Partido tem força para dirigir todo o Estado e toda a Sociedade. É a força de vanguarda na caminhada para o Socialismo.

O PARTIDO, FACTOR CATALIZADOR DA UNIDADE NACIONAL

É com o Partido que liquidamos o divisionismo. Os colonialistas criaram muitas divisões no seio do Povo: divisão com base na raça, na tribo, na região, na religião, no sexo.

O colonialismo dividia-nos para que não fivéssemos consciência de ser uma Nação. Enquanto vive a tribo não existe a Nação. Não éramos moçambicanos, éramos niabjas, ou senas, ou rongas, ou ajáuas. Era isto que o colonialismo queria, porque assim não adquiríamos uma consciência nacional e patriótica. Enquanto ronga, enquanto maconde, não tínhamos força para derrubar o colonialismo. Mas quando me torno moçambicano, quando adquiero a consciência de ser Povo moçambicano independentemente da tribo, da raça, da região, então a minha força é imensa e eu sou capaz de derrubar o colonialismo. É esta a experiência da FRELIMO, foi esta a grande lição da Luta Armada de Libertação Nacional. Aprendemos na prática o valor da Unidade Nacional. Conquistámos a Unidade Nacional. A unidade Nacional é uma conquista da guerra de Libertação do Povo moçambicano.

Agora com o Partido vamos enterrar definitivamente a tribo, a raça, a região. Com o Partido morre o tribalista, o racista, o regionalista, cresce e fortalece-se o patriota.

(Neste contexto Samora Machel anunciou que os clubes desportivos cujos nomes têm um carácter regionalista ou colonial devem mudar esses nomes. É o caso dos clubes Gazense, Inhambanense, Belenenses, Benfica, Sporting e outros. «Não há gazenses, beirenenses, inhambanenses, só há moçambicanos» — disse o dirigente moçambicano).

A RELIGIÃO, FACTOR DE DIVISÃO E SUBMISSÃO DO NOSSO POVO

Com o Partido vamos desmascarar o conteúdo da religião e todas as outras formas de obscurantismo. Para que serve a religião? Para nos enganar. Para que servem as igrejas? Para nos dividir. Eu era da igreja de Roma, aquele era da igreja de Meca, o outro era da igreja Inglesa ou americana. Outros tinham sede na Rodésia, na África do Sul ou na República Federal Alemã. E eram essas igrejas que nos dividiam. A nossa fé ia para Roma, para Meca ou para a Inglaterra, não ficava em Moçambique para lutar contra o colonialismo.

Vencemos o colonialismo quando trocámos a fé em deus pela confiança na nossa própria força, na nossa capacidade de vencer os colonialistas. Com a cruz nunca vencemos o colonialismo. A cruz nunca foi a arma do Povo, foi a arma do colonialista. Era a cruz que abençoava a palmatória do Senhor Administrador, que abençoava os canhões do exér-

cilo colonial, que abençoava os aviões que bombardeavam o nosso Povo com «napalm» e destruíam as nossas colheitas.

Vencemos o colonialismo quando trocámos a cruz pela espingarda, quando ultrapassámos as divisões religiosas e nos unimos sob a bandeira da FRELIMO. Vencemos o colonialismo quando trocámos a fé pelo conhecimento científico e pelo domínio da técnica.

Os crentes são homens, são trabalhadores. Sobre a crença podemos fazer debates. Mas isso é secundário. Interessa sim, que como homens trabalhadores, saibamos unir-nos e agir para resolver os problemas concretos de hoje, a comida, a roupa, a escola, o hospital. Isto deve-nos unir.

O PARTIDO, UM CORPO VIVO, QUE SE ALIMENTA

Camaradas,

O Partido é um corpo vivo que se alimenta das nossas ideias e da nossa participação. As estruturas são o sistema nervoso desse grande corpo que é o Partido. Ao criarmos as estruturas estamos a criar as condições para que cada problema do Povo tenha o lugar onde ser correctamente resolvido.

ESTRUTURAMOS O PARTIDO PARA QUE CADA UM CONHEÇA O SEU LUGAR DENTRO DAS ESTRUTURAS, PARA QUE CADA UM CONHEÇA A SUA TAREFA PRINCIPAL

Tal como durante a luta armada, cada moçambicano deve ter a sua tarefa e deve estar consciente da importância dessa tarefa para o resultado final da luta:

Estruturamos o Partido para que, em cada unidade de produção, em cada lugar de residência, o Povo moçambicano esteja organizado para resolver os seus problemas.

Estruturamos o Partido para fazer dele a força poderosa que conduzirá o Povo e a Sociedade moçambicana rumo ao Socialismo.

A CAMPANHA DE ESTRUTURAÇÃO FOI UMA GRANDE VITÓRIA POLÍTICA POPULAR ORGANIZADA

Nos dizemos que a Campanha Nacional de Estruturação do Partido foi um sucesso, foi uma grande vitória política popular organizada.

Dizemos que foi um sucesso porque cumprimos e mesmo, ultrapassámos os objectivos traçados.

Dizemos que foi uma vitória popular porque os sucessos alcançados foram determina-

dos pela grande participação, pelo extraordinário engajamento do Povo. O Povo assumiu a Campanha Nacional de Estruturação do Partido como sua tarefa.

Dizemos que foi uma vitória organizada, porque soubémos organizar a vitória.

O POVO, FACTOR DECISIVO DO SUCESSO DA CAMPANHA

Por isso queremos saudar o Povo moçambicano do Rovuma ao Maputo pelo seu engajamento, pelo elevado grau de consciência política e de organização que demonstrou possuir. Queremos saudar a coragem, o esforço, a determinação, a clareza com que o Povo participou na campanha, saudar a forma como assumiu a tarefa de seleccionar os melhores de nós para membros do Partido, para garantir a defesa dos seus interesses.

A Campanha Nacional de Estruturação do Partido foi, assim, o momento mais alto de organização do nosso Povo, constituiu um processo de elevação da sua consciência política, da sua consciência de classe, do seu nível de organização.

A CAMPANHA DE ESTRUTURAÇÃO PERMITIU DETECTAR E RESOLVER MUITOS PROBLEMAS

Em 3 de Fevereiro dissémos: vamos estruturar o Partido para melhor organizar a nossa vida. No próprio processo de Estruturação do Partido começámos já a organizar melhor a nossa vida. Durante a Campanha Nacional de Estruturação do Partido e por acção dela, inúmeros problemas foram detectados e solucionados. Problemas políticos, problemas da produção, problemas sociais, situações de injustiça, foram solucionados neste processo. Este facto mostrou a vitalidade do nosso Partido, reforçou a confiança das massas na Frelimo.

Estruturar o Partido significa organizar os trabalhadores mais conscientes, mais avançados, mais dedicados ao serviço do Povo, à causa da Pátria e da Revolução, significa organizar os trabalhadores de vanguarda. Eles foram identificados pelo Povo, pelas largas massas trabalhadoras moçambicanas.

Estruturar o Partido significa seleccionar os melhores trabalhadores e só os melhores. Significa também garantir que os agentes do inimigo não encontrem espaço para se infiltrar nas nossas fileiras. Significa rejeitar as cargas impuras. O Povo foi o grande filtrador dos membros do Partido. Foi a participação consciente das largas massas populares que

permitiu assegurar que o inimigo não se instalasse no nosso seio. Foi a vigilância popular aplicada no processo de estruturação do Partido que permitiu rejeitarmos os elementos comprometidos com as estruturas ideológicas e de repressão do colonial-fascismo, como a ANP, o Movimento Nacional Feminino, a PIDE, os Comandos, os GE, os GEP, a OPV e os elementos dos grupos fantoches.

Sobre estes elementos as massas organizadas devem exercer uma vigilância permanente e organizada. Eles devem sentir essa vigilância. A sua própria reintegração na sociedade depende da nossa vigilância sobre eles. Não podem ser reintegrados aqueles que não reconhecerem publicamente o seu passado, porque, sem isso, não terão dado o primeiro passo em direcção à nossa sociedade, não terão feito o primeiro esforço para se libertarem do compromisso com o colonial-fascismo, para se libertarem da carga que pesa sobre as suas consciências. Por isso dizemos: é necessário que em todos os locais de trabalho e de residência estes elementos sejam por todos conhecidos para que a vigilância popular se exerça sobre eles. Os seus nomes devem constar em listas públicas, as suas fotografias devem estar patentes em quadros em todos os locais de trabalho.

Na execução desta medida, que deverá entrar imediatamente em vigor, estão envolvidos o Serviço Nacional de Segurança Popular (SNASP), as Forças Populares de Libertação de Moçambique, o Corpo de Polícia de Moçambique, estruturas do Partido, organizações democráticas de massas, nomeadamente, OMM, OJM, ONJ e os Conselhos de Produção.

QUAIS AS QUALIDADES NECESSÁRIAS PARA SER MEMBRO DO PARTIDO ?

No processo da Campanha de Estruturação do Partido, as massas trabalhadoras compreenderam cada vez mais profundamente o seu significado, constatarão na prática que é a organização do Partido que permite resolver os seus problemas e realizar as suas aspirações.

Em particular, compreenderam o que significa ser membro do Partido e quem pode ser membro.

Compreenderam que não é preciso ser doutor, que não é preciso ter grandes conhecimentos teóricos.

Compreenderam que o marxismo-leninismo é sobretudo a forma de viver que nos leva a

construir o que queremos.

Compreenderam que o membro do Partido é o camponês, o carpinteiro, e mineiro, o motorista, o dactilógrafo, o funcionário, o professor, o estudante, o enfermeiro, o trabalhador que ama e respeita a sua profissão, que se engaja na batalha da produção, que não explora nem participa no processo de exploração, que reconhece que o homem é o agente transformador da natureza e da sociedade.

Esta compreensão dinamizou em alto grau a participação das massas na estruturação do Partido, permitiu que muitos trabalhadores reconhecessem em si próprios as qualidades de membro do Partido. O entusiasmo crescente e massiva adesão ao processo de estruturação do Partido atingiram o seu ponto mais alto numa fase já próxima da data inicialmente prevista para o encerramento da campanha. Foi por isso que o Comité Político Permanente decidiu prorrogar o encerramento da Campanha Nacional de Estruturação do Partido.

O sucesso da Campanha Nacional de Estruturação do Partido, a vitória alcançada pelo nosso Povo neste processo materializaram-se em todos os pontos do nosso País. Dezenas de milhares de membros foram admitidos, centenas de células foram criadas, dezenas de comités distritais foram organizados. O nosso Partido cresceu impetuosamente, criou condições para poder desempenhar mais completamente a sua função de força dirigente do Estado e da Sociedade.

ACÇÃO DO INIMIGO

Neste processo tivemos de enfrentar acções do inimigo que visavam fazer fracassar a Campanha Nacional de Estruturação do Partido.

O inimigo procurou infiltrar os seus agentes no nosso seio, procurou aproveitar a campanha para se alojar em melhores posições para nos combater, distorcendo-se entre nós. Lançou boatos, calúnias, rumores e confusão, tentou desvirtuar o conteúdo dos deveres dos membros do Partido, tentou criar entre os trabalhadores o receio de ser membro do Partido.

AS INSTITUIÇÕES RELIGIOSAS E A SUA ACÇÃO CONTRA A CAMPANHA DE ESTRUTURAÇÃO

A acção inimiga mais concertada e organizada contra a Estruturação do Partido foi levada a cabo por certas instituições religiosas. Achamos natural. As forças do obscurantismo e da superstição não resistem à claridade, têm

que combater a luz da ideologia científica dos trabalhadores que o Partido transporta consigo.

A tarefa deles é apagar a luz de Petromax. Eles não querem que haja luz, querem a escuridão permanente para melhor explorar, querem uma noite eterna, sem estrelas nem lua.

Por isso, a religião organizou acções contra nós. Assistimos, nesta fase a uma união de religiosos. Religiões rivais, igrejas que se combatiam, seitas que disputavam entre si qual delas tinha o melhor deus e o melhor paraíso para oferecer, apareceram juntas, com uma estratégia comum. Para, em conjunto encontrarem formas mais eficazes de enganar o Povo. Nós perguntamos: porque é que não se juntaram para combater o colonialismo? Porque o colonialismo é aliado delas todas. Não tinham contradições com o colonialismo. Mas todas elas têm contradições com a liberdade dos Povos.

Hoje, festejamos também a vitória do nosso Povo sobre estas acções do inimigo. Esta vitória veio provar, uma vez mais, que todo o ódio, toda a astúcia, todos os poderosos meios de que o inimigo dispõe são impotentes para travar a marcha de um povo organizado e dirigido por uma linha política correcta.

PERSPECTIVAS FUTURAS.

A CAMPANHA TERMINA, MAS A ESTRUTURAÇÃO CONTINUA

A Campanha Nacional de Estruturação do Partido termina hoje. MAS ISSO NÃO QUER DIZER QUE TERMINOU A ADMISSÃO DE MEMBROS PARA O PARTIDO. A ESTRUTURAÇÃO DO PARTIDO, A ADMISSÃO DE NOVOS MEMBROS, SÃO UM PROCESSO CONTINUO, PERMANENTE, através do qual o Partido constantemente se renova. É esse processo que garante a vitalidade do Partido e que cria condições para ele avançar sempre para etapas qualitativamente novas da luta. A Campanha de estruturação criou as bases, a plataforma para podermos avançar. Importa agora consolidar essas bases, essa plataforma.

A CAMPANHA TERMINA HOJE MAS O PROCESSO DE ESTRUTURAÇÃO DO PARTIDO CONTINUA. O seu objectivo principal só será atingido quando a FRELIMO tiver uma implantação efectiva desde a célula até a Nação, quando estruturas de base do Partido, sólidas e operativas, existirem em cada fábrica, em cada oficina, em cada cooperativa, aldeia comunal, machamba estatal, escola, creche, hospital, em

cada unidade militar e paramilitar, em cada ministério, serviço público, repartição.

O objectivo principal é transformar a estrutura do Partido numa força dinâmica capaz de dirigir efectivamente, a todos os níveis, o Estado e a Sociedade.

Por isso dizemos que HOJE SE INICIA UMA NOVA FASE DA ESTRUTURAÇÃO DO PARTIDO. Uma fase superior porque estamos enriquecidos pelas experiências acumuladas durante esta grande ofensiva, este grande esforço colectivo que foi a Campanha Nacional de Estruturação do Partido.

Nesta nova fase encontramos uma situação em que temos, nalguns locais, células já formadas e oficializadas; noutros, células em processo de formação; e, por último, locais onde a responsabilidade política continua a ser exercida pelo Grupo Dinamizador. Temos de ter bem claras as prioridades em cada um dos casos.

Em relação às células já criadas, a tarefa principal é consolidar as estruturas e métodos de trabalho, dinamizar o processo de admissão de membros e intensificar o estudo político colectivo e individual.

A 4.ª Sessão do Comité Central da Frelimo, realizada há 3 meses, traçou importantes resoluções para o avanço vitorioso da nossa Revolução, resoluções essas que devem ser estudadas e implementadas pelas massas em geral e pelos membros do Partido em particular.

Neste quadro terá lugar em 25 e 26 de Novembro uma Jornada Nacional de Estudo das Resoluções da 4.ª Sessão do Comité Central.

No caso das células que estão ainda a ser formadas, esse processo deve ser aprofundado, estudando e aplicando as ricas experiências colhidas durante a Campanha Nacional. A todos os níveis do Partido deve ser feito um esforço de síntese dessas experiências e de aplicação criadora das directivas dos órgãos centrais.

Fazer a síntese significa estudar as razões dos sucessos e as causas dos fracassos.

E OS GRUPOS DINAMIZADORES? QUAL O SEU PAPEL NA ACTUAL FASE?

Nos locais onde continuarão, por algum tempo, a ser os Grupos Dinamizadores a estrutura do Partido, os seus elementos não podem ficar inactivos ELES CONTINUAM, ATÉ A FORMAÇÃO DA CÉLULA, A REPRESENTAR A FRELIMO NESSES LOCAIS. Devem, por isso, continuar a organizar e orientar os trabalhadores na resolução dos seus problemas concretos. Devem

intensificar, especialmente, o estudo dos Estatutos e Programa do Frelimo e de outros documentos e orientações fundamentais do Partido.

A elevação constante do nível de consciência política das massas é a única garantia de que o Partido cumprirá a sua missão de dirigir as classes trabalhadoras na construção da Nova Sociedade.

Estamos conscientes de que, apesar da sua grande amplitude, apesar do grande esforço nacional que representou, a Campanha de Estruturação do Partido abrangeu apenas uma pequena parte do grande número de moçambicanos que desejam ser membros do Partido e reúnem qualidades para isso.

É nesta nova fase, neste processo que hoje se inicia, que estes moçambicanos terão oportunidade de apresentar as suas candidaturas.

Da mesma forma, muitos que, durante a Campanha, não se sentiam ainda seguros de reunir as qualidades que o Frelimo exige, crescerão nesta nova fase e serão o sangue novo que nos trará constantemente novas forças.

ENTREGA DOS CARTÕES DE MEMBRO SIGNIFICADO DO CARTÃO

Camaradas,

Iremos agora fazer a entrega do cartão de membro do Partido a alguns dos camaradas que foram admitidos na Campanha de Estru-

ração a nível da Província do Maputo.

O que é o cartão de membro do Partido? É o documento que identifica o membro do FRELIMO. Identifica o cidadão moçambicano que assumiu o compromisso de ser, em todas as circunstâncias, um servidor do Povo. Identifica o cidadão moçambicano que aceitou mais deveres e mais responsabilidades. Identifica o cidadão moçambicano que aceitou colocar toda a sua capacidade, todo o seu esforço, toda a sua vida, ao serviço da Pátria e da Revolução. Que assumiu o compromisso de dar a vida pela Pátria e pela Revolução.

Possuir este cartão significa ser modesto, humilde, cortês.

Este cartão não concede nenhum privilégio, nenhuma regalia, nenhum benefício. Este cartão concede a um moçambicano a confiança das massas trabalhadoras. Confiança que constitui o maior privilégio, a maior honra, a maior distinção para um revolucionário.

Este cartão é um compromisso permanente com as classes trabalhadoras. Este cartão que alguns camaradas agora vão receber é uma bandeira que o Partido lhes entrega para com ela marcharem na vanguarda das classes trabalhadoras rumo ao Socialismo.

A LUTA CONTINUA.

(De: "Notícias," Maputo, 1978-11-12)

"SEJAMOS COMO ESTAS CAMARADAS E A EMANCIPAÇÃO DA MULHER TRIUNFARÁ"

—Presidente Samora Machel ao entregar cartões de membros de Honra a combatentes distinguidas pelo Partido

«Que todos nós sejamos como estas camaradas e aí diremos: o processo em Moçambique é irreversível, a emancipação da Mulher triunfará, a Mulher Moçambicana transformará o mundo, liquidará os vestígios decadentes deixados pela burguesia colonial». Estas as palavras do camarada Presidente do Frelimo, Samora Machel que, em nome do Comité Central do nosso Partido de vanguarda, durante uma cerimónia realizada na passada sexta-feira, entregou cartões de membros de honra da O.M.M. a três combatentes veteranas, por terem assumido profundamente os interesses das largas massas exploradas desde os primeiros anos da guerra, engajando-se profundamente na luta de libertação do Povo Moçambicano; militantes que, interiorizando a luta pela emancipação da Mulher, se colocaram na vanguarda desse combate.

Trata-se das camaradas Marina Pachinupapa, Teresa Amuli Nhalungue e Mónica Chitupila.

Referindo-se às qualidades demonstradas por estas combatentes conseqüentes na luta pela emancipação da Mulher, o camarada Presidente salientou:

«Nós fazemos a luta e a luta produz quadros. O Comité Central da Frelimo decidiu dar o cartão de honra a três membros da O. M. M. porque são o produto da luta, representam a germinação de uma árvore que nasce forte e isso exige uma apreensão dos fenómenos da natureza, os fenómenos da luta. É preciso assumir a grandeza do nosso Povo, a complexidade do nosso Povo, a sua composição social.

Isto tudo exige luta. Antes de tudo o combate é interno. Liquidação do subjectivismo, do espírito de importância e de desprezo, trazer constantemente no coração de cada um o Povo; assumir profundamente o sentido verdadeiro do Povo, o que significa Povo. E estas camaradas assumiram isso, no processo da nossa guerra. Fizeram viver a FRELIMO. Elas hoje são a imagem do que foi a guerra de libertação nacional. São elas hoje o argumento vivo de que a mulher é um elemento dinâmico, é um elemento revolucionário conseqüente.

Traziam consigo, eu direi, as quatro montanhas e destruíram essas quatro montanhas».

Depois de referir que a libertação dos pesos mortos da velha sociedade só foi possível devido ao engajamento de cada uma delas, o dirigente máximo da nossa revolução adiantou:

«Elas traziam complexos de inferioridade, eram analfabetas, traziam

muito obscurantismo. Mas, ao transformar o mundo, ao transformar Moçambique de Província para País, transformaram-se também.

Esta é a capacidade da Revolução. Este é o primeiro aspecto.

Nos vários combates travados no seio da FRELIMO, foram capazes de defender de uma forma conseqüente a FRELIMO.

«Nós produzíamos excedentes nas zonas libertadas. Foram estas que travaram o processo de exploração, foram estas que denunciaram os novos exploradores que nasciam.

No aspecto político e económico foram elas que engajaram a totalidade da mulher no combate libertador.

Os melhores comissários na nossa guerra de libertação que não só engajara a mulher mas também o homem, foram estas companheiras do Destacamento Feminino».

FORJADAS NA GUERRA DE LIBERTAÇÃO

«Vejo-as hoje aqui — adiantou o camarada Presidente — e fazem-me recordar o 4 de Março de 1967, quando entram como elementos no campo. Lembro-me de que em 1965 quando via a Chitupila via a Teresa na floresta do Niassa, a Marina quando foge da zona do inimigo e vem engajar-se na luta».

Na organização do Povo para o transporte do material, na organização das mulheres para tomarem conta dos orfanatos, na organização das mulheres para tomarem conta das bases milita-

res e dos hospitais. Na produção, no patrulhamento. Por isso, este orgulho não deve ser só orgulho da Mulher moçambicana, mas de todo o homem moçambicano.

Nós não estamos a dar este cartão à Mulher moçambicana, mas estamos a dá-lo aos combatentes».

Depois de frisar este aspecto e os sacrifícios que implicou esta participação, a outro passo da sua intervenção o Presidente Samora disse:

«Estas camaradas nunca desanimaram, nunca exigiram postos nem responsabilidades.

Recebem este cartão não pela antiguidade. Não há antiguidade na Frelimo. É o comportamento exemplar que distingue estas companheiras.

Quando chegámos a esta zona dominada pelos vícios do inimigo, de novo ergueram a bandeira da Frelimo e compreenderam a natureza do novo combate, enquanto que muitos foram engolidos pelas balas doces, engolidos pelas balas açucaradas. Era preciso resistir a este novo combate e elas resistiram».

PRODUTO DA FRELIMO

Depois de sublinhar que as camaradas distinguidas pelo Partido compreenderam a dimensão da nossa luta compreenderam que não se tratava de fazer desaparecer os colonialistas para ocupar o lugar deles e então assumiram o papel dirigente, salientou:

«Elas não falam. Mesmo nas vossas reuniões não falam muito, conhecem-as bem. Ouvem, escutam, analisam, começam a reflectir imediatamente. A pergunta que fazem: «mas estamos entre nós?».

«O que são é que é hoje a Frelimo. Dizer Frelimo, é o mesmo que dizer Mariana, o mesmo que dizer Teresa ou Mónica.

Elas têm orgulho disso. Dizem: «somos o que somos, por causa da Frelimo».

SEGUIR O EXEMPLO DESTAS CAMARADAS

«Que todos nós — frisou ainda o Presidente — sejamos como estas camaradas. E aí diremos: O processo em Moçambique é irreversível, a emancipação da Mulher triunfará, a Mulher Moçambicana transformará o Mundo, liquidará os vestígios decadentes deixados pela burguesia colonial.

Mas o ponto é que todos nos transformemos em combatentes consequentes, o processo revolucionário em Moçambique será sempre irreversível, se-

rá o sol do meio-dia. Não só transformaremos o nosso País, como também transformaremos a África Austral.

Vamos fazer viver a O. M. M. com o mesmo sangue, fazer viver a O. M. M. com sangue novo, sangue cheio de oxigénio. É preciso liquidar a velha cultura, velhos hábitos, velhos costumes, velhas ideias. É preciso liquidar essas ideias plantadas seleccionadas podemos germinar em qualquer terreno. Quer dizer, as nossas ideias vão encontrar eco em qualquer lugar.

Em nome do Comité Central da Frelimo, muito obrigado pela lição, pela vida e pelo exemplo, pela modéstia. Muito obrigado pelo engajamento. Sentimo-nos orgulhosos por possuímos mulheres como vocês, monumentos vivos que servirão de educação, de inspiração, «as novas gerações. Sabemos que nada vos abalará.

Muito obrigado à O. M. M. por ter membros com estas qualidades».

O cartão, com que as três camaradas foram distinguidas tem inscrito o seguinte:

«(Nome), combatente veterana, militante exemplar que, assumindo profundamente os interesses das largas massas exploradas desde os primeiros anos, se engajou no combate pela libertação do Povo moçambicano, militante que, interiorizando a necessidade, da luta pela emancipação da mulher, se colocou na vanguarda desse combate.

A presente distinção representa uma homenagem profunda da Organização da Mulher Moçambicana.

A Luta Continua.

A Organização da Mulher Moçambicana».

(De: "Notícias" Maputo, 1978-12-25)

QUEREMOS QUE VOCÊS SE SINTAM MOÇAMBICANOS E VIVAM ORGANIZADOS

EM COMUNIDADE

— Presidente Samora Machel aos mineiros residentes na África do Sul

Um grupo de mineiros moçambicanos que trabalha na África do Sul manifestou, recentemente, num encontro com o Presidente Samora Machel, a que uma das nossas últimas edições faz referência, o seu desejo de participar na construção da nova sociedade no nosso País, nomeadamente com a contribuição do Imposto de Reconstrução Nacional. No encontro que mantiveram com o Presidente Samora Machel, os mineiros moçambicanos contribuíram com 9.733 rands (cerca de 370 mil escudos) para o aumento da nossa capacidade defensiva.

«Estão aqui velhos que saíram daqui em 1922, antes de eu nascer» — disse um dos mineiros quando falava em nome do grupo. «Mas hoje lá quando se fala de Moçambique, pergunta-se se realmente acabou a opressão e nós dizemos: tire o passaporte e vá pessoalmente espreitar, ver por si próprio. E isto porque o dito não é como o visto».

Prosseguindo, o porta-voz do grupo de mineiros moçambicanos que trabalham na República da África do Sul declarou: «Mas, queremos sobretudo agradecer tudo o que a Frelimo fez por nós, porque se não fosse a Frelimo, não haveríamos de pensar que existe Moçambique. Estávamos determinados a morrer onde nos encontrávamos».

«Nós não éramos nada na Comunidade Internacional. Nós não tínhamos representante. Só um punhado de gente era representada e nós não éramos representados», continuou, para precisar a dado passo que «todos os que se encontram fora do País, não saíram por não amarem o seu País. Saíram porque não suportavam as leis opressivas que existiam dentro do País».

«Também queremos pagar Imposto de Reconstrução Nacional, porque com o Imposto de Reconstrução Nacional nós seremos capazes de avançar», sublinhou o representante daquele grupo de mineiros, ao referir-se ao seu desejo de participar na construção da nova sociedade em Moçambique. «É o imposto que nos vai permitir construir escolas, edificar as Aldeias Comunitárias onde vamos viver e é por isso que afirmamos aqui que nós queremos avançar, queremos pagar o Imposto de Reconstrução Nacional».

«A FRELIMO, onde se encontrava não produzia dinheiro e não trabalhava por causa do dinheiro. Produzava apenas do liberdade»

«Nós os trabalhadores é que devemos desenvolver o País pelas nossas próprias mãos».

Em resposta a estas palavras, o Presidente Samora Machel disse:

«Em nome do Governo da República Popular de Moçambique, em nome da Frelimo, viemos aqui para termos o conhecimento real da vida que os moçambicanos levam na África do Sul. A História do povo moçambicano é uma história cheia de glória, mas também cheia de sofrimentos.

Encontramos moçambicanos em toda a parte dos países que rodeiam Moçambique. Encontramos moçambicanos no Malawi, devido ao colonialismo português. Encontramos moçambicanos vendidos no Malawi, a preços de um quilo de sal, de um quilo de açúcar. Estão lá moçambicanos a trabalhar nas plantações de chá, recebendo uma lata de litro de farinha. Esse é o pagamento de um homem moçambicano vestido de sacos.

Encontramos o Homem moçambicano no antigo Tanganica trabalhando no sisal, recebendo, também uma lata de litro de farinha, recebendo 200 gramas de amendoim para pillar e misturar com a farinha.

Encontramos o Homem moçambicano na antiga Rodésia do Norte, produzindo cobre, mas recebendo miséria.

Encontramos moçambicanos na Rodésia do Sul como escravos do Ian Smith, cujo vencimento são bofetadas na cara e discriminação.

Encontramos o Homem moçambicano na Rodésia com uma casa para dormir, mas o chão com um cobertor e uma cadeira decente e um prato para poder comer e o moçambicano a comer numa lata de leite aborá há já cinco dias. Encontramos o Homem moçambicano na Rodésia, a fazer massagens às mulheres dos colonos e mulheres moçambicanas a fazerem massagens às mulheres inglesas nas piscinas da Rodésia e a receber a discriminação, insultos, a humilhação.

Encontramos isso em toda a parte.

Encontramos o Homem moçambicano na Suazilândia nas plantações de cana-de-açúcar, como pastores do gado que recebem leite como vencimento, como «bacola».

Encontramos o Homem moçambicano na África do Sul, nas minas de ouro, nas minas de diamante, nas minas de carvão, ferro, asbestos, enriquecendo o Vorster para poder ter força de apertar o pescoço ao Homem moçambicano e ao Homem africano.

Encontramos o Homem moçambicano na África do Sul trabalhando lado a lado com o homem branco e o branco a vencer 100, 200, 300 rands e o Homem moçambicano, 15 ou 20 rands.

Encontramos o Homem moçambicano aqui

na África do Sul, a fornecer toda a sua energia e, em troca, poeira nos pulmões, tuberculose, acidentes onde perdem um braço, uma perna, para serem indemnizados com 50 libras, ou quando muito, 80 ou 100 libras. Mas os pulmões foram comidos pela tuberculose.

Encontramos o Homem moçambicano a desenvolver a África do Sul para que ela tenha armas, tenha a bomba nuclear para ir destruir o Soweto. Produzir a riqueza, produzir a Ciência para encontrar a morte em troca».

Depois de evocar a miséria e as dificuldades económicas por que passavam os trabalhadores moçambicanos, em consequência do sistema de exploração colonial-capitalista implantado no nosso país, o dirigente máximo da Revolução Moçambicana afirmou:

«Nós compreendemos porque é que vocês estão na África do Sul. Mas, a Frelimo proclamou a independência há três anos. Tinha muitos problemas a resolver meus irmãos. A Frelimo não pode esquecer os seus cidadãos, os seus filhos. Não pode.

Era preciso primeiro organizar, varrer a nossa palhota. Não vêem que isto aqui está limpo!».

Prossequindo o Presidente Samora Machel precisou: «Queríamos sublinhar alguns pontos. Nós queremos que vocês escrevam para as vossas famílias. Primeiro, escrever para as vossas famílias. Queremos que vocês visitem as vossas famílias.

Queremos que vocês mandem dinheiro para educar os vossos filhos, os vossos familiares.

Queremos que vocês comprem tractores para desenvolver a agricultura e queremos que vocês enviem dinheiro para comprar as coisas aqui em Moçambique, porque, como vocês disseram aqui, Moçambique só se pode desenvolver com o vosso apoio. Queremos boas estradas.

Queremos comprar mais aviões, porque se continuarem a viajar como fizeram desta vez, o avião já pode ir à África do Sul e vocês já podem vir da África do Sul de avião até aqui. Podem vir de avião directamente para Inhambane. Incluindo, podemos negociar Caminhos de Ferro directamente para a África do Sul.

Queremos que vocês se organizem, se organizem na África do Sul, assumindo a qualidade de moçambicanos na África do Sul. Vocês têm de viver na África do Sul como homens livres, não oprimidos e não colonizados e não discriminados também. A Independência trouxe estes privilégios.

É verdade que temos dificuldades porque estamos nos primeiros anos e, aqui, os portugueses não deixaram absolutamente nada onde empregar as pessoas.

E nós queremos construir cidades em toda a parte do nosso País, que são as Aldeias Comuns. Quer dizer, construir cidades para ganharmos bons hábitos de viver. E queremos que vocês mandem dinheiro para construir as vossas casas nas vossas terras. Queremos que vocês façam isso. Primeiro, sintam-se moçambicanos na África do Sul e vivam em comunidade».

No dia do aniversário da Independência de Moçambique — disse a terminar, o dirigente máximo da Revolução moçambicana — dia 25 de Junho, vocês devem festejar lá. É o vosso dia. Devem transmitir isso aos vossos colegas lá. E o dia 25 de Setembro também, que é um dia grande aqui».

(De: "Notícias" Maputo, 1978-12-28)

ENTREVISTA DO PRESIDENTE SAMORA MACHEL A INFORMAÇÃO MOÇAMBICANA

* ROMPER COM A CULTURA BURGUESA E FEUDAL IMPOR OS VALORES CULTURAIS DO POVO *

Na sua primeira entrevista à Informação Nacional, o Presidente da Frelimo e Presidente da República Popular de Moçambique abordou os seguintes pontos:

- | | |
|--|--|
| ● Estruturação do Partido | ● Perspectivas económicas de Moçambique |
| ● Funções do Partido e funções do Estado | ● Contradições cidade-campo |
| ● Papel da classe operária | ● Prestígio internacional da RPM |
| ● A luta de classes na fase actual | ● A RPM no Movimento Revolucionário Mundial |
| ● O combate cultural no nosso País | ● Situação no Zimbabwe |
| | ● Principais tarefas do Povo moçambicano em 1979 |

O Presidente da Frelimo e Presidente da República Popular de Moçambique, Samora Moisés Machel, concedeu, nos últimos dias do ano de 1978, a sua primeira entrevista à Informação Nacional. No encontro, que durou cerca de três horas, o dirigente máximo da Revolução moçambicana abordou onze temas que lhe foram propostos pelos representantes dos principais órgãos de Informação moçambicanos, e, nas suas respostas, fez uma análise profunda de alguns dos principais aspectos da situação política, económica, social e cultural do nosso País. A entrevista resultou assim num documento com orientações de grande importância para todo o Povo moçambicano. No encontro esteve presente o Secretário do Comité Central da Frelimo para o Trabalho Ideológico e Ministro da Informação, Jorge Rebelo.

E o seguinte o texto da entrevista:

Pergunta: 1978 foi o ano da Estruturação do Partido. De que forma contribuiu a implantação do Partido para a transformação da sociedade moçambicana?

Resposta: Todos nós vivemos esses momentos, momentos exaltantes. A resposta portanto todos nós a podemos dar.

Primeiro, foi definido o critério utilizado para a selecção de membros para o Partido. Numa primeira fase, foi feito o exame rigoroso da vida e do comportamento de cada um, ao nível da estrutura política no local de trabalho e de residência. Foi um levantamento, um recenseamento não somente para admitir membros para o Partido mas também para avaliar as qualidades das pessoas, as suas capacidades, as suas potencialidades, e particularmente as qualidades políticas e morais.

A segunda fase foi a da apreciação de cada candidatura em amplas reuniões da totalidade dos trabalhadores; de modo a que cada um se pronunciasse sobre as candidaturas. Foi o filtro. Vamos lá dizer: esta é uma experiência original da Frelimo; fazer participar todos neste processo, para todos se pronunciarem sobre a vida e sobre a candidatura. Todos se pronunciaram, em

reuniões públicas. Constatou-se que muitos candidatos não têm ainda qualidades. Mas também houve os modestos, que disseram que não tinham qualidades quando o Povo via neles grandes qualidades.

A terceira fase foi a da apreciação final das candidaturas ao nível das brigadas provinciais, as quais, então, já tinham elementos suficientes para admitir ou rejeitar.

Por que é que tivemos de seguir este processo? É que temos consciência de que o Partido não existe em abstracto. Existe através dos seus membros, através do comportamento, da vida, das qualidades dos seus membros. Do seu sentido de responsabilidade, sentido de disciplina, sentido colectivo do trabalho organizado. Ai existe, então, o Partido.

O processo de selecção de membros do Partido garantiu que escolhêssemos os melhores trabalhadores, os mais conscientes, os mais dedicados à causa do Socialismo, à causa revolucionária. Permitiu que escolhêssemos os mais organizados, os mais disciplinados, aqueles que estão profundamente preocupados com a transformação da vida do Povo.

Depois deste processo, os membros do Partido, foram organizados em mi-

lhares de células, do Rovuma ao Maputo, e estão presentes em todas as empresas, serviços, locais de residência. Eles são elementos queridos, elementos respeitados, elementos responsáveis, influentes pelo seu exemplo, gozam da confiança das massas trabalhadoras e do conjunto da nossa sociedade.

Eles são a semente seleccionada que estamos a lançar num terreno fértil. Através de todo este processo já criamos condições para germinarem novas ideias. E quando germinam novas ideias há uma luta permanente contra as ideias velhas, contra os hábitos velhos, contra a cultura velha e surge o combate, para dinamizar e revigorar o que é novo. Novo, com conteúdo revolucionário.

Os membros do Partido estão nas melhores condições para conhecerem os problemas reais da nossa sociedade. Eles são, por isso, a garantia de que as orientações da Direcção correspondam às preocupações e anseios mais profundos do nosso Povo.

Ao longo da luta armada revolucionária do Povo moçambicano, libertámos e desenvolvemos a imensa capacidade criadora do Povo; o grande potencial combativo das massas, nas zonas libertadas. Hoje, com a estrutura-

ção do Partido e a sua implantação em todos os locais e sectores de actividade; essas tradições, esse potencial, transformaram-se já em património de todo o País e garantem a transformação rápida e radical da sociedade moçambicana.

É assim que entendemos a estruturação do Partido e como ela contribuirá para transformar a nossa sociedade.

FUNÇÕES DO PARTIDO E FUNÇÕES DO ESTADO

Pergunta: *Estão a ser criadas ou consolidadas, a todos os níveis, as estruturas do Partido e do Estado. Como se dá, neste processo, a criação de dois aparelhos paralelos que podem tender a confundir as respectivas funções, e como assegurar o papel dirigente do Partido?*

Resposta: Nós começamos por afirmar que não pode haver confusão entre as funções do Partido, e do Estado, que são bem distintas.

No passado, é verdade que algumas estruturas do Partido se encarregaram de passar guias de marcha, resolver problemas sociais, de justiça, casamentos... Houve uma fase em que era o Partido, eram os Grupos Dinamizadores quem fazia isto. Até mesmo punições. Até mesmo casos de desvio de dinheiro, o que já é crime — devia ir para a estrutura administrativa — mas em certa altura era a estrutura política que resolvia. Porquê? Porque não estávamos estruturados, o aparelho de Estado não estava estruturado. Era ainda o aparelho de Estado colonial. Então as populações romperam imediatamente com ele e dirigiram-se à Frelimo, para resolver todos os seus problemas. Isto demonstrava a confiança que as populações tinham na Frelimo.

Hoje as funções já estão bem distintas. O Partido tem a função de perspectivar o nosso processo de desenvolvimento. O Partido dirige o conjunto da nossa sociedade, estabelece as grandes linhas de orientação, define as prioridades e pronuncia-se sobre as principais tarefas.

O Estado exerce a soberania e a autoridade. A defesa da integridade territorial cabe ao Estado. Representar o Povo moçambicano no mundo, no plano internacional, é tarefa do Estado.

O Estado exerce, sobretudo, o poder — o poder político, o poder administrativo. O Estado realiza as tarefas concretas do processo de desenvolvimento. Ao exercer todas estas funções, ele implementa as orientações do Partido.

Como é que vamos definir então o Estado? O Estado é um instrumento do Partido. O Estado não substitui o Partido, nem o Partido substitui o Estado. São coisas distintas.

Na prática quotidiana, o Partido não dirige administrativamente. A sua direcção é, fundamentalmente, política. O Partido educa o Povo, através da sua linha e do comportamento dos seus militantes.

Não compete à Célula do Partido ou ao órgão local do Partido substituir-se à gerência de uma empresa ou à estrutura local do Estado. Compete sim, ao Partido, dinamizar, organizar as massas na realização das tarefas propostas. Dizemos: dinamizar, organizar, enquadrar, no sentido da produção, da produtividade, da consciência de classe.

Por exemplo, é o Partido que decide que a Saúde deve estar ao serviço das

massas. Agora, estabelecer a estratégia, aplicar a decisão, já é o Estado. Aqueles que realizam estabelecem imediatamente a estratégia de como executar. Não se trata de analisar se está certo ou errado, trata-se de saber como aplicar. Assim, é o Estado que nacionaliza as clínicas privadas, para poder atingir o objectivo definido pelo Partido, que é colocar a Saúde ao serviço das massas. O Estado acaba com o comércio da Saúde, abre unidades de assistência médica, forma o pessoal. O Partido dá a orientação, o Estado estuda a estratégia e aplica-a.

Outro exemplo: quando lançamos a campanha de vacinações, o Partido sensibiliza o Povo sobre a importância das vacinas e, assim, concorre para o êxito da campanha. Mobiliza, organiza. Explica a importância das vacinas.

Só quando a preparação política é baixa é que podem surgir confusões entre as funções do Partido e as funções do Estado.

PAPEL DA CLASSE OPERÁRIA

Pergunta: *Nas condições concretas em que se desenvolve a caminhada do nosso País para o Socialismo, como é que a classe operária moçambicana assume e realiza a sua missão histórica de classe dirigente de toda a sociedade?*

Resposta: Em Outubro de 1976 fizemos uma reunião com os operários em Maputo, em que dissemos que cada fábrica devia ter a preocupação de se tornar produtora da consciência de classe. Como aplicar essa palavra de ordem?

Já temos os Conselhos de Produção, organização das classes trabalhadoras nas unidades de produção. Isso é um grande avanço.

Mas claro que não é possível, apenas três anos após a independência e menos de dois anos após a formação do Partido Marxista-Leninista, afirmarmos que em Moçambique a classe operária já assumiu o seu papel de classe dirigente. Seria falta de responsabilidade da nossa parte.

Mas os Conselhos de Produção já constituem um embrião. Ali conhecemos os trabalhadores, os operários conscientes. Através das metas, através da pontualidade, através do sentido de responsabilidade.

Mas pretender que a classe operária tivesse já assumido o papel dirigente seria esquecer a nossa história. Seria ignorar a história da luta do Povo moçambicano. Por que é que dizemos isto? A luta de libertação nacional, fundamentalmente, quem a desencadeou e desenvolveu? Foram os camponeses organizados. Aqui, no nosso País, os camponeses das zonas libertadas é que deram o exemplo de organização aos operários.

Na luta armada de libertação nacional, através da correcta mobilização, organização, explicação, educação política e justiça da linha política da FRELIMO, as massas camponesas ganharam um alto nível de consciência política que lhes permitiu não só derrotar o colonialismo português, mas também desencadear e vencer o combate contra os novos exploradores. É essa experiência de luta e de vida das zonas libertadas, que é sintetizada e aplicada em zonas não atingidas pela luta armada, essa experiência conjugada com o desenvolvimento da nossa indústria e com o enquadramento dos trabalhadores em Conselhos de Produ-

ção, contribuirá para um rápido crescimento da consciência de classe do operariado moçambicano, para que, em estreita aliança com os camponeses organizados, se possa, efectivamente, tornar a força dirigente da revolução e o principal agente transformador.

Em suma, não é o simples facto de ser operário que conta. Há operários com ideologia burguesa, há operários reacçãoários. Portanto não podemos dizer que, porque é operário, automaticamente já é revolucionário. O importante é uma prática organizativa e ideologicamente correcta para criar a consciência de classe.

A LUTA DE CLASSES NA FASE ACTUAL

Pergunta: *Na presente fase do nosso processo revolucionário, quais são as formas principais que assume a luta de classes no nosso País?*

Resposta: Em primeiro lugar, é preciso considerar sempre o inimigo forte, para poder estabelecer uma estratégia correcta de luta. É preciso não subestimar o inimigo e também não o sobrestimar.

Nós devemos, como princípio, subestimar o inimigo estrategicamente e tomá-lo a sério tacticamente.

Sabem, há um provérbio africano que diz que o elefante não consegue matar a formiga porque não a consegue ver. É tão pequena, tão pequena e o elefante tão grande. Mas a formiga, às vezes, mata o elefante. Conhecem esta história, não é verdade? A formiga entra na tromba do elefante, ou entra no ouvido e o elefante fica tão desesperado que acaba por morrer. Por isso não se pode subestimar o inimigo, mesmo quando parece pequeno.

O nosso inimigo de classe não actua isoladamente. É um elemento de ligação. Não podemos ver nele um inimigo fraco e isolado... É preciso medir toda a sua dimensão, as suas ligações, no mundo, quer dizer, ver no nosso inimigo constantemente o imperialismo, como combater o imperialismo.

O processo da luta de classes no nosso País está a demarcar e a isolar os reacçãoários de uma forma cada vez mais clara. Eles estão a ser desmascarados e desalojados do aparelho de Estado e do controlo da nossa economia.

Assistimos a este fenómeno, fenómeno exaltante, durante o processo eleitoral. Assistimos durante o processo de estruturação do Partido. Quer dizer: o Povo assumiu o combate, a dimensão do combate — desalojar os nossos inimigos de classe ao nível do Partido, ao nível do aparelho de Estado.

Isto tem como consequência passar-se para uma fase de confrontação aberta. Vocês dizem que o Smith está a dar os últimos coices, não é verdade? Pois são os maus perigosos. Estamos a passar para uma fase de confrontação aberta em que os inimigos de classe, os operários e camponeses, se aliam ao inimigo directo para nos agredirem.

A principal forma de luta de classes no nosso País é, por isso, a confrontação violenta. Tem que ser portanto essa a nossa forma de luta violenta.

Entretanto, ainda persistem as formas insidiosas de acção inimiga, que são a sabotagem económica, são as campanhas de descrédito contra as conquistas revolucionárias do nosso Povo, são as calúnias, são os boatos, são os rumores, são as intrigas. Esta é a forma subtil de acção do inimigo: denegrir o nosso processo revolucionário, dene-

grir a via que escolhemos, o socialismo científico.

É preciso que estejamos sempre prontos, porque a luta de classes é uma luta permanente. É preciso que estejamos sempre prontos a detectar e neutralizar o inimigo.

O COMBATE CULTURAL NO NOSSO PAÍS

Pergunta: O combate cultural assume nesta fase, tal como no passado, uma grande importância para o avanço da revolução. Como define as contradições que se manifestam hoje no campo cultural e como se inserem elas na luta pela consolidação da consciência nacional e pela construção do Socialismo?

Resposta: Começaríamos por definir o que é cultura, quem produz a cultura. Dizemos sempre categoricamente: Quem produz a cultura é o Povo. O Povo que nunca morre, que vive milhares de anos. Não são pessoas, um grupo. É o Povo. Os capitalistas não têm cultura. A cultura dos capitalistas é a exploração. Exploração, corrupção — corrupção da própria cultura do Povo.

Nunca vimos artistas produzidos pelos capitalistas. Todos os artistas vêm das camadas inferiores, vêm dos pobres. A pobreza, o sofrimento, a opressão, a dominação, a exploração, são as fontes que produzem a cultura. Por isso é que nunca vimos um capitalista cantar. Não tem voz. Vejamos os grandes cantores: De onde vêm? Vêm do Povo. Vimos aos grandes teatros, vamos assistir a um ballet, vamos lá procurar de onde vêm esses artistas, esses bailarinos... Todos eles vêm do Povo.

Por isso a questão cultural é a questão central para a revolução. É assim que respondemos a esta pergunta. Os problemas da cultura, em qualquer sociedade, são vastos e complexos. Para nós, falar de cultura implica em primeiro lugar cortar o cordão umbilical com a «metrópole».

Consideramos que, genericamente, a cultura seja um — o modo como, sem nenhum esforço de laboração mental, um Povo pensa, sente e se comporta, dois — o modo como vê e interpreta a natureza e a sociedade em que vive, três — o modo como percebe o papel do homem perante essa natureza e essa sociedade, quatro — o modo como age ou tenta agir para se realizar enquanto homem e enquanto Povo.

Em síntese, consideramos cultura de um Povo a concepção que esse Povo tem do mundo e da vida, bem como do seu papel no conjunto desse mundo e dessa vida. Essa concepção é condicionada por vários factores, entre eles o modo e o grau de desenvolvimento da produção, que, por sua vez, determina a organização social e as correspondentes relações entre as várias camadas da sociedade, a natureza da classe no poder, o grau de desenvolvimento do conhecimento científico e técnico e, até, o contexto geográfico e climático.

Com a invasão portuguesa e a consequente ocupação do território nacional, a nossa cultura é calcada e asfixiada. Mas não morre. O Povo morreu? Alguma vez um Povo morreu? A nossa cultura, nessa altura, hibernou. Ficou ali. Em termos médicos diríamos: transformou-se em micróbio anatóxico. Vive na água, vive no gelo, vive no frio; vive no calor, vive em todas as condições. É a capacidade da cultura. Calcada e asfixiada mas não morre.

Está aí o xigubo, está aí o chingomane — apareceram com o Governo de Transição, com a Independência. Mas onde é que foi aprender essa gente? Aqui dentro do Maputo. Não foi preciso inportar pessoas para virem ensinar. Não trouxemos artistas nenhuns de outras províncias para vir ensinar estas pessoas que estavam em confrontação directa com a cultura portuguesa. A cultura estava cá. Com a liberdade, também ela apareceu.

Com a ocupação a estrutura social não se transforma radicalmente. Mantém-se fundamentalmente feudal nos seus valores. Em grande parte do País o exercício do poder colonial é feito através dos régulos. Só o imposto, o trabalho forçado nas plantações e na construção de estradas e que representam no concreto a opressão colonial. Por isso, não se pode falar propriamente de infiltração cultural portuguesa, burguesa ou imperialista, ao nível da esmagadora maioria do Povo. Basta sair de Maputo, ir para Marracuene, ir para Boane, mesmo aqui perto. Em Maputo é que há a confrontação das culturas. Na Beira, um pouco. Mas quando saímos das cidades, o que é que encontramos? O contacto com a população era só através do trabalho forçado, através da paluatória, através do imposto.

Por isso colocamos esta questão: se há confrontação, se há contradição, onde está, onde se situa?

Entretanto, nas zonas onde residia a burguesia colonial, zonas de exercício directo do Poder pelos colonialistas, desencadeou-se o processo de despersonalização, de alienação, de assimilação, com imposição dos valores culturais da burguesia colonial e do imperialismo.

As pessoas cultas, aqui, eram aquelas que tinham ocasião de ir para Paris e trazer modas de vestir de Paris. «Ah, este é culto! Isto é cultura!» Blue jeans, música americana, sapatos xiconhoca. Grande cultura... Grande cultura essa: andar sujo, barba mal feita, cabelos compridos... É nas cidades que encontramos isso.

Assim, na época colonial-capitalista coexistiram dois tipos de cultura em Moçambique: um — nas imensas zonas rurais, onde a cultura da burguesia é totalmente desconhecida e até mesmo a língua portuguesa (há essa confusão: falar português, pronto, é cultura; educação e cultura, confundem-se as duas coisas); dois — nas zonas urbanas, onde o fenómeno de assimilação chega a tomar proporções desmedidas que vão desde o vestir, o cabelo desfrisado e a perda até à mudança de nomes. Conheço muitos que mudaram os nomes. Em Inhambane, por exemplo. Os Muandane mudaram para Mendes. Os Cossa, mudaram para Costa. Mbalane, mudaram para Belém. Complexos.

Nas zonas urbanas, os colonialistas, desenvolvendo embora as contradições tribais no seio dos moçambicanos, lutaram por incutir a cultura estrangeira, burguesa e imperialista, cujas raízes ainda hoje não extirpamos totalmente em alguns dos nossos compatriotas.

Após a fundação da FRELIMO, a sociedade moçambicana era: tribos, regiões e raças. E a fundação da FRELIMO e o seu primeiro Congresso, em 1962, que consagraram os conceitos de Povo moçambicano, Nação moçambicana, Unidade Nacional e luta pela Independência total e completa, internacionalismo proletário. Nasceu assim uma vanguarda do nosso Povo, que nos conduziria a transformar os conceitos numa força real.

É, no entanto, a luta armada que constitui o instrumento que vai forjar a unidade real do Povo moçambicano, unidade edificada no dia a dia, na coluna da marcha longa, no disparar sincronizado e concentrado no alvo comum. Unidade edificada na destruição, na abertura de uma cisterna. Unidade aprofundada no estudo da nossa História e Geografia, das leis do movimento das sociedades. Unidade edificada na narração do sofrimento comum, no canto, na dança, no poema, na escultura, no teatro, etc.

A luta armada, sobretudo quando se transformou em guerra popular revolucionária, produziu o Homem Novo em Moçambique. Moçambicanos, moçambicanos conscientes da sua própria personalidade, com confiança em si próprios, com orgulho de serem moçambicanos, com convicções e concepções claras e correctas sobre o mundo e a vida. A guerra popular revolucionária produziu a cultura popular e revolucionária, produziu a revolução cultural, a revolucionarização da nossa cultura. Por isso chamamos à luta armada um acto eminentemente cultural.

Deste modo a nossa auto-affirmação como um Povo, um Povo livre de escolher a via de desenvolvimento que deseja, livre de exercer independente e soberanamente o seu poder, livre de escolher os seus aliados e amigos, essa auto-affirmação é a nossa independência política, económica, social e, sublinhamos, base da nossa independência cultural. Este é o nosso ponto central.

A luta que hoje surge é a recusa do velho, que quer sobreviver, com os seus valores negativos que constituem peso morto. Ideias velhas, tradicionalistas, tribalistas, regionalistas, racistas. É este velho que quer sobreviver. É o velho esquecimento de pensamento, velhos hábitos, velhos costumes, velha cultura obscurantista, supersticiosa.

Portanto, as contradições de que falamos é a luta entre o velho e o novo, são valores decadentes que querem sobreviver.

Sobre a questão do corte do cordão umbilical com a «metrópole» destacamos três grupos no conjunto da nossa sociedade moçambicana.

Primeiro, a esmagadora maioria do Povo; segundo, os poucos que, sobretudo nas zonas urbanas e nos bancos da escola tiveram contacto com a burguesia e por ela se deixaram influenciar; terceiro — que é um ponto mais decisivo — a Direcção da Frelimo.

Para o Povo moçambicano em geral, não se coloca o problema de romper com a cultura burguesa e imperialista pois, simplesmente, a desconhece. Este grupo, o maior, tem sim que romper com os valores retrógrados da cultura tradicional-feudal e do obscurantismo religioso. Os operários, embora tenham vivido um grande tempo sob a dominação colonial portuguesa não desapareceram neles as características da nossa cultura, sempre mantiveram neles a nossa tradição cultural. E assim que vemos hoje os operários dançar. Quem lhes foi lá ensinar? Tem o ditamismo, precisamente porque são operários.

O segundo grupo: gente das cidades. Em geral, os instruídos e trabalhadores da função pública atarinham com maior ou menor saudosismo os valores decadentes e corruptos da burguesia. «Ah, mas qual é o qual disto, qual é a mal daquilo?» Quando há uma orientação que nos toca um pouquinho, a nossa reacção é: «Mas qual é o mal disto? Qual é o mal de dançar?»

Os instruídos e os funcionários encontram sempre justificações para manter os velhos valores. São ainda colonizados mentalmente, revelam uma mentalidade escrava ao estrangeiro, falta de confiança em si próprios e na capacidade criadora das massas, não acreditam, não confiam na capacidade de a nossa vanguarda, a Frelimo, desenvolver de uma forma original o marxismo-leninismo, com base nas nossas próprias experiências. Só o importado é que é bom. Nós não desprezamos as experiências dos outros mas é preciso primeiro assumir as nossas próprias experiências e valorizar as experiências dos outros de forma crítica.

Por fim, o terceiro grupo, constituído pela nossa Direcção. Foram produzidos pela guerra, houve abalos, houve problemas sérios para consolidar a Direcção. Tivemos esses problemas. E a Direcção soube romper, tanto com a cultura tradicional-feudal, como com a cultura burguesa. Mas foi preciso um combate, aceitar um combate. Pagámos caro. Cada indisciplina, uma gota de sangue; cada liberalismo, uma vida. Pagámos um preço caro.

Temos que ir ao Povo aprender. Só quando assumimos isso diminuímos os sacrifícios inúteis.

Por exemplo, se nós autorizarmos que se dance as danças burguesas em toda a parte, vão abandonar a nossa cultura. Se não houver um combate, vocês vão voltar a escrever daquela, forma estereotipada, para não serem entendidos. Na primeira reunião que fizemos com os jornalistas, na ex-Sociedade de Estudos, falámos nisso. Escrevem para quem? A informação é para quem? Quando fazem um artigo, o maior esforço, todo o talento, toda a energia, devem ser, no sentido de comunicar-se com as pessoas. É uma questão cultural também.

Por isso nós rompemos com dois tipos de comportamento, o tradicional-feudal e o da cultura burguesa. Assim temos sido capazes de conduzir e ganhar rapidamente a maioria, porque a maioria identifica-se com este tipo de cultura que nós pretendemos desenvolver. Conhecedora profunda da complexidade e das características da nossa sociedade, a Frelimo soube enaltecer os valores positivos da nossa cultura, dos nossos antepassados, soube educar as massas no desenvolvimento desses valores, ligando-nos ao nosso passado e à nossa luta.

Mas ao mesmo tempo soube ensinar-nos os novos valores, fruto das nossas conquistas revolucionárias, de modo a torná-los nosso modo de pensar, modo de sentir e de agir.

Não há combate libertador, não há revolução, se a luta contra o domínio da burguesia não é lançada também na frente da cultura.

No nosso País, a luta contra a cultura da burguesia foi lançada e desenvolvida desde a luta armada de libertação nacional. Foram os resultados desta luta que permitiram o sucesso do Festival Nacional de Dança Popular, o nosso primeiro festival de cultura após a independência.

É certo que a unidade política do nosso Povo é incontestável. Mas a edificação do Estado popular democrático, a produção em moldes colectivos, no campo, a planificação e organização da indústria ainda estão no início. A influência dos valores negativos da mentalidade e cultura tradicionais-feudais ainda está longe de ser ultrapassada. O nível de conhecimentos científicos e técnicos no seio das largas massas ainda é muito baixo. Para veicular

a ideologia do nosso Partido, bem como os avanços da ciência e da cultura no mundo, temos de o fazer por via oral porque a maior parte do Povo desconhece a língua da unidade nacional, não sabe ler, não sabe escrever, não sabe fazer as operações matemáticas rudimentares do cálculo e da medida.

Deste modo, é difícil desenvolver e consolidar uma cultura proletária, a cultura da nossa classe, em todas as suas implicações e dimensões, enquanto não ultrapassarmos as dificuldades que acabámos de referir.

Porém, o perigo de a burguesia interna fazer valer a sua cultura já não se coloca e muito menos a possibilidade de vivermos na esfera do controlo mental e cultural do imperialismo. O Povo exerce realmente o poder. Através do seu instrumento, o Estado, o Povo impõe a sua cultura ao conjunto da nossa sociedade.

Importa, no processo de consolidação da nossa independência, materializarmos o princípio de levar as classes trabalhadoras moçambicanas a vencerem a batalha na frente da ciência e da cultura. A luta armada e a revolução cultural, em Moçambique, iniciaram-se ao mesmo tempo. A revolução cultural em Moçambique começou no mesmo momento em que disparámos a primeira bala.

A maioria não viveu essa luta. Houve uma minoria que teve a possibilidade de se sentar no banco das escolas, de trabalhar nos escritórios. É entre estes que se encontram os que têm a concepção errada da cultura. A luta agora é a revolução cultural, é o escangalhamento da cultura colonial. É isto o que eu queria dizer sobre o ponto da cultura.

PERSPECTIVAS ECONÓMICAS DE MOÇAMBIQUE

Pergunta: No contexto das Directivas Económicas e Sociais do III Congresso da FRELIMO, como define as perspectivas económicas do nosso País até 1980?

Resposta: Em termos gerais as Directivas Económicas e Sociais apontam para a necessidade de se atingir até fins de 1980 os níveis de produção de 1973.

O III Congresso definiu, assim, orientações concretas para se avançar na organização, planificação e direcção da economia. Para isso, criámos a Comissão Nacional do Plano, reforçámos o sector económico do aparelho de Estado, com a criação de novos Ministérios e da Secretaria de Estado das Pescas.

Controlámos nestes quase dois anos, desde o III Congresso, cada vez mais sectores vitais da nossa economia como o carvão, o petróleo, o açúcar, a totalidade das importações e exportações. Enfrentamos, como é natural, as dificuldades inerentes a um país que acaba de se libertar do colonialismo, de um país em vias de desenvolvimento.

Nós temos problemas sérios. O colonialismo português em Moçambique, desenvolveu o analfabetismo. Sabem qual o número de médicos moçambicanos? Imaginem isto: somos onze milhões a doze milhões de habitantes e temos cerca de sessenta médicos moçambicanos... Ao nível da Universidade, quanto professores moçambicanos estão lá? Quantos professores liceais há aqui? Como atingir as Directivas, realizar de uma maneira firme as directivas económicas, com tanto analfabetismo?

Mesmo professores qualificados para o ensino primário, quantos temos?

Em outros países colonizados quando os colonialistas saíram o nível médio estava preenchido. Em todos os países de colonização inglesa e francesa o ensino secundário estava generalizado, a formação de cursos médios generalizada. E aqui?

Podemos criar muitas estruturas, mas essas estruturas vão ser inoperantes. As estruturas são pessoas. Vamos lá criar por exemplo um Ministério só para o gás, um Ministério para o carvão, um Ministério para a indústria pesada, onde estão os quadros? É preciso preencher com quadros capazes de planificar, realizar, levar as ideias da Direcção até à base. Aqui está o nosso problema sério, quando queremos criar estruturas.

Desde 1977 que se generalizou na nossa economia a recuperação da produção em todos os sectores. Em 1978, essa tendência acentuou-se e irá aumentar. Para isso contribuiu, sobretudo no que se refere às empresas intervencionadas e às empresas estatais, um maior nível de organização, uma maior capacidade de direcção, um maior grau de consciência de classe.

Viram a experiência de Chôkwé. Há projectos grandes para a produção de trigo, há projectos grandes para a produção de café, para aumentar a capacidade de produzir açúcar.

As perspectivas do nosso País até 1980 são boas de avanço, de crescimento. As metas fixadas pelo III Congresso serão cumpridas na quase totalidade. Dizemos quase, precisamente, por causa dos quadros.

Uma herança pesada de analfabetismo, obscurantismo. Por isso todos nós devíamos ser alfabetizados e voluntários para as escolas secundárias. É verdade que interrompemos o ensino secundário para criar cursos propedéuticos mas precisamos também de fazer funcionar as escolas até à décima primeira classe. Porém onde estão os professores, de onde virão os quadros para a realização destas tarefas?

Como grandes projectos a que devemos dar grande atenção até 1980 e que se encontram em fase de arranque ou mesmo de conclusão, temos o projecto de regadio do vale do Limpopo, onde no próximo ano serão construídos mais doze mil hectares de regadio; o projecto agro-industrial de Angónia com sessenta mil hectares na fase inicial; a estrada Centro-Nordeste a concluir até 1980; a grande fábrica de equipamento agrícola na Bena, a primeira ofensiva da indústria pesada; as fábricas de têxteis de Montenuz e Mocuba; a estação troposférica de Massinga que ligará directamente a maioria das capitais de província, a concluir em meados do próximo ano.

CONTRADIÇÕES CIDADE-CAMPO

Pergunta: Numa situação em que são ainda muito agudas as contradições entre a cidade e o campo, quais são as principais manifestações dessas contradições nesta fase e qual é o papel das Aldeias Comunas na consolidação da aliança operário-camponesa e no desenvolvimento equilibrado e harmonioso de todo o País?

Resposta: Começamos por negar que sejam agudas as contradições entre a cidade e o campo no Moçambique de 1978. A cidade já não é a grande devoradora do trabalho do campo, nem o campo é a reserva de mão-de-obra para as indústrias e plantações capitalistas.

Há diferenças de desenvolvimento das zonas rurais e das zonas urbanas, mas essas diferenças já não são fruto de uma exploração. O trabalho da classe operária, as máquinas construídas, os objectos construídos, o trabalho dos investigadores, dos planificadores, já começa a beneficiar as zonas rurais com melhores sementes, na localização da água, nas campanhas de vacinação, e em certas zonas na construção de barragens e regadios, etc..

A face do nosso campo modifica-se. Hoje, mais de dez por cento do campesinato já trabalha em empresas estatais agrícolas ou em cooperativas. Cerca de um terço do campesinato já trabalha em formas embrionárias de cooperativas. As relações capitalistas ou feudais de produção praticamente desapareceram das zonas rurais em favor das relações socialistas de produção.

A Aldeia Comunal não é uma mera aglomeração de gente. Ela ultrapassa o simples pôr termo à dispersão tradicional das zonas rurais. Ela é um novo tipo de aglomeração humana porque se funda exclusivamente em relações socialistas de produção baseadas quer na propriedade estatal, quer na propriedade cooperativa. A superior divisão do trabalho conduz a uma rápida acumulação e financia a mecanização do campo. Isso é mais visível nas empresas estatais onde o camponês tradicional se transforma num operário que trabalha no campo.

PRESTÍGIO INTERNACIONAL DA RPM

Pergunta: Em 1978 consolidou-se o prestígio da RPM no plano internacional. Quais as acções que considera mais significativas em termos de política internacional?

Resposta: Começamos por historiar o prestígio da Frelimo desde a luta armada de libertação nacional, por causa da clareza nas ideias, clareza na definição dos amigos, na definição dos inimigos, na definição dos alvos e na definição da nossa política de desenvolvimento. A FRELIMO foi sempre consequente na sua política internacional. Assim ganhámos prestígio.

Em Moçambique houve derrota das forças coloniais, a derrota de um exército. Isso ficou bem marcado não só para a África, mas para todas as forças progressistas do mundo, particularmente na Europa: a derrota, o colapso do exército colonial em Moçambique. Agora estamos envolvidos na luta pelo desenvolvimento económico.

Quando proclamámos a Independência, a República Popular de Moçambique torna-se um destacamento avançado na zona.

Nascemos já fortes e afirmamo-nos ao nível internacional. Há uma afirmação de Moçambique com uma personalidade vinda que se foi consolidando ao longo da guerra. Há o envolvimento do nosso Povo na luta do Zimbabwe, o apoio à luta de outros povos, sempre na procura de soluções justas para os grandes problemas.

As acções mais significativas da nossa política internacional em 1978, foram a consolidação das nossas relações a nível de Partido e de Estado com os países socialistas e com alguns países africanos. A Frelimo e a República Popular de Moçambique assinaram acordos de grande importância e de projecção futura com vários países socialistas. Sublinhamos, pelo seu significado e dimensão, os tratados de amizade e cooperação com a República Popular e Democrática da Coreia, com a República Popular da Bulgária e com a República Popular de Angola.

Foram também significativas as visitas à República Popular de Moçambique de chefes de Estados africanos e de países socialistas.

Também durante o ano de 1978 reforçámos a nossa cooperação com os países nórdicos e abrimos novas perspectivas de cooperação com alguns países da Europa Ocidental, como por exemplo a Itália.

O nosso País participou activamente nas acções internacionais relativas à libertação da Namíbia e Zimbabwe, na neutralização das manobras destinadas a implantar regimes fantoches naqueles dois territórios e na luta contra o apartheid. Consequentemente com o nosso princípio da Independência dos povos e com a nossa solidariedade para com o movimento de libertação, intensificamos durante o ano de 1978, o nosso apoio às lutas da República Árabe Democrática do Sahara e da República Democrática de Timor-Leste, contra o expansionismo e o anexionismo.

Diríamos em grandes linhas: a República Popular de Moçambique, a nível internacional, participou e deu uma grande contribuição para a solução dos grandes problemas, nomeadamente dos conflitos gerados pelo imperialismo — a República Popular de Moçambique participou na busca de soluções correctas. No Médio Oriente nós condenamos o expansionismo sionista. Sobre a Coreia, nós entendemos que não há duas Coreias, há uma Coreia. A ideia de duas Coreias é uma criação do imperialismo. Do mesmo modo, na Ásia, a questão de Taiwan, Moçambique está presente na América Latina contra os regimes fascistas, nós somos pela luta do Povo da Nicarágua. Estas posições trazem prestígio para Moçambique.

Durante este período Moçambique aprofundou e desenvolveu relações económicas com muitos países, havendo a salientar os sucessos da FACIM e a nossa participação em vários certames internacionais.

A nível de organizações internacionais consideramos uma vitória a decisão do «Bureau» do Movimento dos Não-Alinhados, de realizar nos princípios do próximo ano em Maputo uma reunião extraordinária sobre a Libertação da África Austral. O nosso papel também é activo ao nível dos Não-Alinhados.

A RPM NO MOVIMENTO REVOLUCIONÁRIO MUNDIAL

Pergunta: Como define a posição da República Popular de Moçambique no seio do movimento revolucionário mundial?

Resposta: Consideramos que o movimento revolucionário mundial comporta como factores mais significativos

o Movimento de Libertação e a construção do Socialismo. Primeiro, as nossas relações com o Movimento de Libertação: as experiências da Frente de Libertação de Moçambique estão ainda vivas, as feridas ainda estão frescas. Assim, a República Popular de Moçambique tem uma sensibilidade especial, uma sensibilidade aguda para a questão da libertação.

O nosso papel é importante na fronteira da liberdade entre a África independente e os regimes de opressão colonial e racista da África Austral. Isto contribui para que definamos o Movimento de Libertação Nacional como nosso aliado fundamental.

Servimos de retaguarda imediata do Movimento de Libertação Nacional na África Austral e também apoiamos as lutas de libertação noutras zonas do mundo como na Ásia, no Médio Oriente, na América Latina e com muita incidência, em África.

No contexto da Revolução Socialista, a história da FRELIMO e da República Popular de Moçambique já é um importante contributo para a teoria e prática da Revolução Socialista mundial. Pela correcteza da linha política, pelas consequentes acções a nível interno, pelas suas posições coerentes a nível internacional, a República Popular de Moçambique ganha um crescente respeito e admiração no seio da comunidade socialista e do movimento revolucionário mundial.

O nosso papel é continuar a produzir uma contribuição criadora para a teoria e prática do marxismo-leninismo, no contexto da presente etapa histórica e das condições concretas do nosso País e da nossa zona, sem contudo desprezar as contribuições dadas pelos revolucionários de outras épocas e outros países.

SITUAÇÃO NO ZIMBABWE

Pergunta: Como caracteriza a situação no Zimbabwe depois dos últimos acontecimentos, nomeadamente o tipo de agressões que o regime de Ian Smith está a fazer contra Moçambique actualmente?

Resposta: As agressões do regime racista — este é o ponto central — visam essencialmente a desestabilização do nosso Estado. Em segundo lugar, são para impedir o desenvolvimento económico do país integrando-o assim na órbita imperialista, na dependência total do imperialismo. Terceiro ponto, são para provar que o Socialismo em África não é possível. Isto para que as ideias revolucionárias, as ideias do socialismo, não penetrem no Zimbabwe, não penetrem noutras zonas. Quarto: o tipo de agressões que hoje o regime racista e ilegal faz a Moçambique, a natureza dos objectivos que são atacados, revela o desenvolvimento rápido e organizado da luta no Zimbabwe por um lado; por outro lado, já não é Ian Smith que faz as agressões. Ian Smith é um simples instrumento. A verdadeira agressão é imperialista. O imperialismo está na vanguarda das agressões aproveitando-se de Ian Smith.

Em quinto lugar, as agressões têm por objectivo criar um estado de tensão e insegurança, particularmente no seio dos cooperantes que nos vêm ajudar de forma a não materializarem o seu internacionalismo para com a República Popular de Moçambique.

O imperialismo internacional tem a responsabilidade nestas actuais agressões do regime de Ian Smith. Mas isto não altera a correlação de forças, não diminui o nosso apoio, o nosso engajamento. Antes pelo contrário — reforça-o.

Por isso, nós dizemos que na África Austral a situação é extremamente favorável às forças de libertação e tende a melhorar. Derrotamos os colonialistas portugueses e imediatamente Vorster, o mais racista, Smith, o mais boçal, o tabaqueiro, aceitam pela primeira vez na história o Governo de maioria no Zimbabwe, aceitam a libertação de prisioneiros políticos no Zimbabwe. Para quê? Para ganhar tempo, para o imperialismo se reorganizar.

O imperialismo tem esta capacidade de sintetizar muito rapidamente as experiências, as derrotas.

Portanto, a situação no Zimbabwe é favorável. Isto acontece porque a luta armada foi assumida como a única via de verdadeira transformação no Zimbabwe. Entre os factores que determinaram este desenvolvimento positivo, vemos o aumento da capacidade política e combativa dos movimentos de libertação. Vemos a adesão entusiástica da população ao identificar-se com a luta. Hoje, é o Povo que dá informações, que faz reconhecimento, e o Povo que alimenta os combatentes — quer dizer, está assumindo o novo carácter da luta no Zimbabwe. Vemos também a consolidação do apoio internacional à luta armada por certos sectores tradicionalmente conservadores.

No Zimbabwe hoje não se resolve o problema sem que primeiramente se aceite o princípio da existência da guerra para se negociar o "cessar fogo". Não se atinge a Independência no Zimbabwe sem passar pelas negociações do "cessar fogo". É preciso arranjar água para apagar o fogo, não acham?

Vemos a condenação universal das soluções fantoches. Quer dizer, nem os fantoches hoje servem no Zimbabwe. Já são incapazes. Smith já não é solução para o imperialismo, diríamos que é um contagioso, é um leproso. De modo que é rejeitado, tarde ou cedo será a própria Frente Rodésiana a expulsar Ian Smith porque está ultrapassado pelo vento da História.

Vemos por outro lado o aumento da capacidade defensiva de Moçambique e demais países que constituem a guarda segura para a luta de libertação. Por isso, no Zimbabwe, a Frente Patriótica está agora presente e activa em quase todo o território e com uma implantação popular sólida e inabalável.

A independência do Zimbabwe lá não pode ser atribuída a uma pretensa compreensão, a uma boa vontade de Ian Smith, a uma boa vontade do imperialismo. Quer dizer, o imperialismo já não vai ditar soluções.

A Independência do Zimbabwe será conquistada pelos zimbabueanos a preço de vidas e sacrifícios. A Frente Patriótica trava hoje um combate não só contra o colonialismo, mas também, devemos sublinhar bem, contra o próprio neocolonialismo, representado pelos fantoches.

Não se deve desprezar o inimigo, mas quanto assim podemos desde já afir-

mar que o desenvolvimento da luta armada no Zimbabwe tem conseguido neutralizar as manobras do imperialismo.

É nossa convicção que o povo do Zimbabwe prepara-se, não para a proclamação da independência amanhã; prepara-se, sim, para uma guerra popular prolongada. E, esta guerra popular prolongada, interiorizada pelo Povo, assumida plenamente pelo Povo, transformar-se-á numa verdadeira Revolução. Sabem, há fases e etapas. Não é toda a luta que é revolucionária logo no início.

Fala-se da possibilidade de uma intervenção militar directa do imperialismo, mas essa experiência já fracassou em muitos outros pontos do globo terrestre. A presença física de forças estrangeiras mercenárias, como tivemos ocasião de ver no Vietname, Laos, Kampuchea e ultimamente em Angola, fracassou.

O ano de 1978 foi um ano em que na África Austral se agudizaram as contradições entre os verdadeiros e os falsos nacionalistas. Este foi o ano em que se desmascararam e isolaram os traidores.

PRINCIPAIS TAREFAS DO POVO MOÇAMBICANO EM 1979

Pergunta: Entramos agora no ano de 1979. Que tarefas principais se colocam ao Povo moçambicano para o ano que agora começa?

Resposta: Consolidação das nossas conquistas ao longo dos três anos de Independência. Esta é que é a tarefa essencial.

Desde a data da Independência até agora o Povo moçambicano esteve engajado nas tarefas prementes da criação de instrumentos capazes de estender o exercício do poder às largas massas. Desde a data da Independência o Povo moçambicano esteve engajado no levantamento das suas potencialidades e capacidades e insuficiências e no estabelecimento de uma estratégia de desenvolvimento.

As vitórias recentes que culminaram no processo eleitoral, na estruturação do Partido e do Aparelho de Estado, na criação de bases para o exercício da justiça popular e no início da planificação, constituem um sólido ponto de partida para a solução correcta dos principais problemas do País.

No ano novo a nossa tarefa principal é utilizar os instrumentos criados para travar vitoriosamente o combate contra a fome, nudez, doença, ignorância e obscurantismo.

Isso significa lutar por uma melhor assistência nos hospitais, lutar contra o esbanjamento e a sabotagem nas empresas, lutar contra a ineficácia e o burocratismo nas repartições, lutar por uma melhor gestão da nossa economia. Em resumo, isso significa fazer funcionar as estruturas do Partido a todos os níveis.

As Forças Populares de Libertação de Moçambique, braço armado do povo, efectuaram um enorme salto qualitativo no processo de transformação da guerrilha clássica para um exército regular dotado de meios técnicos, preparação e organização mais sofisticadas. As Forças Populares de Libertação de Moçambique, fiéis às ricas tradições da Luta Armada de Libertação Nacional,

deram provas de determinação e heroísmo rechaçando repetidos ataques inimigos. É sua tarefa aumentar ainda mais a sua preparação política e combativa de modo a proporcionarem sempre um melhor exemplo de perseverança e determinação para todo o Povo.

Todas estas tarefas poderão ser cumpridas se a Frelimo, nosso Partido de Vanguarda, estiver devidamente organizado e estruturado. Devemos pois dinamizar as estruturas da Frelimo para garantir o nosso crescimento impetuoso.

Em resumo diremos: trata-se da consolidação das nossas conquistas. Portanto, no próximo ano, a nossa tarefa é a consolidação das vitórias e das conquistas e a eliminação das nossas insuficiências.

(De: "Notícias" Maputo, 1979-01-02)

1979: ANO DE CONSOLIDAÇÃO DAS NOSSAS
CONQUISTAS.

— MENSAGEM DE ANO NOVO DO PRESIDENTE SAMORA MOISÉS MACHEL

O Presidente da Frelimo e Presidente da República Popular de Moçambique, Samora Moisés Machel, proferiu ontem, através da Rádio Moçambique, a seguinte mensagem de Ano Novo:

Moçambicanos
Moçambicanas
Compatriotas
Caros amigos

Dentro de momentos terminará o ano de 1978.

Foi um ano assinalado no nosso País por grandes e decisivas vitórias do nosso Povo.

Neste dia de tradicional convívio com parentes e amigos, urge que meditemos, ainda que brevemente, sobre tudo aquilo que realizámos no ano que finda. E também que abramos as portas para o que nos propomos fazer no ano que começa.

A nossa tarefa política principal em 1978 foi a Estruturação do Partido.

No dia do seu encerramento, a 11 de Novembro, pudemos constatar com satisfação que tínhamos cumprido com êxito as tarefas desta fase do processo revolucionário e isso apesar dos boatos, das intrigas e manobras do inimigo.

No campo e na cidade, na fábrica e nas machambas, no quartel, nos serviços, no Hospital e na escola, uma vez mais o povo foi a força determinante das nossas conquistas.

Nesse processo o nosso povo atingiu níveis mais elevados de consciência política, ao realizar com rigor a selecção dos candidatos a membros do Partido, ao fazer do Partido o exército efectivo dos seus melhores filhos, os mais queridos, os mais firmes, os mais confiados.

Hoje orgulhamo-nos de ter Células do Partido implantadas nos locais prioritários da vida política, económica e social do País. Nas grandes fábricas e unidades agrícolas, nas cooperativas, nas Aldeias Comuns, nas Forças Populares de Libertação de Moçambique e outras Forças de Defesa e Segurança, no Aparelho de Estado, nos Hospitais, nas Escolas.

O dia de hoje é dia de festa da família. Para o Membro do Partido e para todos os moçambicanos, a família deve ser o ponto de partida para se chegar ao povo.

Aprendamos a amar o povo de uma forma real e concreta. Amar o povo começando pela família, pelos parentes próximos e ganhar assim consciência da grande família que constitui o povo moçambicano.

Dizemos, assim, que a família para nós é a refaguarda segura da nossa unidade, a base fundamental da nossa sociedade. É o terreno fértil onde devemos lançar para as novas gerações a semente fecunda da sociedade nova que estamos a construir.

Neste ano de 1978, a consciência política do nosso povo cresceu. A nossa unidade fortaleceu-se. As exigências do povo, tornaram-se também maiores. O seu nível de vigilância agudizou-se.

Para cada Célula, o ano que se inicia, traz como tarefa principal o conhecimento mútuo profundo de todos os seus membros com o objectivo de assim se elevar e consolidar a sua consciência de classe.

Gostariamos igualmente que em cada prédio, bairro, cidade, distrito, cada cidadão moçambicano fizesse um esforço para conhecer ou conhecer melhor quem vive a seu lado.

Só este conhecimento mútuo nos permite construir a unidade real.

Só os capitalistas se orgulham do seu individualismo, de viverem sós, de não necessitarem de conhecer o seu vizinho.

Na luta, aprendemos e cultivamos o amor, a amizade, o espírito colectivo e o calor humano.

Conhecemos e ajudamos em qualquer dificuldade os nossos vizinhos, amamos e apoiamos os que ao nosso lado vivem.

Foi assim que o Comité Central da FRELIMO deu uma vez mais o exemplo, no decorrer da sua IV Sessão.

A prática, em nós profundamente enraizada, de análise da vida dos membros reforça e alimenta a nossa unidade, unidade forjada na luta de classes, no comportamento do dia a dia. Defende a continuidade da nossa Revolução.

É esta conquista que caracteriza a natureza popular do nosso Partido, do nosso Estado, do nosso Governo, da nossa acção em todos os sectores.

O nosso povo soube assim, fazer da revisão da Constituição, um grande movimento popular de estudo e discussão do conteúdo da independência e dos objectivos do Estado Democrático e Popular que edificamos.

A Constituição chegou às fábricas, às aldeias comuns, às nossas casas, passou cada vez mais a ser instrumento da vontade popular.

A organização e aplicação da justiça, bastião da classe e da pretensa sabedoria burguesas, foi também conquistada pelo nosso povo. Do povo são agora as leis, do povo são já os Tribunais Populares.

A justiça passou para a sabedoria do povo, deixou de ser apanágio de uma minoria instruída nos seus segredos, para se tornar património de todo o cidadão.

O entusiasmo popular evidenciou-se também no campo da cultura. O Festival Nacional da Dança Popular e os momentos maravilhosos que nele vivemos, demonstram que a revolução combate a efémera tradição e reforça os aspectos mais profundos da nossa personalidade e cultura.

A ampla participação e engajamento populares, constituem uma rica escola de exercício da democracia popular.

A participação popular e a democracia exigem porém, que se desenvolvam ainda mais as condições para o seu exercício.

É essa A RAZÃO DE SER da campanha nacional de alfabetização que desencadeámos em 1978. Não pode construir o socialismo sem analfabetos. O combate para que cada moçambicano e moçambicana saibam ler, escrever e contar, é fundamental para o triunfo da revolução.

Compatriotas,

A fome, a nudez e o analfabetismo continuam a ser os nossos principais inimigos.

Como vencê-los!

Aumentando a produção, melhorando a nossa maneira de trabalhar, participando com o maior engajamento na exaltante tarefa de produzir e estudar.

Cabe às Assembleias do Povo, uma grande responsabilidade para a concretização desses propósitos.

No ano de 1979 devemos reforçar a organização das Assembleias do Povo a todos os níveis, aprofundar o seu permanente contacto com o povo, fazer as massas populares participarem intencionalmente nas diversas actividades.

As Assembleias devem preocupar-se com o funcionamento dos serviços do Estado, com os problemas económicos, nas fábricas, nas machambas, na organização do abastecimento.

Os deputados devem encontrar junto do povo as soluções para os problemas de habitação, do transporte, da conservação dos produtos.

Compete às Assembleias e aos deputados divulgar a criação das pequenas espécies de animais com vista a melhorar a alimentação das massas.

Controlamos cada vez mais sectores vitais da nossa economia como o carvão, o açúcar, o comércio interno e o externo, a pesca nas nossas costas. O sector estatal cresce e torna-se dominante.

É necessário que o ano que agora se inicia seja marcado por maiores acções com vista a tornar mais rentável o sector estatal, para que este sector, propriedade do povo, seja fonte de prosperidade para todos.

O aumento da produção e da produtividade impõem que cada um de nós assuma em cada momento o princípio de prestação de contas.

A prestação de contas revelou-nos este ano, que embora se tivessem registado na maioria dos sectores avanços significativos, muito houve em que se constataram ainda insuficiências de organização, planificação e controlo da produção.

Houve calamidades naturais que para isso contribuíram. Houve agressões do inimigo. Houve sabotagem.

As acções do inimigo, o desleixo, e falta de vigilância continuam no entanto a manifestar-se, lá onde ainda não conseguimos implantar duma maneira eficaz os grupos de vigilância.

Aliam-se a isso, o esbanjamento, desvios dos bens do Estado e a sua má utilização.

Medidas concretas serão em breve tomadas para punir severamente os crimes de sabotagem económica, de negligência e depreciação dos bens do povo.

A vigilância começa porém por cada um de nós.

A casa que temos, a viatura que conduzimos, o papel que utilizamos, não são da APIE ou do tal Ministério ou Serviço. Esses

são bens nossos, são bens do povo. Por isso é o povo quem deve cuidar e proteger os seus bens.

Caros Compatriotas,

Apesar das nossas dificuldades, das nossas insuficiências, da sabotagem interna e agressão externa, observámos o nosso crescimento, a recuperação da nossa economia.

Neste ano que termina, verificamos com orgulho, que o nosso povo assumiu que o aumento da produção e da produtividade em todos os sectores, é determinante para a nossa independência política, para a nossa capacidade de ter mais pão, mais roupa, mais calçado.

Verificamos que os trabalhadores do nosso país ganham maior consciência do seu poder de classe e avançam passo a passo, mas seguramente, na recuperação, direcção e controlo da economia.

É com orgulho que vemos surgir quadros de vanguarda, verdadeiros combatentes pela produção, pelo socialismo, no seio dos trabalhadores moçambicanos, dos operários, camponeses, quadros de direcção das empresas, trabalhadores do Aparelho do Estado, homens, mulheres e jovens.

No plano internacional a República Popular de Moçambique tem sabido ganhar o respeito e admiração das outras nações pois tem sabido assumir de uma forma coerente as suas obrigações.

O ano que termina reforçou o nosso prestígio e relações fraternais de amizade, cooperação e solidariedade com os países socialistas, nossos aliados naturais, nossa relaguarda segura.

Vimos neste ano o imperialismo e as forças de reacção perderem cada vez mais terreno a favor das forças do progresso.

No nosso Continente e em particular na África Austral, o imperialismo procurou recolonizar a África, retomar posições, sublevar a Revolução.

As intervenções militares descaradas das potências imperialistas e seus agentes, a criação e manutenção de focos de tensão, as acções directas de agressão, a multiplicação de manobras, iniciais, planos, conferências, tiveram em vista salvar regimes corruptos e neocolonializados, desviar a África progressista do apoio à libertação dos povos, desestabilizar os países da «Linha da Frente», ganhar tempo, dividir o movimento de libertação.

São estas manobras e a conivência das potências ocidentais que permitem aos regimes racistas e retrógrados da África do Sul e da Rodésia continuar a desafiar a comunidade internacional e a lançar-se em trágicas aventuras contra os povos e os países vizinhos.

Os golpes profundos da Frente Patriótica e a iminência da derrota tornam o regime do Smith cada vez mais monstruoso e assassino. Ele deixa cair agora a máscara.

Smith já não se contenta com os campos de refugiados indefesos do Zimbabwe.

Procura agora alvos económicos, civis e militares no nosso país. Espera intimidar-nos.

O imperialismo através do seu agente Ian Smith, ataca-nos sobretudo porque somos uma República Popular.

Os imperialistas, isolados como vivem do povo, não podem compreender a nossa coragem e determinação. Não podem compreender porque é que fazemos nossa a luta do povo do Zimbabwe e de todos os povos oprimidos do Mundo.

A amizade e solidariedade do nosso povo para com o povo irmão do Zimbabwe, desde há muito foi selada com sangue.

Para garantia da paz e da reconstrução nacional, reforçamos já em muito a nossa capacidade defensiva e temos infligido punições severas ao inimigo que viola as nossas fronteiras.

Continuaremos a reforçar com os meios mais modernos, esta capacidade, com apoio dos países socialistas.

Que todos os moçambicanos saibam continuar firmes, vigilantes e empenhados na defesa da Pátria e da Revolução para esmagar todas as tentativas dos racistas de criar o caos e intimidar o nosso povo.

Compatriotas,

O ano de 1978 foi um ano de crescimento e de estruturação. Podemos cantar os avanços.

Desses avanços devemos partir agora, para maiores avanços neste ano que se inicia.

As dificuldades, as insuficiências, as sabotagens, as agressões, fazem parte do plano das forças inimigas dos Povos, para impedir o avanço da Revolução. Isso acontece em todas as Revoluções.

A sociedade sem exploração só se constrói com luta e sacrifício.

A entrada do novo ano, o nosso pensamento vai em primeiro lugar para os trabalhadores e as populações que nas zonas de fronteira resistem firmes às provocações do inimigo.

Yai para as nossas gloriosas Forças Populares de Libertação de Moçambique e outras forças de Defesa e Segurança empenhadas na defesa intransigente da nossa soberania e integridade territoriais.

Saudamos todos os cooperantes que se encontram no nosso país, em missão de solidariedade para com o nosso povo, muitos deles longe do calor dos seus familiares.

Saudamos em particular, as crianças da nossa Pátria, os continuadores da Revolução, os futuros construtores do Socialismo, que neste ano de 1979 irão viver o Ano Internacional da Criança.

Engajemo-nos nas actividades do Ano Internacional da Criança com a consciência de que a melhoria da vida dos nossos filhos, a sua educação e alimentação correctas, a boa formação da sua personalidade são ao mesmo tempo um objectivo e uma garantia da nossa Revolução.

Queremos desejar aos trabalhadores, que se encontram agora nos seus locais de trabalho, a todas as famílias, nas suas casas, na alegria de festejar este momento, a todos moçambicanos e moçambicanas, os maiores sucessos e êxitos na Reconstrução Nacional.

Que o ano de 1979, seja para todos nós em Moçambique, na África e no Mundo um ano de passos decisivos para a paz, um ano de felicidade.

Que o ano de 1979 seja para todos nós, um ano de consolidação das nossas conquistas, um ano de consolidação das nossas vitórias.

A LUTA CONTINUA!

(De: "Notícias" Maputo, 1979-01-01)

COPIAS DESTE DOCUMENTO

**Podem ser pedidas ao CEDIMO cópias deste documento,
para além da sua distribuição normal, ao preço
de Esc. 26\$00, cada cópia**